

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

**SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL SEDR**

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2010

BRASILIA, DF MARÇO DE 2011

SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

- Subordinação: Ministério Do Meio Ambiente.

- Relatório de Gestão do Exercício de 2010

- Relatório de Gestão para apresentação aos órgãos de Controle Interno e Externo como prestação de contas a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal e, elaborado em conformidade as disposições da Decisão Normativa - TCU nº. 107 de 27 de outubro de 2010, Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Portaria TCU nº 277 de 07 de dezembro de 2010.

BRASILIA, MARÇO DE 2011

ITENS ANEXO II	S U M Á R I O	Pag.
1	Identificação da Unidade Jurisdicionada	5
2	Responsabilidade Institucional da Unidade	6
2.1	Papel na execução das Políticas Públicas	6
2.2	Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais	7
2.3	Programas de Governo sob responsabilidade da UJ.	8
2.3.1	Demonstrativo da Execução por Programa De Governo	8
2.3.2	Execução Física das Ações Realizadas Pela UJ	19
2.3.2.1	Ações Inscritas na Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da UJ.	20
	Ações no programa 1145-comunidades tradicionais	20
	Ações no programa 0150-proteção e promoção dos povos indígenas	27
	Ações no programa 1080-combate a desertificação	32
	Ações no programa 0512-zoneamento ecológico-econômico	44
	Ação no programa 0794-gestão do patrimônio imobiliário da união	54
	Ação no programa 1166- turismo social no Brasil: uma viagem de inclusão	58
	Ação no programa 1332-conservação e recuperação dos biomas brasileiros	61
	Ações no programa 1426-conservação, manejo e usos sustentáveis da agrobiodiversidade	63
2.4	Desempenho Orçamentário/Financeiro	71
2.4.1	Programação Orçamentária	71
	Identificação da Unidade Orçamentária (UO) responsável p/ programação da UJ	
2.4.1.1	Programação das despesas correntes	71
2.4.1.2	Programação das despesas de capital	71
2.4.1.3	Resumo da programação das despesas e reserva de contingencia	71
2.4.1.4	Movimentação Orçamentária por grupo de despesa	72
2.4.2	Execução orçamentária	74
2.4.2.1	Execução orçamentária - Créditos originários da Unidade Jurisdicionada	74
	- Despesa por modalidade de contratação	74
2.4.2.2	Despesas correntes por grupo e elemento de despesa	74
2.4.2.3	Despesas de capital por grupo e elemento de despesa	75
2.4.3	Evolução de Gastos Gerais	75
4	Pagamentos e Cancelamentos de Resto a Pagar de Exercícios Anteriores	75
6	Quadro de detalhamento de transferências no exercício	80
15	Informações sobre deliberações do TCU	83
PARTE C		
16	Consultores contratados na Modalidade de Produtos no âmbito Projetos Cooperação Técnica	85
31	Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos	115
Parte A	ANEXOS	117
7	Registros atualizados nos sistemas SIASG e SICONV - declaração gestor	118
8	Informação sobre cumprimento obrigações Lei 8730/1993 - tratamento declarações de renda	119
Parte B Item I	Informações contábeis da gestão - Declaração do Contador responsável pela UJ	120

INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão está formalizado nos termos da Instrução Normativa - TCU nº 63, de 1º de Setembro de 2010 e, Decisão Normativa - TCU nº. 107 de 27 de outubro de 2010 bem como, em observância aos critérios estabelecidos pela Portaria - TCU nº. 277, de 7 de dezembro de 2010, pela qual, dispõe das orientações quanto ao preenchimento dos conteúdos do Relatório de Gestão referente ao exercício de 2010.

Nos termos das orientações passadas e constantes do anexo III da Decisão Normativa TCU nº. 107/2010, no presente Relatório de Gestão, deixa de constar em seus autos os itens abaixo listados:

A - ITENS DO ANEXO II QUE NÃO SE APLICAM À REALIDADE DA UJ:

➡PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II - INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.

➡PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II - INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

➡PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II - RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA UJ.

Os itens acima listados não se aplicam à UJ - Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, em decorrência a sua natureza e finalidades determinadas pelos diplomas legais: Lei nº. 10.683/2003, de 28/05/2003 (DOU de 29/05/2003) e Decreto nº. 6.101, de 26/04/2007, combinado com a Portaria n.º 292, de 23/05/2007 (DOU de 28/05/2007).

B - ITENS DO ANEXO II QUE SE APLICAM A NATUREZA DA UJ - POREM, ENCONTRAM-SE SOB A COMPETÊNCIA DA SPOA/SECEX/MMA.

➡PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II - INFORMAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ.

➡PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

➡PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II - GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL

➡PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II - GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).

Os itens acima apresentados estão sob a responsabilidade e de acordo com a competência regimental do SECEX/SPOA/MMA, nos termos do decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007 que trata da estrutura regimental do Ministério do Meio Ambiente.

PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II da DN TCU n.º 107, de 27/10/2010

1 - IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

PODER E ÓRGÃO DE VINCULAÇÃO		
Poder: EXECUTIVO		
Órgão de Vinculação: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE		Código SIORG: 001927
IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA		
Denominação completa: SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - SEDR/MMA.		
Denominação abreviada: SEDR/MMA		
Código SIORG: 92930	Código LOA: não se aplica	Código SIAFI: 440040- SEDR
Situação: ATIVA		
Natureza Jurídica: ÓRGÃO PÚBLICO FEDERAL		
Principal Atividade: GESTÃO AMBIENTAL		Código CNAE: 8412-4/00
Telefones/Fax de contato:	(061) 2028.1092 e 2028.1093	FAX (061) 2028.1481
Endereço eletrônico: sedr@mma.gov.br		
Página da Internet: http://www.mma.gov.br		
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, bloco "B" - 7º andar - Brasília-DF - CEP: 70.068-900.		
NORMAS RELACIONADAS À UNIDADE JURISDICIONADA		
NORMAS DE CRIAÇÃO E ALTERAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA		
Lei nº. 10.683/2003, de 28/05/2003 (DOU de 29/05/2003) e Decreto nº. 6.101, de 26/04/2007 (DOU de 27/04/2003).		
OUTRAS NORMAS INFRALEGAIS RELACIONADAS À GESTÃO E ESTRUTURA DA UNIDADE JURISDICIONADA		
Portaria n.º 292, de 23/05/2007 (DOU de 28/05/2007).		
UNIDADES GESTORAS E GESTÕES RELACIONADAS À UNIDADE JURISDICIONADA		
UNIDADES GESTORAS RELACIONADAS À UNIDADE JURISDICIONADA		
Código SIAFI	Nome	
440073	SEDR/BIRD-RFT	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
001551	TESOURO	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão
440001		00001

2. - RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

2.1 - PAPEL NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

A política ambiental no ano de 2010, conforme a tendência observada ainda em 2009 expandiu os espaços de debate, intensificando a participação do MMA em importantes decisões que norteiam o desenvolvimento do país.

No âmbito da SEDR, destacam-se:

1. a Operação Arco Verde, estratégia planejada em 2008, desencadeada em 2009 e continuada em 2010, promovendo o diálogo e planejamento junto aos municípios da Amazônia Legal e que mais desmataram no ano de 2008, conforme levantamento do MMA, articulando diversas pastas ministeriais e incidindo sobre 43 municípios. O destaque em 2010, no tocante à OAV foram a instalação do Conselho Gestor do Programa, a redução das taxas de desmatamento nos municípios envolvidos, saída do município de Paragominas/PA após cumprir os requisitos, número expressivo de atendimentos à população, especialmente com a expedição de títulos de propriedade de terra, capacitação de gestores ambientais de estados, municípios e da sociedade civil, bem como a celebração de 03 convênios com os municípios de Marabá/PA, Paragominas/PA e Juína/MT, com a finalidade de fortalecer cadeias produtivas sustentáveis;
2. O Programa Mais Ambiente, Decreto do Exmo. Presidente da República, datado de 11 de dezembro de 2009, e que propõe ampla articulação de políticas públicas relacionadas à regularização ambiental, ação coordenada por esta unidade e que faz o diálogo ambiental com um universo de mais de 5 milhões imóveis rurais. No âmbito do Mais Ambiente o MMA instalou o Comitê Gestor do Programa previsto no decreto presidencial, promoveu a articulação entre os estados, por meio da ABEMA, envolvendo a realização de reuniões regionais e uma nacional, criação do Grupo de Trabalho encarregado da implementação do Programa, realização de levantamento da disponibilidade de informações geoespaciais nos estados para estimar a necessidade de complementações, desenvolvimento da arquitetura dos sistema de informações do programa e capacitação de cerca de 700 agentes estaduais de meio ambiente por meio de cursos à distância.
3. O Macrozoneamento da Amazônia Legal foi instituído pelo Decreto nº 7.378, de 1º de dezembro de 2010, como instrumento de orientação para a formulação e espacialização das políticas públicas de desenvolvimento, ordenamento territorial e meio ambiente, o ZEE-Pará teve sua proposta encaminhada e se encontra em fase de apreciação na Comissão do Zoneamento, estados como RO, AC e a região da BR 163 já contam com seus ZEEs aprovados;
4. O Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade que identifica e estrutura investimentos, oferta de serviços, comercialização e demais ações atreladas aos produtos, foi fortalecido e ampliado, passando a incorporar novas cadeias;
5. O Projeto de Lei de Pagamento por Serviços Ambientais, enviado ao Congresso Nacional em junho de 2009, foi aprovado pelas Comissões de Agricultura e de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados em 2010, representando um importante avanço. Atualmente se encontra na Comissão de Finanças e Tributação para análise e aprovação;
6. O início da elaboração de Planos Estaduais de Combate à Desertificação e da estratégia do I Encontro Nacional de Enfrentamento da Desertificação, essa em novembro de 2009 e;
7. O espaço institucional criado para construir a Política Nacional de Gestão de Terras Indígenas, com potencial de abrangência de 13% do território nacional. A Política foi aprovada no processo de consulta

popular que envolveu diversas reuniões e consulta a especialistas, no momento resta fazer alguns concertos entre órgãos da esfera pública antes de ser institucionalizado;

8. Desenvolvimento de experiências inovadoras de sistemas produtivos sustentáveis, por meio do lançamento de chamadas e seleção de novas propostas, no âmbito do Subprograma Projetos Demonstrativos – PDA, Subprograma Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas – PDPI, Carteira Indígena – CI e Promoção de Cadeias da Sociobiodiversidade.

Tais ações nos permitem concluir que a SEDR colaborou com expressivo aporte à política ambiental, a partir do debate com diversos setores econômicos e sociais. Portanto, a avaliação é que, no contexto das responsabilidades institucionais da SEDR, foram implementadas políticas que culminaram em substanciais avanços no campo do desenvolvimento rural sustentável.

2.2 - ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS.

O exercício de 2010 foi marcado por intensa interlocução com a sociedade civil organizada, notadamente em torno da política de desenvolvimento rural sustentável, foco principal da atuação da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Em que pese ter sido um ano atípico, em razão da do intenso debate eleitoral que por vezes pôs luz sobre o temário da conservação ambiental e do desenvolvimento sustentável, procurou-se aprofundar o debate ambiental, que por muito tempo, prendeu-se aos instrumentos de comando e controle, extremamente fundamentais ao país e à Nação, mas não exclusivos no âmbito da política ambiental, ou melhor, socioambiental.

Assim, inserir o debate do uso sustentável é tarefa que impõe ao Governo a criação de espaços legítimos de construção da política ambiental, indicando à sociedade, e ao mesmo tempo a partir do clamor desta, que o desenvolvimento econômico e social deve considerar, cada vez mais, os bens ambientais, patrimônio da sociedade brasileira e da humanidade.

Nesse contexto, construir, ampliar e intensificar os espaços de diálogo requerem estratégias operacionais complexas, dado que envolvem capacidade de gestão, interlocução democrática, participação e inclusão.

A SEDR, no cumprimento da sua missão institucional, aprimorou em 2010 os espaços de articulação e construção de políticas, decisões apoiadas por componentes operacionais.

Por outro lado, intensificamos a articulação com diversas pastas ministeriais, em ações de integração de políticas públicas. Importantes políticas de desenvolvimento econômico e social estão sob coordenação de pastas ministeriais que, a partir da interlocução, passam a adotar condicionantes ambientais na formulação de suas políticas.

Como sustentação a essas ações articuladas e integradas, arcabouços jurídicos são ferramentas cada vez mais utilizadas, tais como Portarias, Termos de Cooperação e Decretos, dentre outros, viabilizando a organização da administração federal no cumprimento de sua missão.

Portanto, os gastos da unidade são executados em favor da interlocução, da parceria, culminando em políticas e ações cada vez mais integradas, tendo em vista que os ativos ambientais suportam o desenvolvimento do país e assim, as políticas sociais e de desenvolvimento, principalmente no meio rural, foco de atuação da unidade, devem ser irrigadas por condicionantes de uso sustentável desses bens.

2.3 - PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ.

2.3.1- DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1145		Denominação: Comunidades Tradicionais				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Promover e difundir a gestão ambiental, a produção e o consumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais.						
Objetivos Específicos: Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos integrantes de comunidades tradicionais, dinamizando as atividades produtivas e incentivando o uso sustentável dos ambientes que ocupam, por meio da valorização da cultura e das formas de organização social.						
Gerente: Egon Krakhecke				Responsável: Claudia Calorio		
Público Alvo: Comunidades e entidades representativas de populações tradicionais						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
12.750.500,00	10.635.993,00	2.937.181,00	1.914.507,00	67.948,88	1.914.507,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de Comunidades Tradicionais com Beneficiamento da Produção	31/07/05	4,27	50,33	42,29	49,31
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o número total de comunidades tradicionais apoiadas que realizam o beneficiamento de seus produtos e o número total de comunidades tradicionais apoiadas.						
Análise do Resultado Alcançado						
Em 2010, a proporção de organizações inseridas em processos produtivos foi de 49,31%, índice superior ao previsto de 42,29%. Entre as razões para o alcance da meta está a estratégia de priorizar o apoio a projetos com caráter produtivo, notadamente aqueles que dialogam com o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade.						

Fonte: SIGPlan

Análise crítica

O contingenciamento orçamentário bem como a baixa disponibilidade de recurso financeiro no exercício de 2010 prejudicaram a plena execução do Programa Comunidades Tradicionais. A execução física foi comprometida uma vez que as ações 6230 e 6060 não tiveram recursos financeiros disponibilizados, e a ação 6087 teve apenas 13% de recurso disponibilizado. A execução financeira, por sua vez, ficou abaixo do previsto devido à liberação de apenas 23,03% dos recursos orçamentários - do total de R\$ 12.750.500,00 orçados somente foram liberados R\$2.937.180,50. A ação 200I, ação Prioritária na LDO, teve sua execução restringida devido à baixa liberação de recursos financeiros e em virtude do Acórdão TCU 1339/2009, que impossibilitou compras de bens e serviços comuns por meio

de Projetos de Cooperação Técnica Internacional, limitando assim a execução das demandas originalmente previstas.

No entanto, algumas ações, como 6040 e 6060, tiveram execução física alta devido ao apoio de parceiros como MDA, CONAB e MDS. É importante ressaltar que as parcerias estabelecidas têm conseguido atenuar o desgaste resultante da falta de recursos, a qual certamente compromete o alcance pleno dos objetivos propostos.

Algumas restrições de caráter político, institucional e/ou normativo limitaram a execução das metas físicas:

1. Lacunas na legislação referente a projetos de cooperação técnica internacional ocasionam conflitos entre a legislação nacional e a aplicada a organismos internacionais, comprometendo a execução de projetos de organizações de comunidades tradicionais devido a atrasos no repasse de recursos; e configurando um quadro de insegurança jurídica;
2. Dificuldade de Povos e Comunidades Tradicionais acessarem recursos públicos devido à inexistência de formas de acesso diferenciado pra esse público-alvo;
3. A insuficiência de recursos humanos e a falta de capacitação são fatores que limitam a execução das ações do programa Comunidades Tradicionais;
4. A ação 6230 não teve recurso disponibilizado no exercício.

Identificação do Programa de Governo				
Código no PPA: 1080		Denominação: Combate à Desertificação		
Tipo do Programa: Finalístico				
Objetivo Geral: Reduzir o nível de crescimento das áreas desertificadas ou em processo de desertificação				
Objetivos Específicos: • Criar os mecanismos institucionais de coordenação, participação e ação entre o setor público, a sociedade civil e o setor privado; • Aprimorar o conhecimento da situação dos processos de desertificação e de ocorrência de secas no Brasil, a ser atualizado sistematicamente; • Formular diretrizes para a concepção, formulação e revisão de políticas e ações de apoio ao desenvolvimento sustentável das áreas susceptíveis ou afetadas por processos de desertificação; • Colaborar com os estados e municípios na formulação e implementação de estratégias de combate à desertificação; • Criar institucionalidades e fortalecer a atuação das instituições responsáveis pelo combate à desertificação; • Implementar ações pactuadas e integradas que levem ao desenvolvimento sustentável de áreas afetadas e sujeitas a processos de desertificação, segundo os princípios e orientações da CCD; • Instituir processos participativos de planejamento e pactuação entre os diferentes atores; e • Criar instrumentos de apoio ao desenvolvimento de atividades produtivas, compatíveis com a preservação, conservação e manejo sustentável dos recursos naturais.				
Gerente: Egon Krakhecke			Responsável: Marcos Dal Fabbro	
Público Alvo: População das Áreas Susceptíveis á Desertificação – ASD				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa				Em R\$ 1,00
Dotação	Despesa	Despesa	Restos a Pagar não	Valores

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	processados	Pagos	
1.425.000,00	5.425.000,00	1.824.613,00	985.762,00	823.014,00	985.762,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice		
	Áreas atendidas por intervenções que visem o combate à desertificação (km2).	01/03/2005	9.750,00	190.869,00	120.361,00	165.133,00
Fórmula de Cálculo do Índice						
Somatório das áreas com efetivas intervenções de combate à desertificação.						
Análise do Resultado Alcançado						
Apesar do contingenciamento de recursos as áreas atendidas pelo programa superaram o previsto para o ano/2010 em razão do processo de descentralização e das metodologias participativas e das parcerias estabelecidas com os governos estaduais e os municípios as quais permitiram atuação expressiva nas Áreas Susceptíveis à Desertificação.						

Fonte: SIGPlan

Análise crítica

A execução programa apresentou resultados satisfatórios devido à estratégia de execução descentralizada e em parceria com os estados e sociedade civil. Os índices intermediários de desempenho financeiro se explicam, em grande medida, pela não liberação de uma emenda parlamentar em favor do programa no valor de R\$ 4.000.000,00, da qual parte foi executada mediante a liberação de orçamento e financeiro do próprio Ministério. É importante destacar que do total de R\$ 5.425.000,00 orçados, somente foram liberados R\$ 985.761,62, que corresponde a 18,17 % do orçamento. Apesar disso, considera-se que no geral o programa teve uma execução adequada. A execução física apresentou índices elevados destacando-se a ação 200H e a 4971 que tiveram 100% de execução.

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0512	Denominação: ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Promover o zoneamento ecológico-econômico para planejar e organizar, de forma sustentável, o processo de uso e ocupação, subsidiando o planejamento territorial do País.	
Objetivo Específico: • Subsidiar a elaboração de planos, programas e projetos e propor alternativas para tomada de decisão, segundo o enfoque da compatibilização das atividades econômicas com o ambiente natural. • Conjuguar os elementos de diagnóstico físico-biótico e socioeconômico, para estabelecer macrocenários exploratórios com vistas a apresentar alternativas ao desenvolvimento social, ambientalmente sustentável. • Identificar as políticas públicas nacionais de desenvolvimento e de meio ambiente, comparando suas afinidades e incongruências. • Reunir esforços de sistematização de dados e informações para dar suporte e agilizar os ZEEs regionais e estaduais. • Conceber e implementar formas de divulgação pública das informações utilizadas no processo de ZEE. • Identificar oportunidades de uso dos recursos naturais, estabelecendo os parâmetros	

necessários para sua exploração.

- Identificar e analisar problemas ambientais, tais como áreas degradadas, usos inadequados dos solos, das águas superficiais e subterrâneas, exploração irregular de recursos ambientais e desenvolvimento urbano descontrolado.
- Identificar conflitos de interesses entre os usos dos recursos naturais e as políticas ambientais, bem como a concorrência desses usos.
- Identificar e analisar problemas socioeconômicos da população brasileira, em suas diferentes regiões, correlacionando-os a processos de dinâmica territorial.
- Propor as diretrizes legais e programáticas de caráter preservacionista e de desenvolvimento econômico e social para cada sistema ambiental identificado e, quando for o caso, de ações voltadas à mitigação ou correção de impactos ambientais danosos, porventura ocorridos.
- Promover o desenvolvimento de técnicas e instrumentos necessários para a elaboração de ZEE.
- Propor a elaboração de instrumentos legais visando o desenvolvimento sustentável nas diferentes regiões do país.
- Criar saídas (respostas) dos sistemas de informações que atendam aos principais usuários da gestão territorial.
- Estimular mecanismos que favoreçam a criação e implementação de instrumentos e técnicas voltadas para a análise ambiental.
- Promover o desenvolvimento de técnicas e instrumentos necessários à elaboração de ZEE.
- Criar mecanismos de sistematização das informações existentes e garantir seu amplo acesso, divulgando as ações do ZEE, em formato analógico, multimídia e *internet*.
- Estruturar o Banco de Dados Geográficos (BDG), de amplo acesso e facilitado uso, com os dados primários e secundários utilizados e produzidos pelos projetos, inclusive seus respectivos meta-dados. Tais dados serão gerenciados através de um Sistema Gerenciador de BDG, com o emprego de ferramentas que garantam o acesso via web das informações geoespaciais.

Gerente: Egon Krakhecke

Responsável: Marcos Estevan Del Prette

Público Alvo: Agentes de planejamento e gestão ambientais (locais, regionais, nacionais) e agentes econômicos e sociais (segmentos produtivos, agências de controle e de fomento, investidores, trabalhadores).

Informações orçamentárias e financeiras do Programa **Em R\$ 1,00**

Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não	Valores Pagos
Inicial	Final				
11.250.490,00	11.190.490,00	1.868.189,00	1.137.652,00		1.137.652,00

Informações sobre os resultados alcançados

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de Zoneamento do Território Nacional	31/12/03	16	67	10	3

Fórmula de Cálculo do Índice

Área do território nacional continental com proposição de diretrizes de uso e ocupação (ZEE) / área do território nacional continental X 100.

Análise do Resultado Alcançado : O Programa teve baixa execução financeira ao longo do ano por motivos diversos, dentre eles contingenciamento orçamentário e replanejamento de ações e projetos a serem desenvolvidos na transição de governo.

DESEMPENHO OPERACIONAL DO PROGRAMA 0512

A) Indicador do Programa:

- **Taxa de Zoneamento do Território Nacional na escala 1250.000.**

Utilidade: o avanço do zoneamento pelo território nacional indica a expansão de processos negociados de planejamento da ocupação do território e a disponibilização de instrumentos base para tomada de decisão;

Tipo: indicador de eficácia

Resultado:

- até 2010 – 48,2 % do território nacional

Disfunções e medidas: Foram somadas escalas diferentes.

B) Outros Indicadores

À medida que se avança na elaboração dos zoneamentos, em escalas diversas, fica clara a necessidade de revisão dos indicadores do Programa, com a proposição de métricas mais sofisticadas, que possam dar conta da sua complexidade. A elaboração de um ZEE é etapa fundamental, porém a realidade só será alterada com sua implementação, o que se ocorre formas bastante variadas. Mais complexo ainda é captar os impactos decorrentes da sua implementação, identificando que mudanças provocaram no ambiente e na sociedade, em último caso.

Abaixo são relacionados alguns Indicadores que, melhor elaborados, poderiam se prestar ao acompanhamento da implementação dos ZEE e sua efetiva integração com políticas públicas, indicando a melhoria da gestão ambiental.

- **Zoneamentos incorporados pela CCZEE (Comissão Coordenadora do ZEE)**

Utilidade: indica em que medida os projetos de zoneamento vão sendo incorporados ao conjunto dos zoneamentos no país;

Tipo: indicador de efetividade

Resultado:

- até 2007 – 4 (estados do Acre, Rondônia, Pará e Mato Grosso)

- em 2008 - 1 (BR-163)

- em 2009 – 2 (foram apresentados os ZEE dos estados de Roraima e do Amazonas, no entanto ambos foram encaminhados para ajustes).

Disfunções e medidas: Formalmente, a CCZEE recebe os ZEEs após sua aprovação pelas instâncias estaduais (ver Decreto 4297/2002), fato que vinha dificultando a compatibilização entre os zoneamentos e as políticas públicas federais. Como medida de superação dessa situação, foi adotado o procedimento de convidar os estados para a apresentarem e discutirem na CCZEE seus respectivos zoneamentos durante a fase de sua elaboração.

- **Programas de recuperação ambiental, derivados do Zoneamento, aprovados**

Utilidade: indica desdobramentos do Zoneamento, com impactos positivos sobre a conservação ambiental

Tipo: indicador de efetividade

Resultado:

- até 2007 – 2 (Rondônia e Acre)
- 2008 – 0
- 2009 – 1 (Programa de recuperação ambiental da BR 163).

Disfunções e medidas: Verifica-se uma baixa sincronia e integração entre esses programas e as ações dos órgãos federais que poderiam potencializar seus resultados. A Coordenação do Programa ZEE está ampliando a divulgação desses programas dentro do MMA e entre os Ministérios que compõem a CCZEE como forma de buscar um maior alinhamento entre as partes vinculadas aos objetivos e estratégias dos programas de recuperação ambiental.

- **Vinculação do ZEE a Políticas Públicas federais**

Utilidade: indica a internalização do Zoneamento como instrumento base para tomada de decisão, no âmbito federal;

Tipo: indicador de eficácia

Resultado:

- em 2008 - 2 (1. Resolução do Conselho Monetário Nacional que vinculou a concessão de crédito rural a observância do ZEE e 2. realização do Zoneamento Agrícola de Risco Climático, apenas em áreas indicadas pelo ZEE para atividades agrícolas)
- 2009 – 1 (realização do Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar, excluindo-se os biomas Amazônia e Pantanal, e respeitando as áreas indicadas pelo ZEE);
- 2010 – 1 (realização do Zoneamento Agroecológico Palma de Óleo - Dendê)

Disfunções e medidas: No que pese seu caráter vinculante, o ZEE ainda não é amplamente incorporado pelo conjunto das políticas setoriais. A ampliação da composição da CCZEE e do Consórcio ZEE Brasil com a entrada de novos Ministérios e órgãos federais, assim como o fortalecimento dessas instâncias mediante empoderamento e valorização do papel estratégico que cumprem, foram as principais medidas adotadas para superar a situação.

- **Assinatura de instrumentos de apoio e cooperação com estados e municípios**

Utilidade: indica a materialização do apoio do Programa ZEE para a realização de ZEEs estaduais

Tipo: indicador de eficiência

Resultado:

- até 2007 – 14 (Acordos de Cooperação com os 9 estados da Amazônia Legal; Convênio com os estados do Mato Grosso do Sul e Paraná; e Acordos para adesão à Rede Virtual da Caatinga com os estados da Bahia, Rio Grande do Norte e Pernambuco)
- em 2008 – 5 (Acordos de Cooperação com Maranhão, Piauí, Paraná e Goiás e com o município de Goiânia)
- 2009 – 3 (Acordo de Cooperação com o Pará; Convênios com Goiás e Piauí)
- 2010 – 0

Disfunções e medidas:

- descontinuidade;
- equipe insuficiente e rotatividade.

Execução direta de projetos

Utilidade: indica o envolvimento da equipe do Programa ZEE na execução de projetos de Zoneamento;

Tipo: indicador de eficiência

Resultados:

- em 2008: 5 (projetos concluídos ou em andamento: São Francisco, Parnaíba, Ride-DF, BR-163 e MacroZee da Amazônia Legal)
- 2009: 1 (a elaboração do MacroZEE da Amazônia Legal foi um projeto coordenado e realizado diretamente pela equipe do Departamento de Zoneamento Territorial);
- 2010:
 - Consulta pública pela internet, registro da documentação dos dados geoespaciais, elaboração do relatório final e editoração da publicação do MacroZEE da Amazônia.
 - Reunião de material (relatórios, pareceres, mapas, créditos oficiais) para editoração e publicação, pelo IBAMA, do Diagnóstico do MacroZEE da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Disfunções e medidas:

Em 2010 a equipe do Departamento de Zoneamento Territorial, precisamente a Gerência de ZEE, sofreu a perda de cinco servidores temporários, oriundos do processo seletivo de 2003.

C) Análise sobre o desempenho do Programa 0512 no exercício

A Ação Controle Ambiental dos Espaços Litorâneos, teve significativo avanço em 2010 com o Sistema de Modelagem Costeira, tecnologia em processo de transferência para o Brasil por força do Projeto de Cooperação com a Espanha. O desafio para 2011 é disseminar a ferramenta a outras instituições, além das participantes do núcleo inicial.

A retomada da atuação federativa do Gerenciamento Costeiro também pode ser registrada como marco das realizações de 2010. O realinhamento entre o governo federal e as coordenações estaduais foi reafirmado em dois importantes encontros, um no início e outro no final do ano, com repactuação de agenda e de compromissos. No ano foram lançados também três números do Inforgerco, além do de lançamento, sendo a distribuição feita por meio eletrônico para toda a base de contatos do gerenciamento costeiro. Em relação à equipe da Gerência Costeira, no ano de 2010 houve a substituição do gerente do projeto, a incorporação de uma técnica temporária nível V e a saída de uma técnica temporária nível IV, a ser substituída em 2011.

Com relação a execução física, pode-se considerar a ação Elaboração da Base Cartográfica Digital da Amazônia Legal como plenamente concluída.

A ação Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Brasil na escala 1:1000.000 apesar de apresentar baixa execução em 2010, registra importante avanço com a assinatura do Decreto Nº 7.378, de 1º de dezembro 2010, que aprova o Macrozoneamento da Amazônia Legal, concluindo um trabalho iniciado e contabilizado nos indicadores de 2009. O próximo desafio é a promover os arranjos e condições para a implantação do MacroZEE da Amazônia Legal.

Em relação à Implantação do Sistema Gerenciador de Banco de Dados sobre Zoneamento Ecológico-Econômico, que também apresentou baixa execução, avanços foram registrados na documentação dos dados geoespaciais utilizados na elaboração do Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal.

O Programa teve baixa execução financeira ao longo do ano por motivos diversos, dentre eles contingenciamento orçamentário e replanejamento de ações e projetos a serem desenvolvidos na transição de governo.

É importante registrar que, frente ao crescimento da demanda pelo ZEE, a estrutura e o quadro de pessoal atuais da Gerência de ZEE são insuficientes. No momento, há uma equipe formada há menos de três anos, poucos funcionários de carreira, apenas um cargo em comissão, ausência de um plano específico de capacitação de servidores, principalmente em instrumentos de gerência, além de equipamentos inadequados ou desatualizados.

Conclui-se registrando que a coordenação do Programa está consolidando projetos a serem propostos para a próxima gestão, bem como planejando as possíveis inserções de ações no PPA.

PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA 0512:

Código	Descrição	Unidade Executora
2272	Gestão e Administração do Programa	MMA/SEDR/DZT
7413	Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Brasil na Escala 1:1.000.000	MMA/SEDR/DZT
1J30	Elaboração da Base Cartográfica Digital da Amazônia Legal	MMA/SEDR/DZT
7965	Implantação do Sistema Gerenciador de Banco de Dados sobre Zoneamento Ecológico-Econômico	MMA/SEDR/DZT
8320	Apoio à Gestão Ambiental em Áreas de Vulnerabilidade Ambiental	MMA/SRHU
8896	Controle Ambiental dos Espaços Litorâneos	MMA/SEDR/DZT
8689	Zoneamento Ecológico-Econômico Estadual na Escala 1:250.000	MI

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA : 1426	Denominação: Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade
Tipo do Programa	Finalístico
Objetivo Geral: Assegurar a conservação e o uso sustentável dos componentes da agrobiodiversidade, visando a segurança alimentar, a geração de trabalho e renda e a retribuição por serviços ambientais.	
Objetivos Específicos: Reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do Território Nacional.	
Gerente do programa: Egon Krakhecke	Responsável:
Público Alvo: Produtores rurais, povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, agricultores familiares e assentados de reforma agrária.	
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Egon Krakhecke
Público-alvo (beneficiários) Produtores rurais, povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, agricultores familiares e assentados de reforma agrária.	

Informações orçamentárias e financeiras do Programa

Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final	1.290.034,13*	1.253.034,41*	447.186,45*	1.253.034,41*
13.318.992,00	12.028.747,0				

*Recursos orçamentários disponibilizados e/ou pagos nas ações 8308 Implantação de Unidades Territoriais de Gestão Ambiental Rural (GESTAR), 8998 Implantação dos Planos de Utilização dos Pólos do Proambiente e 6061 Fomento a Projetos Demonstrativos na Amazônia e Mata Atlântica

Informações sobre os resultados alcançados

Ordem	Indicador/Unidade de Medida	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Anual / %	0,08			0,2	

Fórmula de Cálculo do Índice:

Relação percentual entre o número de hectares com produção orgânica e o número total de hectares com produção agropecuária nacional.

O indicador do programa não retrata os resultados de implementação do conjunto das ações do Programa e sua aferição não é factível como resultado das ações previstas.

Por ser multissetorial, o Programa envolve uma gama ampla e diversa de instituições, desse modo seu indicador expressa de forma limitada os resultados. Por essa razão, foi implementado um processo de análise do Programa, inclusive para construir um indicador composto que expresse os resultados de todas as suas ações.

Análise do Resultado Alcançado:

A análise dos Programa contempla prioritariamente as ações desenvolvidas pela SEDR. As demais ações: 2B61 - Identificação e Pesquisa de Espécies da Fauna e Flora de Importância Econômica (Plantas para o Futuro) e 8266 - Implantação de Sistemas Comunitários de Conservação e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade) foram incluídas nos relatórios das respectivas unidades implementadoras.

A ação 8308 **Implantação de Unidades Territoriais de Gestão Ambiental Rural (GESTAR)** foi implementada de forma exitosa, dentro das condicionantes técnicas e orçamentárias disponíveis. Foram implementados cinco Planos de Gestão Ambiental Rural nos cinco Polos: Portal da Amazônia, Baixo Amazonas, Baixo Araguaia, BR163 e Serra Geral. Essa iniciativa deflagrou um processo de sistematização e difusão de conhecimentos e metodologias e práticas de gestão ambiental rural e pavimentou o estabelecimento de cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, no sentido de aplicar a metodologia desenvolvida e testada no âmbito do Programa Territórios da Cidadania, consolidando essa iniciativa como uma política de gestão ambiental rural, nas estratégias de desenvolvimento agrário do país.

No que diz respeito a implementação da ação 8998 - **Implantação dos Planos de Utilização dos Pólos do Proambiente**, foram gerados os parâmetros para avançar na implementação de políticas diferenciadas de manejo dos recursos naturais, crédito, assistência técnica e pagamento por serviços ambientais, em articulação com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do PRONAF e editais da PNATER. Quanto ao pagamento por serviços ambientais, um dos principais enfoques da ação, a aprovação do marco legal referente ao tema que tramita no Congresso Nacional, deverá definir os parâmetros para que as iniciativas de manejo dos recursos naturais pelos agricultores familiares seja definitivamente incorporado a remuneração pela prestação desse tipo de serviço.

A ação 6061 – **Fomento a Projetos Demonstrativos na Amazônia e Mata Atlântica** opera com recursos de doação externa, e tem efetivamente contribuído com a sistematização de conhecimentos e metodologias de gestão e manejo dos recursos da biodiversidade por meio de processos de manejo produtivo sustentável. No tocante à meta física, há uma redução de projetos executados em relação ao previsto, isso se deve ao fato de que estamos em processo acelerado de encerramento de projetos, nossa expectativa real é de chegar ao final do ano com cerca de 60 projetos em carteira apenas.

EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
18	127	1426	8308	1	4	Unid.	5	2	
18	127	1426	8998	1	4	Unid.	11	3	12
16	127	1426	6061	1	4	Unid.	138	80	246

Análise Crítica.

A ação 8308, ao propor um projeto, o que se pretende é o desenvolvimento de uma proposta que possa trazer ao governo a segurança necessária de que uma ação possa ser realizada com êxito em seus objetivos e que seu conjunto possa orientar a formulação de uma política pública.

O Projeto de Gestão Ambiental Rural - GESTAR, aplicado em ambientes socioambientais diferenciados pode trazer ao Ministério do Meio Ambiente essa segurança. Em perfeito alinhamento com o novo conceito de gestão do Governo Federal aplicado no período 2003-2010, o GESTAR por meio de uma base territorial, aos moldes dos Territórios Rurais e posteriormente dos Territórios da Cidadania, contribui efetivamente para que um conjunto de entes públicos e privados envolvidos com o

meio rural, crescessem em organização e em acesso aos recursos e às políticas, principalmente do governo federal.

Por meio de suas unidades ambientais de referência - UAR, da caracterização institucional, da avaliação ambiental integrada e dos planos de gestão ambiental rural, o GESTAR produziu um conjunto de estudos e práticas que reafirmaram o conceito de sustentabilidade socioambiental, mostrando a pertinência entre degradar menos e produzir mais. A equação necessária ao real aumento de renda e qualidade de vida e ambiental.

Fica, ao término dessa fase de experimentação, o desafio de expandir o GESTAR aos Territórios da Cidadania, ambiente próximo ao que foi trabalhado. Por seus resultados, essa iniciativa tem condições, conceituais e metodológicas, de vir a ser uma política do MMA aos TC. Uma efetiva contribuição deste Órgão à política de desenvolvimento territorial.

A ação 8998, que visa apoiar a implementação do Proambiente na Amazônia Legal, está sendo redimensionada e reestruturada com a incorporação em outras políticas públicas de muitas das atividades previstas inicialmente. A implantação da ação depende de um tripé baseado em políticas diferenciadas de crédito, assistência técnica e pagamento por serviços ambientais. Os dois primeiros eixos estão sendo absorvidos com a criação de linhas de créditos especiais do PRONAF e editais no âmbito da PNATER. Quanto ao pagamento por serviços ambientais, soluções locais têm sido buscadas enquanto aguarda-se a aprovação do marco legal referente ao tema que tramita no Congresso Nacional. Estas observações explicam a baixa execução física da ação no âmbito Programa 1426.

A ação 6061 tem sido exitosa em seus resultados que visam apoiar projetos demonstrativos com participação das comunidades visando gerar conhecimentos e desenvolver processos de gestão, formas de manejo dos recursos naturais e práticas produtivas inovadoras, voltadas para influenciar políticas públicas destinadas à produção familiar rural. A centralidade dos projetos está na promoção da sustentabilidade da produção baseada na agrobiodiversidade incorporando o fator ambiental no processo de decisão do produtor. O apoio a projetos é operado com recursos de doação externa repassados diretamente aos beneficiários. Os recursos nacionais, do Tesouro, são utilizados basicamente para a gestão do Subprograma. Por essa razão a execução orçamentária aparece baixa no sistema, uma vez que não é possível dar baixa do real valor aplicado. Durante o ano de 2010 duas novas Chamadas foram lançadas, uma para o bioma Amazônia e outra para a Mata Atlântica, resultando na contratação de 29 novos projetos distribuídos em cinco linhas temáticas. Ao final do ano a carteira de projetos, em suas diferentes fases de execução, era de 124 projetos.

2.3.2 EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ (consolidado)

Função	Sub função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada 2010	Meta a ser realizada em 2011
18	541	1145	200I	A	4	Organização apoiada	50	06	05
18	128	1145	6060	A	4	Capacitação-pessoa	700	241	200
18	541	1145	6230	A	4	Comunidade atendida	24	00	03
18	541	1145	6040	A	4	Cadeia assistida	03	03	09
18	541	1145	6087	A	4	Projetos apoiado	67	01	09
18	541	1080	200H	A	4	Família atendida	54	54	54
18	128	1080	4971	A	4	Pessoa capacitada	375	375	375
18	541	1080	8906	A	4	Estado apoiado	11	11	11
18	542	0512	8896	A	4	Diagnostico realizado	01	01	01
18	127	0512	7413	P	4	Projeto executado	05	00	12
18	126	0512	7965	A	4	Sistema instalado	40	00	15
18	127	0512	1J30	P	4	Bases cartográficas	90	30	CONCLUÍDO
18	541	0150	6063	A	4	Projeto apoiado	06	00	05
18	541	0150	8671	A	4	Projeto assistido	04	05	08
18	541	1166	8990	A	4	Projetos desenvolvidos	05	05	01
18	541	1332	8951	A	4	Estudos	03	00	00
18	541	1426	6061	A	4	Projeto apoiado	138	80	246
18	127	1426	8308	A	4	Unidade implantada	5	2	8
18	541	1426	8998	A	4	Pólos pioneiros	11	3	12

Obs.: A avaliação da execução física das Ações é apresentada no detalhamento do Item 2.3.2.1 Ações inscritas na Lei Orçamentária anual, de responsabilidade da UJ.

2.3.2.1. AÇÕES INSCRITAS NA LEI ORÇAMENÁRIA ANUAL DE RESPONSABILIDADE DA UJ.

AÇÕES NO PROGRAMA 1145 COMUNIDADES TRADICIONAIS

➔ Ação 200I - Apoio às Organizações das Comunidades Tradicionais

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Apoiar iniciativas de fortalecimento econômico-social, institucional e de participação em espaços de representação dos povos e comunidades tradicionais e proporcionar a identificação, o acesso às informações, apoio técnico-institucional e insumos básicos para viabilizar a produção com baixo impacto ambiental.
Descrição	Os direitos do cidadão são conquistas sociais e jurídicas, criados quando se estabelecem condições para um grupo construir e exigir respostas políticas que dizem respeito ao bem-estar de todos. No caso do fortalecimento das instituições das comunidades tradicionais o que se pretende é dar condições para que estas possam responder às necessidades das populações, garantindo os direitos básicos de acesso à terra, ao trabalho e demais indicadores da cidadania com sustentabilidade sócio-ambiental. As etapas do processo de desenvolvimento da Ação são as seguintes: 1- Identificação e diagnóstico de populações tradicionais; 2- Promoção de processos participativos com extrativistas para criação de organizações; 3- Promoção e apoio a organização das comunidades tradicionais para a produção e para a auto-gestão de seus empreendimentos produtivos; 4- Prover e/ou articular apoio técnico e financeiro para a produção, beneficiamento, armazenamento e comercialização dos produtos tradicionais; 5- Promoção de estudos e disponibilização de informações às comunidades tradicionais, sobre alternativas sustentáveis de geração de renda com os produtos tradicionais; 6- Apoiar a realização de análises de mercado para os produtos tradicionais; 7- Interagindo com órgãos públicos e instituições não governamentais, com atividades de inclusão social; com o BNDES, para a implantação dos Planos de Manejo nas Reservas Extrativistas; e no âmbito do MMA, com outras secretarias e com o CNPT/IBAMA
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
Coordenador nacional da ação	Claudia Maria Calorio
Unidades executoras	440040,440001 e 440002

A ação **Apoio às Organizações das Comunidades Tradicionais - 200I**, do programa Comunidades Tradicionais - 1145 é executada pelo Departamento de Extrativismo da Secretaria Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA. Em 2010, a ação tinha orçamento previsto de R\$1.740.000,00 na LOA. Do total do limite previsto, foram liberados e empenhados R\$971.246,00 (55,8%), e pagos recursos no valor de R\$ 888.796,00 (51,08%).

Foram contratados e pagos 5 projetos de organizações de Comunidades Tradicionais, por meio do Projeto de Cooperação Técnica Internacional PNUD BRA/08/012. O projeto com a Assessoria e Gestão de Estudos da Natureza, Desenvolvimento Humano e Agroecologia – AGENDHA - objetiva que povos e comunidades tradicionais consigam acessar a Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) por meio da prestação de serviços de ATER, junto a Associações e Cooperativas visando à comercialização e gêneros alimentícios para a alimentação escolar das 09 capitais e 06 grandes municípios do Nordeste. Os projetos com a Associação Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – AMIQCB e o Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS consistem em fortalecimento dessas associações para que as mesmas realizem cadastramento de extrativistas com vistas à emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) na região nordeste e norte,

SEDR/MMA

respectivamente. A DAP é instrumento de identificação do agricultor familiar para acessar políticas públicas, como o Pronaf, PGPMBio, PNAE e PAA; e foi identificado como principal gargalo para o acesso de extrativistas a essas políticas. O projeto com a Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná – FUPEF – objetiva iniciar a organização do Arranjo Produtivo Local do pinhão na BR-376, no estado do Paraná. Por fim, o projeto com o Instituto Equipe de Educadores Populares – IEEP - tem por finalidade promover a valorização das cadeias de produtos agroextrativistas das comunidades tradicionais do Paraná e norte de Santa Catarina por meio da inserção e capacitação desse público para acesso à PAA e PNAE.

O número de projetos apoiados foi menor do que a previsão da LOA, pois foi estabelecida a estratégia de apoiar menos projetos, mas projetos maiores, com valor de repasse superior e em diálogo com o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade. Ao todo, a execução desses projetos beneficiou mais 10.530 famílias, aproximadamente.

Também foi apoiada a realização das 13ª, 14ª e 15ª Reuniões Ordinárias da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo decreto de 13 de julho de 2006, cuja secretaria-executiva está a cargo do Ministério do Meio Ambiente.

Parte do recurso dessa ação também foi destinada ao pagamento de pessoal temporário envolvido diretamente na ação, que tem por finalidade apoiar iniciativas de fortalecimento econômico-social, institucional e de participação em espaços de representação dos povos e comunidades tradicionais e proporcionar a identificação, o acesso às informações, apoio técnico-institucional e insumos básicos para viabilizar a produção com baixo impacto ambiental.

META	PREVISÃO/ LEI	LIMITE DISPONIBILIZADO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/LIMITE %
Financeira	1.740.000,00	R\$ 858.944,00	858.944,00	100
Física	50	-	6	12

Salienta-se que, devido ao contingenciamento, a SEDR estabeleceu alguns critérios para a divisão dos limites orçamentários de cada ação, observando as demandas de cada uma. Neste aspecto, a ação 200I foi prejudicada pelo Acórdão do TCU 1339/2009, que impossibilitou compras de bens e serviços comuns por meio de Projetos de Cooperação Técnica Internacional sem o estabelecimento de transição gradual para aquisição de bens e equipamentos exclusivamente por meio de mecanismos institucionais próprios do regime jurídico administrativo do Ministério do Meio Ambiente, limitando assim as demandas originalmente previstas para a ação. Por isso a ação obteve apenas 55,8% de seus recursos disponibilizados em 2010.

O número de projetos apoiados foi menor do que a previsão da LOA, pois foi estabelecida a estratégia de apoiar menos projetos, mas projetos maiores, com valor de repasse superior e em diálogo com o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade. Ao todo, a execução desses projetos beneficiou mais 10.530 famílias, aproximadamente.

➔ Ação 6040 - Assistência à Produção e à Comercialização de Produtos da Sociobiodiversidade

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Promover o desenvolvimento das cadeias produtivas de recursos da biodiversidade, relevantes para as comunidades e povos tradicionais, por meio de agregação de valor, visando seu uso sustentável e a justa repartição de benefícios advindos de sua utilização econômica. Além de capacitar membros dos povos e comunidades tradicionais e extensionistas que atuam nas regiões extrativistas, de modo que as atividades produtivas sejam realizadas em consonância com a conservação ambiental e que tenham condições de acessar recursos públicos.
Descrição	Diagnóstico, caracterização, promoção do desenvolvimento e consolidação das cadeias produtivas da biodiversidade de interesse social, econômico, ambiental e cultural; identificação da viabilidade técnico-econômica do aproveitamento, manejo, transformação, armazenamento e comercialização de bioprodutos; desenvolvimento de sistema de banco de dados para a organização do conhecimento e das informações associados à cadeia de bioprodutos; assessoramento aos povos e comunidades tradicionais, inclusive aquelas situadas em pólos petroquímicos, em relação aos direitos sobre acesso ao conhecimento tradicional associado aos recursos genéticos, assim como às demais etapas das cadeias produtivas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
Coordenador nacional da ação	Claudia Maria Calorio
Unidades executoras	440040, 440001 e 440002

Resultados da Ação:

O Departamento de Extrativismo da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA realizou atividades de apoio ao desenvolvimento de cadeias de produtos da sociobiodiversidade e arranjos produtivos locais com foco na agregação de valor e consolidação de mercados sustentáveis.

No ano de 2010 foram realizadas as seguintes atividades:

- Apoio à criação e constituição da Câmara Estadual dos Produtos da Sociobiodiversidade e do Grupo de Trabalho para a Cadeia de Valor do Coco Babaçu no estado do Tocantins; e à criação e constituição do Grupo de Trabalho para a Cadeia de Valor do Coco Babaçu no estado do Ceará, Maranhão e Piauí,
- Realização de reuniões bilaterais com os estados do Pará, Amapá e Amazonas para institucionalização das Câmaras Estaduais dos Produtos da Sociobiodiversidade e dos Grupos de Trabalho para a Cadeia de Valor da Castanha do Brasil nesses Estados,
- Oficina participativa da Cadeia de Valor da Piaçaba em Barcelos -AM,
- Painel sobre o Arranjo Produtivo Local (APL) do Açaí na ilha de Marajó e sobre o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade no encontro sobre fortalecimento da cadeia produtiva Marajoara, em Marajó-PA,
- Apoio ao Seminário sobre a Cadeia Produtiva do Açaí na Região de Integração do Tocantins em Belém-PA,
- Fortalecimento APL do açaí no Pará,
- Apoio ao Seminário de Óleos Vegetais do Oeste Paraense em Santarém-PA,
- Apoio ao Seminário Final do 2º Ciclo de Debates Estratégicos para o Desenvolvimento

Sustentável de Cadeias Produtivas do Oeste Paraense em Santarém-PA,

- Apoio ao Workshop sobre negócios e biodiversidade em São Paulo,
- Articulações com os Pontos Focais -indicados pelos governadores -dos estados prioritários do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB) - AM, AC, PA, AP, MT, RO, MA, TO, PI e CE - para abordar o Plano de Ação Prioritário para 2010, o balanço das atividades de 2009 e estrutura de gestão atual do PNPSB,
- Assessoramento à realização de reuniões do Núcleo Gestor da cadeia produtiva do Pequi no norte de Minas Gerais em Montes Claros, trabalho fruto de ações desenvolvidas pela Gerência de Agroextrativismo através do Plano Nacional da Sociobiodiversidade,
- Articulação de reuniões para fortalecimento do APL da Carnaúba no Estado do Ceará,
- Articulação para fomento dos APLs da sociobiodiversidade de governos estaduais com MDS para estabelecer 3 convênios (MG, MA e PA),
- Participação na Reunião na Alemanha – Biofach,
- Apoio na capacitação de 110 profissionais da assistência técnica florestal em políticas públicas relacionadas ao plano nacional da sociobiodiversidade,
- Apoio na elaboração de forma participativa as Diretrizes de Manejo Florestal para 04 produtos da sociobiodiversidade (castanha-do-brasil, andiroba/copaíba, açaí e babaçu). Este material está em fase de conclusão,
- Elaboração de estudo sobre marco fiscal para a cadeia produtiva da castanha-do-brasil, em parceria com a Secretaria de Assuntos Estratégicos. Este documento está concluído para análise e encaminhamentos.

META	PREVISÃO/ LEI	LIMITE DISPONIBILIZADO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/LIMITE %
Financeira	R\$ 405.500,00	R\$ 237.765,00	R\$ 237.765,00	100
Física	3	-	3	100

➔ Ação 6060 - Capacitação de Comunidades Tradicionais

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Capacitar extrativistas e extensionistas que atuam nas regiões extrativistas das Comunidades Tradicionais para que as atividades produtivas sejam realizadas em consonância com a conservação ambiental.
Descrição	Definição dos critérios que viabilizem o financiamento de atividades produtivas das Comunidades Tradicionais; Identificar instituições parceiras interessadas em investir na capacitação das comunidades tradicionais; Executar um programa de treinamento específico para assegurar a assistência técnica adequada aos projetos de geração de renda das comunidades tradicionais; Realizar eventos de intercâmbio de experiências entre os beneficiários dos projetos das comunidades tradicionais; Identificar e valorizar os conhecimentos e técnicas tradicionais sustentáveis das comunidades tradicionais; Formar monitores para atuar nas Escolas-Família Extrativistas; Promover treinamento específico para as comunidades nas Reservas Extrativistas Marinhas, especialmente aquelas situadas em pólos petroquímicos, visando assegurar a exploração racional dos recursos pesqueiros.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
Coordenador nacional da ação	Claudia Maria Calorio
Unidades executoras	440040, 440001 e 440001

Resultados da Ação:

O objetivo desta ação ao longo de 2010 foi o de fortalecer o componente de capacitação, aumentando sua capilarização e ajudando a estruturar e empoderar as comunidades tradicionais e extrativistas.

Ao longo do ano foram apoiadas as seguintes capacitações:

1. metodologia Value Links B,
2. acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA),
3. Seminário de Empreendimentos do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB) realizado na ExpoSustentat 2010, em São Paulo,
4. Seminário de Extrativismo realizado na VII Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária – FENAFRA, em Brasília.

META	PREVISÃO/ LEI	LIMITE DISPONIBILIZADO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/LIMITE %
Financeira	R\$ 460.000,00	0	0	0
Física	700	-	241	34,43%

Destaca-se que não houve recurso disponibilizado para esta ação e, apesar disso, ocorreu uma alta execução física devido à parceria com a CONAB e o ICMBIO. É importante ressaltar que as parcerias estabelecidas têm conseguido atenuar o desgaste resultante da falta de recursos, a qual certamente compromete o alcance pleno dos objetivos propostos.

➔ Ação 6087 - Fomento a Projetos de Desenvolvimento Sustentável de Comunidades Tradicionais

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Promover o desenvolvimento sustentável de comunidades tradicionais com vistas a proteção ambiental e a melhoria de qualidade de vida destas comunidades, mantendo suas bases produtivas de forma sustentável.
Descrição	Disponibilização de recursos para o desenvolvimento de projetos que: -Promovam o aprimoramento da utilização sustentável dos recursos ambientais pelas comunidades tradicionais; -Promovam a criação e consolidação de mecanismos de gestão compartilhada do uso dos recursos ambientais, por meio da criação, consolidação e fortalecimento de instâncias relacionadas às comunidades tradicionais; -Promovam a articulação e o fortalecimento das comunidades tradicionais; -Aprimorem, elaborem e consolidem políticas com vistas a conservação dos meios de vida das comunidades tradicionais, incluindo Reservas Extrativistas; -Promovam a elaboração e implementação de planos de gestão/manejo do uso dos recursos naturais em áreas de uso de comunidades tradicionais; -Promovam o desenvolvimento e aplicação de tecnologias que visem a melhoria na cadeia produtiva e; -Promovam o apoio á atividades com vista a diversificação da economia, a geração de emprego e renda e a segurança alimentar.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
Coordenador nacional da ação	Cláudia Maria Calorio
Unidades executoras	440040, 440001 e 440002

Resultados da Ação:

Em 2010 foi apoiado o Projeto de Mapeamento e Construção de Banco de Dados para a Formação de uma Articulação Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais.

Este trabalho tem como objetivo promover o desenvolvimento e o fortalecimento das organizações, formais ou não, representativas, de defesa ou rede dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) por meio da divulgação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e da capacitação sobre a metodologia a ser utilizada no levantamento de dados para formação da rede de pesquisadores. Destacam-se os seguintes objetivos específicos:

- Realizar mapeamento das organizações representativas dos povos e comunidades tradicionais.
- Formação de banco de dados sobre instituições representativas de povos e comunidades tradicionais.

META	PREVISÃO/ LEI	LIMITE DISPONIBILIZADO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/LIMITE %
Financeira	R\$ 1.825.000,00	R\$ 950.000,00	R\$ 250.000,00	26,32
Física	67	-	1	1,49

➔ Ação 6230 - Gestão Ambiental em Terras Quilombolas

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Apoiar ações de gestão ambiental em Terras Quilombolas, assim como fornecer as condições necessárias para o acesso às políticas públicas de fomento, de mapeamento e de participação em espaços coletivos para formulação de políticas para a gestão ambiental.
Descrição	A situação fundiária ainda incerta na maioria das terras ocupadas por grupos descendentes de quilombolas, associada a situação de pobreza que predominam na maioria das comunidades resultou em dramática vulnerabilidade ambiental da base de recursos naturais de que tais comunidades dependem econômica e culturalmente. A ação proposta tem o objetivo de promover a gestão ambiental de Terras Quilombolas, associando iniciativas de gestão ambiental, com ênfase na recuperação da base de recursos naturais degradada, à promoção de atividades econômicas sustentáveis e compatíveis com a cultura das comunidades e de forma a preservar e valorizar o patrimônio de conhecimentos associado ao uso da biodiversidade. A exemplo das ações que a Coordenadoria de Agroextrativismo da SDS realiza com outros grupos sociais tradicionais, a gestão ambiental se fará de forma participativa, com envolvimento das comunidades beneficiadas, inclusive nas instâncias de decisão.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
Coordenador nacional da ação	Cláudia Maria Calorio
Unidades executoras	440040, 440001 e 440002

Resultados da Ação:

Em 2010, a ação não obteve recursos disponibilizados o que impossibilitou o alcance das metas físicas previstas.

META	PREVISÃO/ LEI	LIMITE DISPONIBILIZADO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/LIMITE %
Financeira	R\$ 420.000,00	0	0	0
Física	24	-	0	0

➔ Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Coordenação da Amazônia
Coordenador nacional da ação	Claudia Maria Calório
Unidades executoras	440040, 440001 e 440002

META	PREVISÃO/ LEI	LIMITE DISPONIBILIZADO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/LIMITE %
Financeira	350.000,00	218.154,00	218.154,00	100

ACÇÕES NO PROGRAMA 0150
PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS

➔ **Ação 8671 - Fomento à Gestão Ambiental em Terras Indígenas**

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Fomentar projetos que visem o uso sustentável e a gestão ambiental das terras indígenas brasileiras, garantindo alternativas concretas para a recomposição da auto-sustentação dos povos indígenas brasileiros.
Descrição	Execução de iniciativas voltadas à gestão sustentável dos recursos naturais presentes nas terras indígenas brasileiras, fomentando o uso sustentável dos recursos naturais e a proteção da biodiversidade das terras indígenas brasileiras por meio de: fomento a gestão dos recursos naturais estratégicos; recuperação de sítios/ecossistemas com ocorrência de espécies usadas para fins econômicos; fomento a ações voltadas ao desenvolvimento de alternativas para subsistência, apoio à comercialização de produtos extrativistas e utilização de espécies nativas que possam ser manejadas, ações de capacitação e de educação ambiental.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
Coordenador nacional da ação	Lylia Galetti
Unidades executoras	440040, 440001 e 440002

No decorrer do ano de 2010, foram realizadas 04 reuniões do Comitê Gestor da Carteira Indígena, nas quais foram aprovados 51 projetos, em benefício de 5.571 famílias de 31 povos diferentes. Os projetos estão distribuídos em 13 estados, nas diferentes regiões do país. Deste total, 36 projetos foram apresentados por associações comunitárias indígenas. Dos projetos aprovados, 5 tiveram suas parcelas pagas em 2010:

1. Projeto Comunidade Rio Inhacora – Aldeia Inhacora;
2. Projeto Comunidade Cabeceira do Lajeado Tigre – Aldeia Inhacora;
3. Projeto Comunidade Lajeado Bonito – Aldeia Inhacora;
4. Projeto Comunidade Sede Inhacorá - Terra Indígena Inhacora;
5. Projeto Comunidade Lajeado Sales – Aldeia km 10.

Foram realizadas 30 capacitações iniciais nas comunidades beneficiadas e o marco zero que precede a execução das atividades; no contexto da Chamada Pública de Projetos junto às Mulheres Indígenas, foram realizadas 08 oficinas de divulgação e apoio à elaboração de projetos, em parceria com a FUNAI, e, para a região de Dourados/MS e Alto Solimões/AM, em parceria com as agências da ONU no Brasil, especialmente PNUD, OIT e FAO. Foram apoiados os seguintes eventos, que dialogam com a perspectiva de capacitação das comunidades indígenas e intercâmbio entre elas e promoção do acesso a políticas públicas universais: duas Feiras de sementes tradicionais, uma na terra indígena Paresi, em MT, e a outra na TI Krahô, ambas em parceria com a Embrapa; apoio à participação de representantes do povo Guarani Kaiowá nas atividades do Vídeo Índio Brasil – MS; apoio à participação de representantes do povo Guarani da região sul do país, no evento Fala Guarani.

Na perspectiva de facilitar o acesso dos povos indígenas ao PPA, a CI apoiou a participação de lideranças no Seminário Nacional do PAA, promovido pelo CONSEA, e reuniões regionais, em parceria com o MDA, para acesso à PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural do MDA. No contexto da articulação e participação no âmbito do CONSEA, através da Comissão Permanente de Povos Indígenas, a CI apoiou este Conselho na elaboração de um documento

sobre a inserção do etnodesenvolvimento nas políticas públicas, o qual foi aprovado em plenária e gerou recomendações à Presidência da República, tendo também divulgado suas ações em plenária convocada pelo CONSEA para debater os resultados do Inquérito Nutricional dos Povos Indígenas realizado pela FUNASA e as estratégias de governo para garantir a SAN indígena.

Também ao longo de 2010, foi finalizado o processo de consulta da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI, com a participação de cerca de 1400 indígenas, em todo o país. Nesse ano, foram realizadas mais 3 consultas regionais sobre a PNGATI, para povos da Amazônia, as quais foram precedidas de prévias realizadas em Roraima, Rondônia, Parque Nacional do Xingu, Amazonas (prévia das Mulheres Indígenas) e Cuiabá. Neste processo, a Gerência Indígena trabalhou em conjunto com a FUNAI e um conjunto de parceiros não governamentais (GTZ, IIEB, TNC, CI). Com base nos resultados das consultas foi elaborada a minuta de decreto da PNGATI, no âmbito do Grupo de Trabalho Interministerial, que realizou 04 reuniões em torno desta agenda. A minuta foi submetida à apreciação da Comissão Nacional de Política Indigenista – CNPI, e aprovada nesta instância, em dezembro de 2010. Ainda neste mês, o processo da PNGATI foi encaminhado à FUNAI e Ministério da Justiça. Estima-se que o decreto de criação desta Política seja assinado nos primeiros meses de 2011. Todas as ações envolvendo a PNGATI foram custeadas pelo Projeto de Cooperação Técnica PNUD BRA 00/022, com recursos da Carteira Indígena. Também foi contratada uma consultoria técnica que acompanhou as consultas, trabalhou na sistematização de seus resultados e apoiou a elaboração da minuta de decreto. Além disso, a consultoria produziu um documento técnico sobre a compatibilização das legislações ambiental e indigenista e um estudo das ações do Plano Plurianual de Governo à luz dos objetivos da minuta da PNGATI. Já na perspectiva de implementação da PNGATI, a CI realizou, em parceria com o ICMBio de Santa Catarina, em dezembro de 2010, uma oficina de trabalho com gestores desta Instituição, voltada para a questão da sobreposição entre terras indígenas e unidades de conservação.

Análise crítica

Os problemas para a execução da ação 8671 no ano de 2010 foram:

- Morosidade na contratação dos projetos devido aos questionamentos jurídicos em torno dos instrumentos de contratação de projetos, às dificuldades do PNUD em operar tempestivamente as demandas de contratação dos projetos; equipe técnica e financeira insuficiente para dar conta da intensa agenda de fomento e demais agendas da Gerência Indígena. A Carteira Indígena tem hoje sob a sua responsabilidade, nos dois Projetos de Cooperação (BRA 00/022 e BRA 08/012), 260 projetos, do total de 318 apoiados desde 2004. Os projetos em andamento demandam acompanhamento técnico, in loco e à distância, avaliação, monitoramento, análise de prestações de contas parciais e finais, remanejamentos, atendimento às proponentes (via email, fax e telefone).
- Acórdão TCU 1339/2009: durante todo o ano de 2010, os impactos negativos deste Acórdão se fizeram presentes, tendo em vista que estabeleceu normas e procedimentos novos, em especial quanto à execução financeira dos recursos dos projetos de cooperação internacional, para os quais foi necessário um período de adaptação, ainda em curso.

META	PREVISÃO/ LEI	LIMITE DISPONIBILIZADO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/LIMITE %
Financeira	645.000,00	113.597,00	113.597,00	100
Física	4	-	5	125

➔ Ação 6063 - Fomento a Projetos de Gestão Ambiental dos Povos Indígenas da Amazônia (Programa-Piloto)

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Melhorar as perspectivas de sustentabilidade econômica, social e cultural dos povos indígenas em suas terras e da conservação dos recursos naturais nelas existentes.
Descrição	Recebimento e protocolo de subprojetos enviados pelas unidades proponentes interessadas em financiamentos disponíveis no âmbito dos Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas - PDPI ; triar os subprojetos recebidos pela Equipe Técnica da Unidade de Gerenciamento; enviar os subprojetos, ajustados de acordo com as normas do PDPI, a pareceristas especializados na área temática de cada subprojeto; em caso de parecer positivo, os subprojetos irão ao escrutínio final da Comissão Executiva do PDPI para julgamento de aprovação; implementação dos subprojetos; monitoramento da implementação; avaliação dos resultados.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
Coordenador nacional da ação	Lylia Galetti
Unidades executoras	440040, 440001 e 440002

A atuação dos “Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas” (PDPI) ocorre a partir de duas frentes de ação: o componente de “apoio aos subprojetos” nas áreas temáticas de proteção das terras indígenas, atividades econômicas sustentáveis e valorização cultural e o “fortalecimento institucional” do Movimento Indígena organizado da Amazônia.

No ano de 2010 foram aprovados 11 novos subprojetos no componente “apoio aos subprojetos”, totalizando, desde de 2001, 160 subprojetos aprovados pelo PDPI neste componente. Nesse sentido, destacamos que em 2011 e nos anos subseqüentes o PDPI não receberá novos subprojetos, em virtude do comprometimento do total de recursos, cabendo o acompanhamento e finalização do PDPI até o prazo de 31/12/2012.

No componente “fortalecimento institucional” merecem destaque o apoio à implementação de 6 Cursos de Formação de Gestores de Projetos Indígenas e o apoio à iniciativas de articulação do movimento indígena.

O total desembolsado para os dois componentes apoiados pelo PDPI em 2010 foi de R\$ 4.152.576,20.

Além das diversas atividades relacionadas aos subprojetos (triagem, capacitação inicial, acompanhamento, monitoria, análise da prestação de contas, elaboração de documentos dentro outras atividades) a equipe do PPDI participou de instâncias de debates e grupos de trabalho, com destaque para as reuniões da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e para o grupo de trabalho interministerial para a elaboração da Política Nacional de Gestão Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).

A aprovação dos subprojetos segue um fluxo que se inicia com o recebimento da proposta elaborada pela organização indígena e em seguida a triagem, em que se verifica se o subprojeto se enquadra na linha de apoio.

Os subprojetos que são considerados aptos na triagem são enviados a pareceristas que recomendam ou não a sua aprovação. Os subprojetos recomendados pelos pareceristas são encaminhados à Comissão Executiva (CE), formada paritariamente por representantes governamentais e representantes indígenas, que aprova ou reprovava os subprojetos.

Posteriormente, a equipe do PDPI realiza, com os subprojetos aprovados pela CE, uma capacitação inicial para em seguida dar encaminhamento aos procedimentos de contratação. Cabe destacar que dos 11 projetos aprovados em 2010, 9 projetos já foram capacitados faltando a capacitação inicial de outros 2 subprojetos.

Os recursos são liberados em parcelas bimestrais, devendo a organização proponente do subprojeto prestar conta financeira a cada dois meses e prestar conta técnica, por meio de apresentação de relatórios, a cada seis meses. A liberação das parcelas tem como condição a apresentação das prestações de contas nos prazos estabelecidos, mas mesmo assim existem casos de inadimplência. Nesses casos, as soluções das pendências estão sendo cobradas oficialmente.

Sobre as atividades relacionadas da PNGATI são fundamentais as parcerias com a Carteira Indígena (MMA), Departamento de Áreas Protegidas (MMA), ICMBio, Funai, GTZ e organizações não governamentais.

De um modo geral, como pontos positivos do PDPI destacam-se os seguintes:

- protagonismo e participação indígena na implementação do PDPI e na execução de todas as atividades ligadas aos subprojetos;
- fortalecimento da capacitação dos povos e organizações indígenas;
- contribuição para o fortalecimento institucional das organizações indígenas;
- valorização da auto-estima e cidadania dos povos indígenas;
- democratização do acesso a recursos públicos;
- apoio a subprojetos que valorizam a autoria e autonomia indígena;
- contribuição para a construção de alternativas de gestão ambiental e sustentabilidade;
- contribuição para o aprimoramento de políticas públicas indigenistas.

Já com relação aos maiores problemas enfrentados pelo PDPI destacam-se:

- equipe reduzida frente ao aumento contínuo da demanda de trabalho, o que tem ocasionado a priorização de algumas atividades em detrimento de outras;
- diferenças das regras do PDPI das regras da Administração Pública brasileira;
- baixa visibilidade do PDPI e de seus resultados;
- dificuldades de implementação e gestão dos subprojetos pelas organizações indígenas;
- pendências financeiras e técnicas dos subprojetos com o PDPI/MMA;
- falta de capilaridade do PDPI para atuação próxima aos povos indígenas.

Para o prosseguimento das atividades do PDPI os principais desafios a serem enfrentados destacam-se a sistematização das experiências do Programa como um todo, a solução das pendências técnicas e financeiras dos subprojetos com o PDPI/MMA e o encerramento do PDPI até 31/12/2012.

META	PREVISÃO/ LEI	LIMITE DISPONIBILIZADO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/LIMITE %
Financeira	3.278.161,00	61.308,00	61.308,00	100
Física	6	-	0	0

Análise crítica

De um modo geral, como pontos positivos da ação 6063 destacam-se:

- protagonismo e participação indígena na implementação do PDPI e na execução de todas as atividades ligadas aos subprojetos;
- fortalecimento da capacitação dos povos e organizações indígenas;
- contribuição para o fortalecimento institucional das organizações indígenas;
- valorização da auto-estima e cidadania dos povos indígenas;
- democratização do acesso a recursos públicos;
- apoio a subprojetos que valorizam a autoria e autonomia indígena;
- contribuição para a construção de alternativas de gestão ambiental e sustentabilidade;
- contribuição para o aprimoramento de políticas públicas indigenistas.

Por sua vez, os maiores problemas enfrentados para execução da ação 6063, pelo PDPI foram:

- equipe reduzida frente ao aumento contínuo da demanda de trabalho, o que tem ocasionado a priorização de algumas atividades em detrimento de outras;
- diferenças das regras do PDPI das regras da Administração Pública brasileira;
- baixa visibilidade do PDPI e de seus resultados;
- dificuldades de implementação e gestão dos subprojetos pelas organizações indígenas;
- pendências financeiras e técnicas dos subprojetos com o PDPI/MMA;
- falta de capilaridade do PDPI para atuação próxima aos povos indígenas.

Para o prosseguimento das atividades do PDPI dentre os principais desafios a serem enfrentados destacam-se a sistematização das experiências do Programa como um todo, a solução das pendências técnicas e financeiras dos subprojetos com o PDPI/MMA e o encerramento do PDPI até 31/12/2012.

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
18	541	0150	8671	A	4	unidade	4	5	8
18	541	0150	6063	A	4	unidade	6	0	5

ACÇÕES NO PROGRAMA 1080
COMBATE A DESERTIFICAÇÃO

➔ **Ação 8906 - Apoio à Implementação do Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação nas Áreas Susceptíveis à Desertificação - PAN-Brasil**

Dados gerais da ação

Tipo da Ação (1)	Finalística
Finalidade (2)	Promover ampla articulação com os Estados e sociedade civil para o desenvolvimento de ações de controle e combate à desertificação no País, a fim de cumprir com os compromissos assumidos pelo Brasil junto a Convenção das Nações Unidas de Combate a Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca CCD
Descrição (3)	Para a implementação da ação pretende-se promover: i) o apoio aos estados envolvidos na construção ou revisão e implementação dos Planos de Ação Estaduais de Combate à Desertificação, prezando pela efetiva participação social; ii) a articulação com os atores sociais locais (organizações não governamentais) e os governos estaduais para a implementação e revisão das ações de combate à desertificação, à luz das diretrizes estabelecidas no PAN; e iii) a revisão e discussão do PAN prezando pela participação social.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (4)	Ministério do Meio Ambiente
Coordenador nacional da ação (5)	Marcos Dal Fabro
Unidades executoras (6)	440040, 440001 e 440002

Detalhamento da ação:

1. Apoio aos estados envolvidos na construção ou revisão e implementação dos Programas de Ação Estaduais de Combate à Desertificação

A ação Apoio à Implementação do Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação nas Áreas Susceptíveis à Desertificação - PAN-Brasil, do programa Combate à Desertificação – 1080 é executada pela Coordenação de Combate à Desertificação da Secretaria Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA. O valor descentralizado desta ação é executado na forma de Projeto de Cooperação Técnica com o IICA.

Com os recursos desta ação o MMA, que possui a responsabilidade formal de coordenar e implementar as ações de prevenção, controle e o combate à desertificação no Brasil, apoiou os Estados inseridos nas Áreas Susceptíveis à Desertificação (ASD) na formulação de seus respectivos Programas de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAE's). Essa colaboração se deu por meio da definição metodológica e de suporte técnico de forma a se ter uma harmonia entre os diferentes Planos.

A elaboração dos PAE's encontra-se em estágios distintos de execução nos 11 estados. Em 2010, os estados do Ceará, Minas Gerais, Piauí e Rio Grande do Norte concluíram as atividades de elaboração e a versão final do documento de seus respectivos PAE's e o estado da Bahia elaborou a primeira versão do PAE/BA que deverá ser lançada em 2011. Os demais estados, Alagoas, Espírito Santo, Maranhão, Paraíba e Sergipe, em 2010 desenvolveram atividades e oficinas de construção participativas de elaboração de seus PAE's com previsão de finalização dos seus programas para o primeiro semestre de 2011. A conclusão dos PAE's consolidará a institucionalização do tema no âmbito

dos onze Estados e apresentará um instrumento que contribuirá para um melhor planejamento, para nortear os investimentos públicos e privados, bem como para o desenvolvimento de ações integradas.

Em 2010, a equipe da Coordenação de Combate à Desertificação da SEDR/MMA, acompanhou e apoiou cada Estado em suas iniciativas. Além disso, com recursos desta ação foram contratados e pagos os serviços de consultoria especializada para apoiar na definição metodológica e a elaboração dos PAE's, por meio do Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/ 05/004.

2. Elaboração do Sistema de Alerta Precoce de Seca e Desertificação (SAP)

O Sistema de Alerta Precoce de Seca e Desertificação (SAP), previsto pela UNCCD e pelo PAN Brasil, é uma iniciativa do MMA desenvolvida em parceria com o MCT. A criação e implementação do sistema permite prever, de forma mais imediata, as grandes secas episódicas que atingem a região e faz cenários sobre os impactos, sendo este uma ferramenta de diagnóstico para identificar as áreas afetadas por degradação ambiental e pela desertificação.

A proposta metodológica para a elaboração do SAP foi desenhada pela SEDR/MMA em conjunto com o INPE e especialistas de instituições envolvidas na concepção do Sistema como o Ministério da Integração Nacional, Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Agência Nacional de Águas, Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos, IICA, universidades federais do Nordeste e a Articulação no Semi-Árido – ASA.

Em agosto/2010 foi assinado o Acordo de Parceria entre a SEDR/MMA e o INPE/MCT para o desenvolvimento de ações conjuntas para a implementação da Convenção de Combate a Desertificação (UNCCD), particularmente, a elaboração e implementação do SAP conforme definido no PAN Brasil. Este instrumento com seu respectivo plano de trabalho, permitiu a participação formal do INPE na elaboração do SAP. Por sua vez, essa iniciativa interage com as ações do Projeto Desertwch realizada com Portugal e Moçambique no âmbito da UNCCD, para definir indicadores por meio do uso de imagens de satélite.

Em outubro de 2010 foi concluído o processo de contratação de cinco consultores especializados para consolidar um banco de dados multidisciplinar com informações de geologia, geomorfologia, climatológica, hidrológica, pedologia, cobertura vegetal, clima, socioeconomia, dentre outros, abrangendo as ASD, conforme Termos de Referências elaborados em parceria com o INPE.

O MMA, teve que definir uma estratégia conjuntamente com a ABC/MRE para, por meio do PCT BRA/IICA/05/004, adquirir equipamentos de alta tecnologia que, conjuntamente com o servidor de alto desempenho já adquirido pelo INPE/MCT, permitirão o desenvolvimento do SAP. A regionalização de cenários climáticos demanda o uso de modelos regionais em alta resolução, os quais são integrados por períodos de até 100 anos (entre 2010 e 2100). Dentro dessa perspectiva, a aquisição dos equipamentos especializados para o SAP refere-se, essencialmente, ao acesso, incorporação de conhecimentos, de informações, de tecnologias e práticas que serão traduzidas por resultados concretos nas ASD. Há, nesta ação, prevista pelo Projeto, a participação da cooperação internacional e da parceria entre instituições federais com um objetivo comum: o desenvolvimento de novos processos, técnicas e proficiências no País no que diz respeito à ações de combate à desertificação.

Em dezembro/2010 foi realizado pelo MMA, em parceria com o MCT, o II Workshop do Sistema de Alerta Precoce de Desertificação - SAP, com objetivo de apresentar aos especialistas a base metodológica definida para o SAP e consensuar sobre, e para efeito do Sistema, os fatores determinantes do processo de desertificação e seus pesos relativos, permitindo que os resultados dos cruzamentos gerem um Indicador Regional de Desertificação. A metodologia adotada para o SAP envolve compatibilização das bases de dados existentes de vegetação, de geomorfologia, de geologia,

de pedologia, hidrologia, de relevo, de clima e de censos municipais do IBGE, permitindo o cruzamento de informações.

Previsto para ser implantado a partir de 2011, o sistema levará em conta as exigências da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (CCD) e as prioridades estabelecidas pelo Programa Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos de Seca (PAN-Brasil).

Em 2010, a equipe da Coordenação de Combate à Desertificação da SEDR/MMA, acompanhou e apoiou as etapas de elaboração do SAP. Além disso, com recursos desta ação foram contratados e pagos os serviços de consultoria especializada para apoiar a elaboração do SAP, por meio do Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/05/004.

3. I Encontro Nacional de Enfrentamento da Desertificação (I ENED)

No Brasil as Áreas Susceptíveis à Desertificação (ASD) abrangem 1.488 municípios, onde vivem cerca de 36 milhões de brasileiros. Onze estados brasileiros têm partes de seus territórios incluídos nessas áreas: os nove estados nordestinos, mais Minas Gerais e o Espírito Santo. Esses números por si já traduzem a dimensão do tema da desertificação para o Brasil. Contudo, segundo os dados e previsões do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), a mudança do clima está ampliando as áreas de ocorrência, intensificando a aridez e agravando, assim, a problemática socioambiental.

Para enfrentar este problema, é necessário a união de esforços dos diversos atores sociais que trabalham com o desenvolvimento regional. Nesse contexto, o Ministério do Meio Ambiente, buscou construir uma rede regional de alianças com vistas a estabelecer um pacto de compromissos voltados ao “desenvolvimento sustentável” desta região. Este pacto foi formulado durante o I Encontro Nacional de Enfrentamento da Desertificação (I ENED).

O I ENED, realizado pelo Ministério do Meio Ambiente, em parceria com o Ministério da Integração e o apoio do IICA, nos municípios de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), no período de 3 a 5 de março de 2010, teve como objetivo principal o fortalecimento político-institucional da agenda do combate à desertificação, com a mobilização e pactuação de compromissos entre os atores relevantes (tomadores de decisão).

A estratégia adotada para a execução do ENED e construção do Pacto envolveu um conjunto de atividades preparatórias. Foram realizadas Reuniões Preparatórias Sub-regionais com vistas a construir um processo de envolvimento e de mobilização dos atores relevantes dos onze estados inseridos na área foco do PAN-Brasil, além de tomadores de decisão dos governos federal, estadual e municipal e a sociedade civil organizada. Foi também realizada, em fevereiro/2010, a Reunião Regional de Campina Grande que construiu uma Agenda de Propostas de Ações para o Combate à Desertificação.

Participaram do ENED representantes de 12 ministérios, dos governos estaduais e municipais, do setor produtivo, da comunidade científica e da sociedade civil. O Encontro efetivou uma agenda político-institucional com 90 propostas que resultou no documento do “Pacto de Compromissos pelo Desenvolvimento Sustentável do Semiárido”, ordenados conforme os 4 eixos temáticos do PAN Brasil acrescido de um quinto eixo assim especificados: “redução da pobreza e da desigualdade, conservação e manejo sustentável dos recursos naturais, ampliação sustentável da capacidade produtiva, gestão e fortalecimento institucional” e “secas, mudanças climáticas, biodiversidade: políticas orientadas para educação, ciência, tecnologia e informação”.

Em 2010, a equipe da Coordenação de Combate à Desertificação da SEDR/MMA, acompanhou e apoiou as etapas de preparação e realização do ENED. Um dos pontos mais destacados foi a definição de um locus institucional no MMA com estrutura de departamento para ser a referência para implementação do Programa Nacional e estaduais de Combate a Desertificação e um maior envolvimento da sociedade civil na implementação.

4 . II Conferência Internacional sobre Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento em Regiões Áridas e Semiáridas - ICID +18

Em agosto/2010 foi realizada, em Fortaleza/CE, a II Conferência Internacional sobre Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento em Regiões Áridas e Semiáridas - ICID +18 que teve como meta incluir de forma efetiva as questões relacionadas aos efeitos do aquecimento global em regiões áridas e semiáridas nas agendas de debates nacionais e internacionais. Os principais objetivos da ICID foram:

- Reunir participantes do mundo inteiro para identificar e focalizar ações nos desafios e oportunidades que enfrentam as regiões áridas e semiáridas do planeta;
- Atualizar o conhecimento sobre assuntos concernentes a essas regiões nos últimos 20 anos: aspectos ambientais e climáticos (variabilidade e mudanças), vulnerabilidades, impactos, respostas de adaptação e desenvolvimento sustentável;
- Explorar sinergias entre as Convenções das Nações Unidas no que concerne ao desenvolvimento de regiões semiáridas; e
- Gerar informações para subsidiar governos e a sociedade com o objetivo de melhorar a sustentabilidade econômica, ambiental e social de regiões semiáridas.

A Conferência foi uma iniciativa do ministério do Meio Ambiente em parceria com o Governo do Estado do Ceará, do Ministério da Ciência e Tecnologia, dos ministérios da Integração Nacional, do Desenvolvimento Social, da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), Banco do Nordeste, Agência Nacional de Águas (ANA), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Mundial, Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para os Países em Desenvolvimento (CIRAD), Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), Convenção das Nações Unidas de Combate a Desertificação (UNCCD), Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (UNCBD), Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (UNFCCC), Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DFID), Dimensões Sociais da Iniciativa de Política Ambiental (SDEP), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec), Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme), Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), Instituto Interamericano para Pesquisas de Mudanças Globais (IAI), Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Instituto Nacional do semiárido (Insa), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento (IRD), Potsdam Institute (PIK), Programa das Nações Unidas de para o Desenvolvimento (Pnud), Organização Meteorológica Mundial (OMM), Rede Clima, Secretaria Geral Ibero-Americana (Segib), The Nature Conservancy (TNC), e a Universidade de Fortaleza. A entidade responsável pela organização da Conferência foi o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE).

Com mais de 200 trabalhos apresentados em cerca de 60 mesas de debates o encontro envolveu cerca 80 países da África, Ásia e América Latina e reuniu 2.300 participantes, entre eles, pesquisadores, cientistas sociais, gestores de políticas públicas, representantes da iniciativa privada e de organizações internacionais e jornalistas. Durante o evento lançou-se oficialmente a Década das Nações Unidas de Combate à Desertificação pelo secretário executivo da UNCCD.

Durante o encontro, houve troca de informações e de lições aprendidas durante as duas últimas décadas sobre desenvolvimento sustentável nas Regiões Secas do planeta. Os participantes ofereceram recomendações de políticas para consideração na Rio + 20, a reunião de cúpula sobre meio ambiente e desenvolvimento que se realizará no Rio de Janeiro, em 2012.

As diretrizes finais resultantes do encontro estão reunidas na Declaração de Fortaleza, documento que consolida as recomendações para o fortalecimento da governança dessas regiões, com a tomada de poder e maior representação política das populações que nelas vivem. O documento alerta para "a atual situação de risco das regiões das terras secas, especialmente na África subsaariana, na Ásia do Sul e no Oriente Médio, como também em partes da América do Sul, do Caribe, da América do Norte, Ásia Oriental e no Pacífico - incluindo os riscos para a segurança global associados a seu empobrecimento e insegurança alimentar crescentes, aumento da vulnerabilidade a desastres naturais e mudanças climáticas, elevação dos conflitos internos e violência, e a interação entre eles".

A Declaração é composta por 23 recomendações divididas em oito temas: Desenvolvimento Sustentável e Mudança Climática: Desafios e Oportunidades; Representação Política em Múltiplas Escalas; Sinergias entre Iniciativas Globais Ambientais e de Desenvolvimento; Financiamento do Desenvolvimento Sustentável Sensível ao Clima; Educação para o Desenvolvimento Sustentável; Intercâmbio de Conhecimento e Informação; Planejamento Integrado e Implementação dos Programas e Estratégias de Desenvolvimento; e Respostas Urgentes.

Em 2010, a equipe da Coordenação de Combate à Desertificação da SEDR/MMA, acompanhou e apoiou as etapas de preparação e realização da ICID +18. Além disso, com recursos desta ação foram contratados e pagos os serviços de consultoria especializada para apoiar a realização da ICID e definir uma estratégia de comunicação, por meio do Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/05/004.

5. Comissão Nacional de Combate à Desertificação (CNCD)

A Comissão Nacional de Combate à Desertificação (CNCD), foi criada por meio do Decreto Presidencial de 21 de julho de 2008, com o objetivo fortalecer a implementação do PAN-Brasil e harmonizar as políticas públicas de combate à desertificação e de convivência com o semi-árido. A presença de representantes das organizações da sociedade civil foi reforçada nesta Comissão, como forma de manter a integração entre as atividades desenvolvidas pelos governos (federal, estaduais e municipais) com as desenvolvidas pelo conjunto dos grupos sociais afetados pelos processos de desertificação.

Presidida pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), a CNCD tem como secretaria executiva a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR) e representação dos governos estaduais, ministérios e instituições de atuação regional no semiárido, além da sociedade civil e do setor produtivo. A posse dos membros componentes da CNCD foi oficializada pelo Ministro do Meio Ambiente em novembro/2008, na I Reunião da CNCD, que também aprovou o Regimento Interno da CNCD e procedimentos para indicação de representantes da sociedade civil e do setor privado.

No período de março a junho/ 2010 foram realizadas as assembléias estaduais para indicação dos representantes da sociedade civil na CNCD, conforme Regimento Interno e, em julho/2010, foi realizada a II Reunião Ordinária da CNCD na qual tomaram posse os representantes acima referidos.

Em novembro/2010 foi realizada a I Reunião Extratordinária da CNCD com o objetivo de definir as diretrizes e a agenda de 2011 para projetos de combate à desertificação no Brasil, estabelecer as metas e agendas do Plano Plurianual (PPA) do período 2012 a 2015; discutir o financiamento da Política de Combate à Desertificação e a proposta de criação do Observatório Nacional do Semiárido,

SEDR/MMA

um conglomerado de instituições e de especialistas que vão discutir as perspectivas de desenvolvimento do semiárido brasileiro.

Em 2010, a equipe da Coordenação de Combate à Desertificação da SEDR/MMA apoiou a Secretaria Executiva da CNCD na preparação e realização das atividades previstas.

6. Institucionalização do Programa Nacional de Combate a Desertificação

A Secretaria de Extrativismo vem realizando esforços para que seja criada a Política Nacional de Combate a Desertificação, como forma de institucionalizar o Programa PAN – Brasil. Nesse sentido foram promovidos debates com os pontos focais parlamentares, para se ter aprovado a proposta do MMA. Por sua vez, essas ações são refletidas nos estados. Pernambuco é um dos que já tem a sua Política Estadual de Combate a Desertificação, sendo, pois uma ação de Estado.

A seguir é detalhada ação 8906 por localizador conforme informações existentes no SIGPLAN:

a) Localizador 0020 - NORDESTE: R\$ 480.000,00 de Despesas Empenhadas e R\$ 200.00,00 de Despesas Executadas. A Ação corresponde ao Planejamento previsto no Orçamento do Programa e as fontes de recursos (tesouro) empenhadas e/ou liquidadas o foram integralmente. Três Estados da região foram atendidos na "Meta Física". A Situação da Ação indica que o valor descentralizado foi executado na forma de Projeto de Cooperação Técnica com o IICA. O detalhamento da ação consta do objeto do Projeto.

b) Localizador 0030 - SUDESTE: R\$ 200.000,00 de Despesas Empenhadas e R\$ 150.00,00 de Despesas Executadas. A Ação corresponde ao Planejamento previsto no Orçamento do Programa e as fontes de recursos (tesouro) empenhadas e/ou liquidadas o foram integralmente. Dois Estados, Minas Gerais e Espírito Santo, os únicos da região sudeste previstos no programa, foram atendidos na "Meta Física". A Situação da Ação indica que o valor descentralizado foi executado na forma de Projeto de Cooperação Técnica com o IICA. O detalhamento da ação consta do objeto do Projeto.

c) Localizador 0001 - NACIONAL: R\$ 440.862,00 Despesas Empenhadas e R\$ 440.862,00 de Despesas Executadas. A Ação foi "criada" por emenda parlamentar, que previa na LOA o montante de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais para "atender" aos 11 estados das ASD - Áreas Susceptíveis à Desertificação. Todo o recurso previsto na emenda, foi contingenciado. De fato, apenas por esforço dirigente e orçamentário do próprio MMA, é que foram atendidos mais 6 (seis) estados da Região Nordeste, com recursos do próprio Ministério. Por essa decisão seis estados da região nordeste previstos de atendimento pelo programa, foram atendidos na "Meta Física". Logo, tanto a previsão física inicial, como a meta física correspondente sofreram devido as "contingências" orçamentárias, político institucional e, especialmente, em razão da não liberação de nenhum recurso oriundo da referida emenda parlamentar. De fato, 100% do valor real disponibilizado ao MMA, no seu próprio orçamento, uma vez descentralizado, foi executado, seja financeira, seja físico. A Situação da Ação indica que o valor descentralizado foi executado na forma de Projeto de Cooperação Técnica com o IICA. O detalhamento da ação consta do objeto do Projeto.

Ação: 8906	PREVISTO	REALIZADO	VARIAÇÃO %
Financeiro	4.680.000,00	790.862,00	16,9
Físico	16	11	68,75

➔ Ação 200H - Apoio ao Desenvolvimento de Atividades Familiares Sustentáveis em Áreas Suscetíveis à Desertificação

Dados gerais da ação

Tipo	Finalística
Finalidade	Aprimorar métodos e práticas de convivência com o semi-árido, tendo como foco os agricultores familiares, com o intuito de combater processos de desertificação em micro-bacias degradadas e o avanço desse fenômeno sobre áreas de vegetação remanescentes
Descrição	Estabelecimento de diretrizes do projeto a partir daquelas lançadas no PAN e PNPS; elaborar proposta prévia para discussão com as organizações locais e poder público; consolidar proposta e definir as regiões para implementação da mesma; estabelecer processo de mobilização social com os atores sociais locais e poder público para implementação da proposta; realizar processo de formação envolvendo extencionistas e agricultores visando aprimorar e difundir técnicas de convivência com o semi-árido; realizar seminários para avaliação das técnicas implementadas; elaborar materiais para divulgação das metodologias e técnicas validadas (video, cartilhas, manuais, entre outros); realizar cursos para formação de multiplicadores.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Coordenador nacional da ação	Marcos Dal Fabro
Unidades executoras	440040
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação de Combate à Desertificação
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conforme Decreto Nº 6.101 de 26 de abril de 2007

Detalhamento da ação:

1. Apoio a Projetos Locais para o Combate à Desertificação

A ação Apoio ao Desenvolvimento de Atividades Familiares Sustentáveis em Áreas Suscetíveis à Desertificação do programa Combate à Desertificação – 1080 esteve focada no apoio a Projetos Locais para o Combate à Desertificação, na realização de Dias de Campo demonstrando boas práticas de manejo florestal de uso múltiplo e integrado e de eficiência energética para usuários de biomassa florestal para o combate a desertificação.

Em 2010 alguns dos referidos projetos foram monitorados e avaliados pela equipe técnica da Coordenação de Combate à Desertificação.

A equipe da Coordenação de Combate à Desertificação da SEDR/MMA, acompanhou e apoiou as etapas de monitoramento e finalização dos projetos. Esta atividade foi realizada em parceria com o IICA e equipe técnica do IBAMA da Unidade de Apoio do MMA no Nordeste .

2. Editais para Implementação de Ações de Referência para o Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca.

Em 2010 a Coordenação de Combate à Desertificação da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente publicou no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV), hospedado no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) do Governo Federal, dois editais para a apresentação de propostas de projetos para a elaboração de convênio e/ou termo de parceria visando a implementação de ações de referência para o combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca. Os projetos serão intervenções demonstrativas que possibilitem o desenvolvimento de ações alinhadas às estratégias de uso sustentável de recursos naturais, eficiência energética e gestão dos recursos hídricos, colaborando com a constituição de modelos de referência de desenvolvimento rural local agroecológicos sustentável, evitando processos de degradação ambiental e de desertificação, criando alternativas econômicas com a conservação da biodiversidade.

O edital nº 1 SEDR/MMA foi elaborado de forma a promover uma interação entre as áreas com intensidade variável de degradação ambiental e com alta susceptibilidade à desertificação e os Territórios da Cidadania, além de espacialmente ter áreas de referência com boas práticas atendendo a diversidade regional. Assim foram estabelecidos: (a) Núcleo I – Território Cariri Ocidental (PB); Território Vales do Curu e Aracatiaçu (CE); Território Sertão do Araripe (PE) e Território Seridó (RN); (b) Núcleo II – Território Semi-árido II (BA); Território Médio Sertão (AL); Território do Alto Sertão (SE); (c) Núcleo III – Território Serra da Capivara (PI) e (d) Núcleo IV – Território Baixo Parnaíba (MA).

O edital nº 2 SEDR/MMA contempla, da mesma maneira, outros núcleos com intensidade variável de degradação ambiental e com alta susceptibilidade à desertificação, interagindo com os Territórios da Cidadania. Assim, foi criado o Núcleo V que contempla – Território Serra Geral (MG) e Território Norte (ES).

A Coordenação selecionou três Projetos de Referência para efetivação de convênios para implementação de ações demonstrativas de combate à desertificação em 10 estados, sendo um com a Fundação Araripe no Núcleo I, com a AGENDHA para o Núcleo II e com o CAA no Núcleo V.

Os recursos empenhados para os convênios foram provenientes das ações 200H, 4971 e parte dos recursos da ação 8906.

A seguir é detalhada ação 200H pelo localizador conforme informações existentes no SIGPLAN:

a) Localizador 0001 - NACIONAL : R\$ 293.031,00 de Despesas Empenhadas. A Situação da Ação indica que o valor descentralizado será executado na forma de Convênio com as entidades selecionadas por edital. O detalhamento da ação consta do objeto do Convênio.

Ação 200H	PREVISTO	EMPENHADO	REALIZADO	VARIAÇÃO %
Financeiro	300.000,00	293.031,00	0,00	0,00
Físico	54	-	54	100

➔ Ação 4971 - Capacitação de Agentes Multiplicadores Locais para Combate à Desertificação

Dados gerais da ação

Tipo	Finalística
Finalidade	Desenvolver processos de formação de atores sociais locais visando replicar em relação ao fenômeno da desertificação, suas causas e consequências, bem como sobre alternativas tecnológicas para inibir o mesmo.
Descrição	Condução de processos participativos de formação de agentes locais; Formação de multiplicadores; constituição de comissões locais de combate à desertificação e gestão sustentável da água para o acompanhamento, monitoramento, avaliação das intervenções de formação realizadas; confecção de materiais (cartilhas e manuais) visando implementar processos de formação em combate à desertificação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Coordenador nacional da ação	Marcos Dal Fabro
Unidades executoras	440040
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação de Combate à Desertificação
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conforme Decreto Nº 6.101 de 26 de abril de 2007

Detalhamento da ação:

1. Capacitação: Reuniões com os Pontos Focais e outros atores institucionais e da sociedade civil

Em 2010, a SEDR, em parceria com o Banco do Nordeste (BNB), e o IBAMA por meio da Unidade de apoio do Nordeste, realizou reuniões de capacitação que trataram diversos temas relacionados ao combate a desertificação, dentre eles: i) Proposta do Fundo Caatinga; ii) processo de elaboração e sistema de gestão dos PAE's; iii) Implementação da UNCCD; iv) elaboração do Sistema de Alerta Precoce de Secas e Desertificação; v) preparatória para a ICID; vi) preparatória para o I ENED; vii) reuniões da CNCD; viii) Práticas de manejo integrado de uso múltiplo e sustentável para o combate a desertificação; ix) alternativas de inclusão produtiva com produtos da sociobiodiversidade no combate a desertificação e conservação da biodiversidade; x) Eficiência energética para sustentabilidade da matriz energética do Nordeste em termos domiciliares e industriais.

Participaram das reuniões, os Pontos Focais Estaduais (governo, sociedade civil e parlamentar), além dos representantes do MMA, do BNB, da Unidade de Apoio do Nordeste, de outros ministérios e instituições com atuação nas ASD e do Secretário Executivo da UNCCD.

2. Capacitação: Seminário de Gestão Interinstitucional

Em julho/2010, o MMA, em parceria com a GTZ e apoio do IICA e da Unidade de Apoio do Nordeste, realizou o Seminário de Gestão Interinstitucional, em Recife/PE, na perspectiva de aprimoramento do diálogo, da troca de conhecimento e informações, planejamento de ações articuladas e agendas compartilhadas, a partir das capacidades das instituições e pessoas convidadas para o evento do Governo Federal: MI, MDS, MDA (SDT e SAF) e Departamentos da SEDR/MMA; dos Estados: Pontos Focais PAN Brasil (Assembléias Estaduais, Governos Estaduais e Sociedade Civil).

Os Objetivos do Seminário foram: Dialogar sobre a Agenda de Combate à Desertificação do PAN Brasil, atualizações, planejar e estreitar o relacionamento com os Pontos Focais estaduais, bem como articular com outras instâncias de governo e da sociedade para que atuem como apoiadores dos processos de implementação do Programa Nacional e Estaduais de Combate a Desertificação.

Os objetivos e metas de dialogar sobre a Agenda de Combate à Desertificação do PAN Brasil, atualização, planejamento e estreitamento do relacionamento com os Pontos Focais estaduais, bem como articular com outras instâncias de governo e da sociedade para que atuem como apoiadores dos processos de implementação dos Programas de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, foram cumpridos.

3. Editais para Implementação de Ações de Referência para o Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca.

Da mesma forma que na ação 200H, nesta ação também foram empenhados recursos para a Implementação de Ações de Referência para o Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca voltadas para a capacitação de agentes multiplicadores locais.

A seguir é detalhada ação 4971 pelo localizador conforme informações existentes no SIGPLAN:

Localizador 0001 - NACIONAL : R\$ 199.983,00 de Despesas Empenhadas e R\$ 199.983,00 de Crédito Empenhado a liquidar. O detalhamento da ação consta do objeto dos convênios referidos anteriormente.

Ação 4971	PREVISTO	EMPENHADO	REALIZADO	VARIAÇÃO%
Financeiro	200.000,00	199.983,00	0,00	0,00
Físico	375		375	100,00

➔ Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo	Finalística
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Coordenador nacional da ação	Marcos Dal Fabro
Unidades executoras	440040
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação de Combate à Desertificação
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conforme Decreto Nº 6.101 de 26 de abril de 2007

Ação: 2272	PREVISTO	REALIZADO	VARIAÇÃO%
Financeiro	245.000,00	194.899,62	79,55
Físico			

Análise crítica:

Apesar das restrições de contingenciamento, as ações 200H e 4971 cumpriram as metas físicas estabelecidas. Essa ações obtiveram índice de execução elevada devido ao apoio dos governos estaduais, da Unidade de Apoio do Nordeste e parceiros como a GTZ/GOPA Consultants, BNB, Ministério da Integração, MDS, entre outros.

Os recursos da ação 2272, possibilitaram ações estruturantes no âmbito do Programa Nacional de combate a Desertificação dando suporte ao processo de articulação para elaboração do Projeto de Lei (proposta do Executivo) instituindo a Política Nacional de Combate à Desertificação, que está para ser tramitado no Congresso Nacional; ampliar o debate sobre a área de atuação do PAN – Brasil, tendo em vista os processos de degradação ambiental, ocorrente em outros ambientes e também foram desenvolvidas ações para implementação do PAN em parceria com os estados e sociedade civil, definindo instrumentos de fomento à Política de combate a desertificação.

Ademais nesses recursos estão inclusas as ações voltadas para os trabalhos de atendimento as demandas da Convenção Internacional de Combate a Desertificação da qual o Brasil é signatário e a Secretaria de Extrativismos e Desenvolvimento Rural Sustentável é o locus institucional de articulação com o Secretariado da UNCCD, para implementação das Recomendações no âmbito nacional.

Dentre as ações destacamos:

- (i) o alinhamento do PAN-Brasil as recomendações da UNCCD;
- (ii) dar prosseguimento as ações do Projeto Econormas – que foi assinado pelo Brasil no âmbito do Mercosul;
- (iii) implantar as ações do Projeto DesertWatch, visando definir indicadores com uso de imagens satélites.

Essa proposta envolve a Agência Espacial Européia, o INPE, Portugal e Moçambique; (iv) implantar a Agenda da Cooperação com os Países Latinos e Árabes no combate a desertificação; e (v) Com os Países de Língua Portuguesa (PLPP), desenvolver uma ação de difusão de boas praticas de combate a desertificação por meio de praticas agroecológicas voltadas para o manejo integrado de uso múltiplo dos recursos florestais, conservação dos recursos hídricos e eficiência energética.

A dificuldade de acesso ao sistema do SIGPLAN, pela equipe técnica, faz com que haja uma baixa qualidade de interface do sistema o que interfere negativamente nos resultados do relatório.

A insuficiência de recursos humanos e a falta de capacitação foram fatores que limitaram a execução das ações do Programa Combate à Desertificação considerando que a equipe técnica era composta por servidores temporários.

Um contraponto importante foi o envolvimento da equipe técnica do IBAMA por meio da Unidade de Apoio do Nordeste, que atuou assessorando tecnicamente em diversas frentes na região, em especial com ações de capacitação, difusão e comunicação de boas praticas de manejo integrado de uso múltiplo, num contexto agroecológico, além de suporte na elaboração dos Programas Estaduais de Combate a Desertificação.

AÇÕES NO PROGRAMA 0512
ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO

➔ **AÇÃO 2272 – Gestão e Administração do Programa**

Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Coordenador nacional da ação	Roberto Ricardo Vizentin
Unidades executoras	440040 e 440001

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	LIMITE ORÇAMENTÁRIO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/LIMITE ORÇAMENTÁRIO %
Financeira	875.000,00	340.756,00	340.756,00	100

➔ **AÇÃO 7413 – Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Brasil na escala 1:1000.000**

Dados gerais da ação

Tipo	Projeto
Finalidade	Consolidar o macrodiagnóstico e macrozoneamento do país na escala da União
Descrição	Elaboração de macrocenários exploratórios de desenvolvimento e uso dos recursos naturais, na escala nacional, para orientar projetos regionais e locais de Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE, bem como subsidiar a discussão sobre desenvolvimento regional no Brasil; organização e aplicação de indicadores nacionais; articulação, padronização e automatização da base de informações na escala do milhão
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Coordenador nacional da ação	Roberto Ricardo Vizentin
Unidades executoras	440040 e 440001

Metas e resultados da ação no exercício - Localizador: 0001 - Nacional

Localizador: 0001 - Nacional

META	PREVISÃO	LIMITE ORÇAMENTÁRIO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/LIMITE ORÇAMENTÁRIO %
Financeira	2.500.658,00	778.250,10	778.250,10	100

META	PREVISÃO	LIMITE FÍSICO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/ LIMITE FÍSICO %	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA
FÍSICA	5,00%	5,00%	0,00%	0,00%	Projeto Executado	% execução física

Relatório de Atividades:

Primeiro Trimestre

Após uma série de reuniões da Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico, foi disponibilizado no mês no dia 26 de janeiro, para consulta pública, no site do Ministério do Meio Ambiente, documento com a proposta do Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal, acompanhado pelas orientações e pelo formulário para o envio de contribuições.

No mês de fevereiro, como estratégia de divulgação da proposta do Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal, submetida à consulta pública no mês anterior, foram encaminhadas mensagens de correio eletrônico para extensa lista de destinatários, abrangendo vários segmentos da sociedade, além de entrevistas concedidas a rádios, emissoras de televisão e jornais impressos de grande circulação e da realização de encontros setoriais com instituições de atuação estratégica na Amazônia Legal, como a Embrapa e a Sudam.

O período para o envio de críticas e sugestões à proposta do Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal foi encerrado no dia 06 de março. A partir desta data foi iniciado o processamento das contribuições recebidas, discutidas no âmbito da Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico, no que resultou a aprovação da versão final do documento no dia 23 do mesmo mês.

Dada a conclusão do Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal, a execução física realizada neste mês corresponde à porcentagem do território nacional abrangida pela Amazônia Legal, isto é, 61,2%.

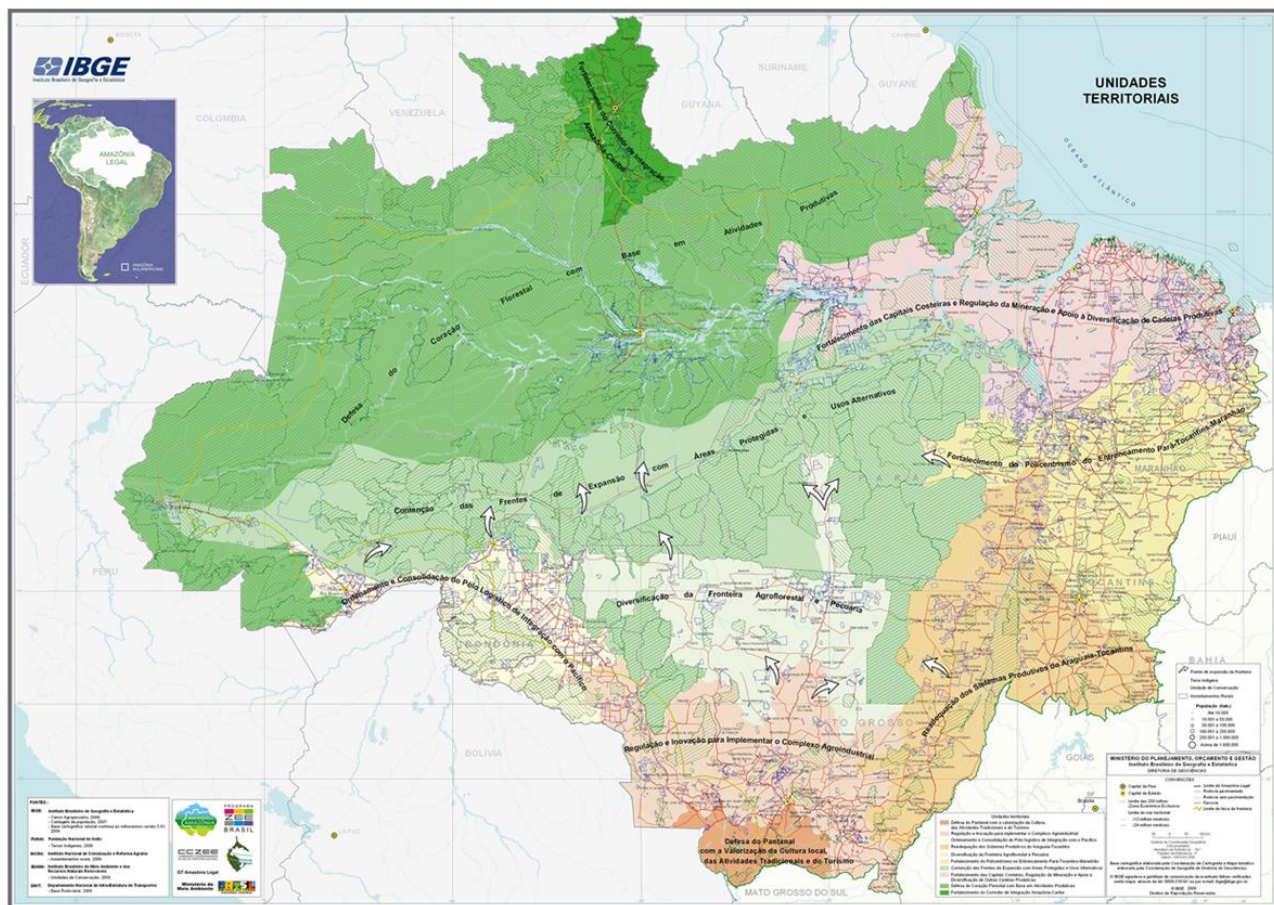


Figura 02 – Unidades Territoriais do Macrozoneamento da Amazônia Legal

FONTE: www.mma.gov.br/zeeamazonia.

Segundo Trimestre

Neste período em que as atividades foram prejudicadas em decorrência da greve dos analistas ambientais e agentes administrativos do Ministério do Meio Ambiente, merece destaque:

5. a consolidação da minuta do Decreto que institui o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal, após discussões com os ministérios que compõem a Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico e com os representantes dos estados da região, acompanhadas pela Consultoria Jurídica do Ministério do Meio Ambiente.
6. a elaboração de três termos de referência para as bacia hidrográficas do Parnaíba, São Francisco e Tocantins-Araguaia, a serem executados com recursos oriundos do Projeto de Cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD.

Terceiro Trimestre

Durante o mês de julho, em reunião do Consórcio ZEE Brasil, e considerando a conclusão do Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal, foi discutida a elaboração do ZEE em outras áreas prioritárias, sob a perspectiva do governo federal. Assim, de modo a aprofundar o debate, deliberou-se pela criação de três grupos de trabalho, compostos pelas instituições do Consórcio ZEE Brasil, com o objetivo de (i) elaborar o projeto - marco conceitual e metodológico e arranjo institucional - destes novos ZEEs, (ii) estruturar o banco de informações do projeto e (iii) revisar as

SEDR/MMA

Diretrizes Metodológicas do Zoneamento Ecológico-Econômico, procedendo com as atualizações que se fazem necessárias.

Em setembro, merece destaque, a realização de reunião do grupo de trabalho encarregado de elaborar o projeto dos novos ZEEs. Com foco na região Nordeste e no bioma Cerrado, avanços foram alcançados na definição das principais questões a serem respondidas por estes ZEEs e na identificação das fontes de informação disponíveis. Nova oficina de trabalho foi marcada para o mês de outubro.

Além disso, foram apresentados, durante a oficina de revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos realizada em Belo Horizonte, os diagnósticos temáticos que compõem o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, com uma série de informações que atuam como subsídio ao planejamento e revitalização da bacia.

Comentários gerais:

Frente ao largo contingenciamento de recursos do Orçamento da União, grande parte das despesas relacionadas às atividades descritas foi feita com recursos do Projeto de Cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

*Metas e resultados da ação no exercício - Localizador: **0056 - Bertioqa - SP***

META	PREVISÃO	LIMITE ORÇAMENTÁRIO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/LIMITE ORÇAMENTÁRIO %
Financeira	100.000,00	100.000,00	0,00	0

META	PREVISÃO	LIMITE FÍSICO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/ LIMITE FÍSICO %	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA
FÍSICA	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	Projeto Executado	% execução física

Comentários gerais:

Por meio de emenda parlamentar foram destinados recursos nesta ação para o município de Bertioqa, no estado de São Paulo.

Durante o segundo trimestre a Secretaria de Meio Ambiente de Bertioqa apresentou no Portal dos Convênios proposta de plano de trabalho para a elaboração do zoneamento ecológico-econômico do município na escala de 1:100.000, com maior detalhamento em algumas áreas prioritárias. Contudo, foi verificada a necessidade de adequação da proposta às Diretrizes Metodológicas para o Zoneamento Ecológico-Econômico, aperfeiçoamentos que o município não deu prosseguimento, mesmo com a disponibilização de auxílio da equipe técnica do Ministério do Meio Ambiente.

➔AÇÃO 1J30 – Elaboração da Base Cartográfica Digital da Amazônia Legal

Dados gerais da ação

Tipo	Projeto
Finalidade	Elaborar a base cartográfica digital contínua da Amazônia Legal em escala 1:100.000
Descrição	Avaliação e validação (homologação pela Diretoria de Serviços Geográficos do Exército - DSG e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE) das bases cartográficas elaboradas pelos estados de Rondônia, Acre, Maranhão, Tocantins e Amapá. Conversão para o meio digital e atualização da base analógica existente, elaborada pela DSG e pelo IBGE. Elaboração da base preliminar do vazio cartográfico existente na região. Ajuste, correção e homologação da base cartográfica do Estado do Mato Grosso. Integração das bases em arquivo digital único.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Coordenador nacional da ação	Roberto Ricardo Vizentin
Unidades executoras	440073

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	LIMITE ORÇAMENTÁRIO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/LIMITE ORÇAMENTÁRIO %
Financeira	400.000,00	0,00	0	0

META	PREVISÃO	LIMITE FÍSICO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/ LIMITE FÍSICO %	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA
FÍSICA	90	90	30	33	Carta	unidade

Comentários gerais

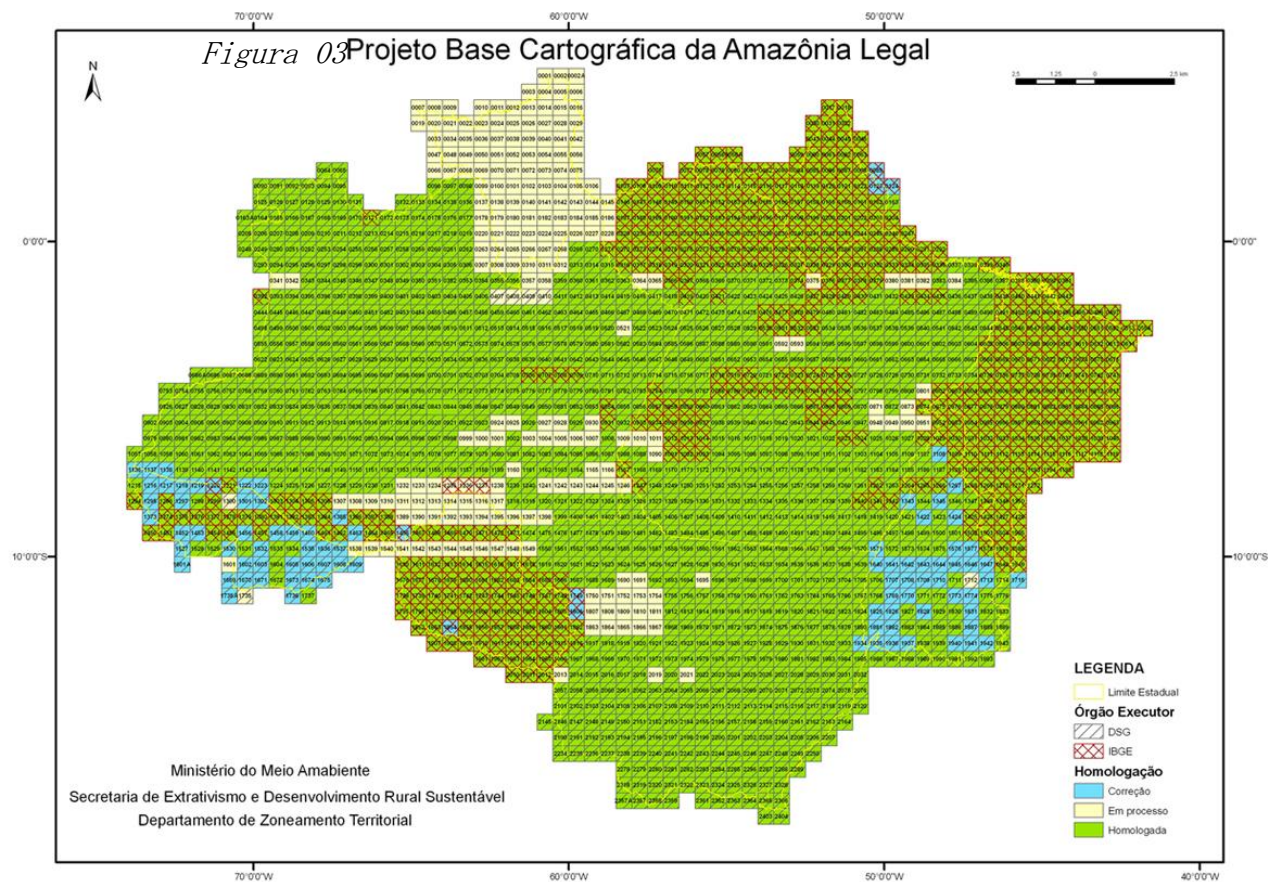
A principal atividade executada durante o ano de 2010 foi a elaboração do relatório de encerramento, evidenciando que a meta total do projeto de recobrir toda a Amazônia Legal na escala 1:100.000, a saber, 1815 folhas, foi integralmente cumprida. Entretanto, o relatório apontou para a confecção de 1.832 folhas devido à duplicação em áreas de fronteiras entre estados, sem maiores consequências para as finalidades do Projeto.

Vale informar que ocorreu um equívoco na totalização indicada para a LOA 2007, 2008 e 2009, cujos resultados foram somados inadvertidamente. Assim, o resultado final é de 1.815 cartas, das quais 622 avaliadas e validadas, 461 convertidas e atualizadas da base existente, 450 elaboradas para o vazio cartográfico e 282 ajustadas, corrigidas e homologadas do Estado de Mato Grosso.

Em relação à execução financeira, cabe ressaltar que os valores orçados para 2010 refletiram a expectativa de custos necessários a conclusão dos trabalhos, mas que não precisaram ser utilizados.

Por fim, vale registrar:

- a necessidade da disseminação das informações e dados gerados para os usuários finais. Neste sentido apresenta-se a possibilidade desta disseminação através de um geoportal.
- que as alterações antrópicas no meio ambiente provocam a necessidade de constantes atualizações (ex.: uma estrada recém pavimentada ou mesmo uma ponte). Para tanto, é necessária a criação de metodologias e estratégias que possibilitem essas atualizações, bem como o compartilhamento dos dados e informações com os estados da Amazônia Legal.



FONTE: www.mma.gov.br/zee.

➔ AÇÃO 7965 – Implantação do Sistema Gerenciador de Banco de Dados sobre Zoneamento Ecológico-Econômico

Dados gerais da ação

Tipo	Projeto
Finalidade	Dotar a gerência e os usuários do Programa, bem como os executores regionais, estaduais e locais de ZEE, de informações sistematizadas e organizadas em uma mesma base de dados.
Descrição	Desenvolvimento do Projeto do Banco de Dados; padronização da linguagem entre as instituições consorciadas; implantação do sistema de tratamento da informação espacial; desenvolvimento, manutenção e suporte para produtos de software de domínio público para geração de produtos de Programa; aquisição, tratamento e interpretação de imagens de sensoriamento remoto para atualizar cartografia básica e temática e identificar unidades ambientais; construção e manutenção de portal na internet; compartilhamento de dados e procedimentos entre diferentes bancos; criação de módulos de acesso.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Zoneamento Territorial
Coordenador nacional da ação	Roberto Ricardo Vizentin
Unidades executoras	440040 e 440001

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	LIMITE ORÇAMENTÁRIO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/LIMITE ORÇAMENTÁRIO %
Financeira	4.700.000,00	58.240,00	58.240,00	100

META	PREVISÃO	LIMITE FÍSICO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/LIMITE FÍSICO %	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA
FÍSICA	40,00%	40,00%	0,00%	0,00%	Sistema implantado	% execução física

Relatório de Atividades:

Primeiro Trimestre

Os trabalhos realizados durante o primeiro trimestre concentraram-se em torno da organização do banco de dados da Base Cartográfica da Amazônia e do Macrozoneamento da Amazônia Legal. A execução financeira foi nula, pois até a data não houve liberação de recursos

Figura 04 – Estruturação de dados do Macrozoneamento da Amazônia Legal



Segundo Trimestre

No segundo trimestre, em função da greve dos servidores do MMA, as atividades ficaram prejudicadas. Mesmo assim, foram elaboradas as propostas de termos de referência para contratação de serviços associados aos objetivos da ação, realizadas reuniões com a CGTI - Coordenação e Gestão de Tecnologias e Informação do MMA e definidos encaminhamentos para as atividades do segundo semestre. A execução financeira neste período não ocorreu em função de contingenciamento que afeta a ação.

Terceiro Trimestre

Foi elaborada boa parte da documentação referente aos dados espaciais utilizados na elaboração do Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal, que serão validados pelas entidades competentes e disponibilizados no Geonetwork do MMA, seus links também estarão presentes no site de divulgação deste Macrozoneamento, que faz parte do portal do MMA.

Quarto Trimestre

A documentação referente aos dados espaciais do Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal foi finalizada, e inseridos no Geonetwork do MMA. Também foram elaborados termos de referência para contratações via Banco Mundial correlacionados a questão geoespacial do Departamento de Zoneamento Territorial.

Comentários gerais:

No decorrer do ano de 2010 as atividades executadas foram focadas na elaboração e acompanhamento dos produtos elaborados externamente e relacionados ao Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal.

Devido ao contingenciamento orçamentário, a ação foi afetada quanto a execução de algumas das atividades planejadas. No entanto, as referentes ao projeto Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal foram finalizadas, tendo sido executado pelo corpo técnico presente no departamento.

➔ AÇÃO 8896 – Controle Ambiental dos Espaços Litorâneos

Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Avaliar a dinâmica socioambiental, estabelecer cenários e propor medidas de gestão dos espaços litorâneos.
Descrição	Implementação dos instrumentos de gerenciamento costeiro, como suporte à mediação de conflitos entre os diversos usos das áreas litorâneas e à tomada de decisões, mediante a harmonização de diretrizes e procedimentos, a nível federal, com a sociedade e os setores produtivos, em especial os setores de infra-estrutura (energia e transporte), turismo, desenvolvimento urbano e recursos-vivos marinhos, visado à proteção ambiental da região.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Zoneamento Territorial
Coordenador nacional da ação	Roberto Ricardo Vizentin
Coordenador executivo	
Unidades executoras	440040 e 440001

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	LIMITE ORÇAMENTÁRIO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/LIMITE ORÇAMENTÁRIO %
Financeira	471.690,00	18.646,73	18.646,73	100,00

META	PREVISÃO	LIMITE FÍSICO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/LIMITE FÍSICO %	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA
FÍSICA	1	1	1	100	Diagnóstico realizado	unidade

Relatório de Atividades:

Primeiro Trimestre

No primeiro trimestre de 2010, foram intensificadas as atividades de planejamento internas e colegiadas da Coordenação Nacional do Gerenciamento Costeiro, com foco na articulação interministerial e com os estados, visando a formulação de propostas de ações para os próximos anos.

Segundo Trimestre

No mês de abril, foi realizado o 3º Workshop de Diretrizes Técnicas, Políticas e Institucionais para o Gerenciamento Costeiro, com a participação dos estados costeiros, SPU-MPOG e representantes da Academia.

Durante o mês de maio destacaram-se as seguintes atividades:

- Realização de Consulta Nacional sobre a Situação do Gerenciamento Costeiro nos Estados, incluindo ações realizadas, capacidade institucional, instrumentos de gerenciamento e financiamento das ações na esfera estadual de governo.
- Cooperação com a coordenação do gerenciamento costeiro do Estado de Santa Catarina para implementação do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro (PEGC) e do Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro (ZEEC), por solicitação do Ministério Público Federal.

No mês de junho:

- Conclusão do documento de planejamento "Gerenciamento Costeiro: Contexto e Prioridades 2010-2011".
- Realização, em parceria com a Representação em Brasília da UNESCO, da "Oficina de Consulta Nacional para Elaboração de Projeto Regional sobre Adaptação às Mudanças Climáticas em Regiões Costeiras", no âmbito do Projeto Atlasur, com Argentina e Uruguai, visando financiamento do GEF (Global Environment Facility).

Terceiro Trimestre

No trimestre foi assinado importante acordo de cooperação para o Gerenciamento Costeiro, com a Cooperação Espanhola. O acordo tem por objeto a execução do projeto “Transferência de Metodologias e Ferramentas de Apoio à Gestão da Costa Brasileira”, numa parceria entre a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA; a Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; o Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo; o Centro de Ciências Tecnológicas da Terra e do Mar, da Universidade do Vale do Itajaí; e a Fundación Instituto de Hidráulica Ambiental de Cantabria, da Universidad de Cantabria – Espanha, com duração de 26 meses.

Nas ações de apoio a estados e municípios para a melhoria da gestão costeira, pode-se destacar o acompanhamento ao Estado do Espírito Santo na elaboração do Zonamento Ecológico-Econômico, o apoio ao município de Mucuri, na Bahia, que vem sofrendo em função de processo de erosão costeira e o prosseguimento do apoio ao estado de Santa Catarina.

Como ação de divulgação e comunicação foi lançado o informativo eletrônico Infogerco, veículo que pretende apoiar as ações de gestão costeira disseminando e divulgando notícias e boas práticas.

Quarto Trimestre

Em relação ao projeto de Cooperação com a Espanha - “Transferência de Metodologias e Ferramentas de Apoio à Gestão da Costa Brasileira”, foi realizada reunião com os parceiros para apresentação dos resultados já obtidos e alinhamento de cronograma.

A coordenação organizou e promoveu a I Oficina Nacional sobre Metodologia de ZEE Costeiro para debater e propor diretrizes metodológicas para integração do ZEE Costeiro com o ZEE Territorial. Esta integração foi uma das demandas apontadas no 3º Workshop do Gerco realizado em março de 2010, e além de representantes estaduais estavam presentes membros da academia e do Consórcio ZEE Brasil, reunidos em 2 dias de Oficina. Os trabalhos partiram da apresentação de algumas experiências estaduais e seguiram com debates em grupo para apresentação de propostas. Os resultados estão sendo sistematizados e serão necessárias novas rodadas de debates.

AÇÃO NO PROGRAMA 0794
GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO

➔ **AÇÃO 6642 – Instrumentalização de Estados e Municípios para Gestão da Orla Marítima**

Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Instrumentalizar estados e municípios para aplicação dos procedimentos do Projeto Orla, nas áreas de patrimônio da União, visando à ocupação planejada dos espaços e o uso sustentável dos recursos ambientais, mediante parcerias entre o governo e a sociedade.
Descrição	Implementação dos instrumentos de gerenciamento costeiro, como suporte à mediação de conflitos entre os diversos usos das áreas litorâneas e à tomada de decisões, mediante a harmonização de diretrizes e procedimentos, a nível federal, com a sociedade e os setores produtivos, em especial os setores de infra-estrutura (energia e transporte), turismo, desenvolvimento urbano e recursos-vivos marinhos, visando à proteção ambiental da região. Ação conjunta do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e da Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPU/MP), com desdobramento junto aos órgãos estaduais de meio ambiente (OEMAs) e às Gerências Regionais do Patrimônio da União (GRPUs), além da esfera de governo municipal, abrangendo 285 municípios, nos 17 estados litorâneos. Engloba duas vertentes: a) Assistência a 25 municípios habilitados na primeira etapa de aplicação do Projeto Orla, em termos da base normativa de planejamento do uso e ocupação do solo; diretrizes para elaboração/adequação dos planos diretores (Estatuto da Cidade-Lei n.º 10257/2001); desenvolvimento de mecanismos de financiamento para execução de projetos sustentáveis nas áreas de infra-estrutura, turismo, ordenamento paisagístico; setorização e sinalização de áreas de esporte e lazer, e promoção de ações de comunicação e divulgação dos resultados do Projeto; b) Capacitação de gestores municipais (governo, setor produtivo e ONGs) para aplicação do Projeto Orla em áreas críticas ou assentamentos precários (municípios de regiões metropolitanas, de áreas adjacentes a regiões estuarino-lagunares da Região Nordeste). Do ponto de vista operacional, planeja-se a integração de 10 municípios por semestre, prevendo-se uma ampliação gradativa, por iniciativa e contrapartida dos próprios municípios, podendo-se atingir até 60 localidades. O MMA deverá buscar mecanismo para a definição de cadastro de instituições/especialistas para a assistência técnica diretamente aos municípios interessados bem como delimitar as áreas prioritárias para implantação de ações previstas no Plano de Intervenção.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Zoneamento Territorial
Coordenador nacional da ação	Roberto Ricardo Vizentin
Unidades executoras	440040 e 440001

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	LIMITE ORÇAMENTÁRIO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/LIMITE ORÇAMENTÁRIO %
Financeira	390.372,00	0,00	0,00	0

META	PREVISÃO	LIMITE FÍSICO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/LIMITE FÍSICO %	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA
FÍSICA	10	10	11	110	Município apoiado	unidade

As ações planejadas para 2010 são reflexos das atividades desenvolvidas em 2008 e 2009, com destaque para as recomendações do II Seminário Nacional do Projeto Orla (ago/2008) e das agendas estaduais construídas a partir da capacitação das Comissões Técnicas Estaduais dos Estados do PA, CE, RN, PE, SE, BA, ES, RJ e SC.

Relatório de Atividades:

Primeiro Trimestre

Foi dada continuidade de apoio aos municípios, por meio de capacitação, para elaboração do Plano de Gestão Integrada da orla (PGI). Os municípios de Entre Rios (BA), Niterói (RJ), Itamaracá (PE) já estão elaborando os seus respectivos PGIs que, após aprovados, serão submetidos a legitimação por meio de audiências públicas. No município de Ituberá-BA, foi realizada uma atividade de mobilização para o Projeto Orla. Também foram desenvolvidas as atividades de sensibilização e mobilização para inserção de novos municípios no Projeto Orla, bem como o apoio para Coordenação Estadual e Comissão Técnica Estadual para implementação das agendas estaduais por meio de visitas técnicas e videoconferências.

No dia 23 de março de 2010, foi realizada a III Videoconferência do Projeto Orla, que teve como objetivo promover a conexão entre os 17 estados costeiros com vista a fortalecer o arranjo institucional da REDE do Projeto Orla. Foram abordados os seguintes temas: 1. Acesso a recursos para implementação das fases do Projeto Orla; 2. Estratégias para apoiar os municípios na elaboração do PGI; 3. Critérios para participação dos municípios no Projeto e o papel da Comissão Técnica Estadual (CTE), e 4. Plano de divulgação.

Segundo Trimestre

No mês de abril foram realizadas a 1ª Oficina presencial de capacitação do Projeto Orla para elaboração do Plano de Gestão Integrada da Orla nos seguintes municípios: Ituberá-BA, de 19 a 23 de abril e Fundão/ES, nos dias 05 a 09/04/2010.

No município de Ituberá-BA, de 25 a 27 de maio, foi realizada a 2ª Oficina presencial de capacitação do Projeto Orla. Na ocasião, foi também inaugurado o Centro de Referência do Projeto Orla de Ituberá, juntamente com a coordenação do Gerco-BA e a Prefeitura Municipal.

No dia 31 de maio, foi realizada, com a SPU/MPOG, uma reunião de avaliação do andamento da elaboração do novo manual da série do Projeto Orla, em elaboração pela Universidade Federal do Pará, intitulado "Fundamentos para a Gestão Integrada de Orlas estuarinas e Fluviais na Bacia Amazônica Brasileira".

Ainda no mês de maio, foi dada continuidade ao planejamento de uma oficina de capacitação de novos instrutores do Projeto Orla, a ser realizada em julho de 2010 na cidade de João Pessoa-PB.

Registre-se que neste trimestre, a partir do dia 7 de abril, foi deflagrada uma greve dos servidores efetivos do MMA, ocasionando dificuldades de cumprimento de compromissos e cronograma.

Terceiro Trimestre

Durante o mês de julho foram realizados o Seminário de Mobilização do Projeto Orla em Itapoá/SC e as 1ª Oficinas presenciais de capacitação para elaboração do Plano de Gestão Integrada da orla dos municípios de Aquiraz/CE e Campos/RJ.

Em agosto foi dada continuidade as atividades de sensibilização e mobilização para inserção de novos municípios no Projeto Orla, bem como o apoio para Coordenação Estadual e Comissão Técnica Estadual para implementação das agendas estaduais por meio de visitas técnicas. Nesse sentido destaca-se: i) I Encontro de Prefeitos dos Municípios da Orla Marítima do Ceará e o projeto de certificação Praia Limpa; ii) Reunião da Comissão Técnica Estadual do Ceará; iii) Reunião da Comissão Técnica Estadual de Pernambuco; v) audiência Pública de legitimação do PGI de Itamaracá/PE; vi) 1º Oficina presencial de capacitação para elaboração do Plano de Gestão Integrada da orla do município de Itapoá/SC.

Em setembro foi realizada reunião da Coordenação Nacional do Projeto Orla para o planejamento das seguintes ações: i) Capacitação do multiplicadores da metodologia do Projeto Orla para formação das redes de instrutores estaduais; ii) Capacitação das Comissões Técnicas Estaduais do Projeto Orla (RS, PR, SP, AL, PB, PI, MA e AP) e iii) III Seminário Nacional do Projeto Orla.

Ainda em setembro foi dada continuidade as atividades de sensibilização e mobilização para inserção de novos municípios no Projeto Orla, das quais destacam-se: i) reunião de planejamento com a Coordenação Estadual de São Paulo e ii) reunião de planejamento das atividades do Projeto Orla para o município de Guarujá/SP.

Quarto Trimestre

Foi realizada a I Oficina de Mobilização do Projeto Orla em Guarujá/SP nos dias 20 e 21 de outubro, envolvendo gestores municipais, federais (IBAMA, SPU, Capitania dos Portos etc.) e sociedade civil organizada. Também foi realizada a primeira oficina de validação metodológica do Projeto Orla adaptada aos ambientes fluviais e estuarinos, no município de Soure/PA, nos dias 13, 14 e 15 de outubro.

Nos dias 02 e 03 de dezembro foi realizado o III Seminário Nacional do Projeto Orla que teve como objetivo a construção de uma agenda de diretrizes para fortalecer a cooperação interinstitucional e suas respectivas capacidades de fomentar os PGIs. O evento reuniu mais de 150 participantes das três esferas de governo (federal, estadual e municipal), além de representantes da sociedade civil.

O III Seminário Nacional do Projeto Orla apresentou questões norteadoras relacionadas a institucionalidade, aspectos referente a elaboração e implementação. Para tanto foram formados 4 grupos relacionados as seguintes temáticas: 1) Integração de políticas e fomento para implementação das ações do Plano de Gestão Integrada, 2) Monitoramento, informação & comunicação e Fortalecimento do arranjo institucional do projeto orla (GI-GERCO, Comissão Técnica Estadual e Comitê Gestor).

Comentários gerais:

As agendas de trabalho que foram planejadas junto aos estados e municípios costeiros, permitiu que os trabalhos fossem executados por meio de recursos do Projeto de Cooperação Internacional (PNUD) e com contrapartidas dos estados e municípios atendidos, sendo nula a execução financeira no período.

Pela parte do MMA, a execução das atividades foi realizada por meio de projeto de cooperação com PNUD (BRA-020). Entretanto, é importante ressaltar algumas dificuldades para cumprimento do Plano de Trabalho do Projeto Orla neste ano de 2010.

O primeiro diz respeito ao Acórdão n.º 1.139/2009 do TCU que faz recomendações para contratações via PNUD, com reflexo na estrutura de execução orçamentária do MMA, de tal forma que

Unidade Gestora do PNUD-BRA00/20, resguardada de sua função, suspendeu contratações de estruturas físicas para eventos e consultorias. Somente a partir de setembro é que as atividades estão sendo retomadas, entretanto, com algumas restrições. A outra dificuldade foi decorrente da adesão à greve de parte da equipe técnica da SPU e do MMA, sendo que neste último a greve durou três meses, retornando as atividades somente em julho.

No contexto do arranjo institucional proposto para execução da ação, é importante destacar a mobilização dos estados costeiros para o atendimento aos municípios, desta forma contabiliza-se a criação de 11 Comissões Estaduais do Projeto Orla (SC, RJ, ES, BA, AL, PE, PB, RN, CE, PA e PI) que foram institucionalizada por meio de decretos estaduais. Todos esses estados foram assistidos pela Coordenação Nacional do Projeto Orla (MMA e SPU/MPOG).

AÇÃO NO PROGRAMA 1166
TURISMO SOCIAL NO BRASIL - UMA VIAGEM DE INCLUSÃO

➔ **Ação 8990 – Desenvolvimento da Sustentabilidade Ambiental no Turismo**

Dados gerais da ação

Tipo	Finalística
Finalidade	Promover a conservação de bens e serviços ambientais por meio do ecoturismo e estimular a melhoria da sustentabilidade ambiental na atividade turística.
Descrição	Desenvolvimento de ações voltadas para o planejamento ambiental em áreas naturais de interesse ecoturístico; Apoio a elaboração de instrumentos de ordenamento, monitoramento e controle ambiental para o ecoturismo; Capacitação de agentes públicos, privados e atores das comunidades locais em planejamento ambiental para o ecoturismo e turismo sustentável; Coleta, sistematização e georrefenciamento de informações sobre atrativos ecoturísticos em Unidades de Conservação selecionadas para implementar o Sistema de Informações Geográficas para o Ecoturismo - SIG-Ecotur, a ser disponibilizado por meio de portal na internet; Disseminação de práticas e tecnologias sustentáveis para o setor do turismo; Fomento ao desenvolvimento de projetos ambientais associados ao ecoturismo; Apoio a projetos de ecoturismo de base comunitária voltados para a conservação de ambientes naturais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
Coordenador nacional da ação (1)	ALLAN MILHOMENS
Unidades executoras (1)	PROECOTUR/DRS/SEDR/MMA
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	PROECOTUR/DRS/SEDR/MMA
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Planejamento e acompanhamento descentralizados.

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	648.250,00	445.995,00	68
Física	05	05	100,0

- **Desempenho operacional**

A ação 8990 – Desenvolvimento da Sustentabilidade Ambiental do Turismo se sustenta em um processo de articulação institucional, especialmente com o Ministério do Turismo no que diz respeito a internalização da dimensão ambiental na política de turismo. As iniciativas conjuntas em geral têm sido bem sucedidas e culminaram com avanços no que diz respeito a inserção de critérios de sustentabilidade ambiental no Lei Geral do Turismo e mais recentemente no apoio ao processo de regulamentação da citada lei, processo igualmente exitoso no que se refere aos desdobramentos da implementação dos dispositivos previstos na mencionada lei.

No que diz respeito a suficiência dos recursos para o atingimento das metas, também, previstas, considera-se o envolvimento de outros agentes/atores, na parceria, de forma que os resultados sejam realmente eficazes e de caráter multiplicador.

Por outro lado, considera-se que um maior aporte de recursos teria efeito em maior escala e com resultados observáveis no curto prazo, já que muitos desses projetos demandam continuidade de ações que os recursos disponíveis não puderam suprir.

A restrição relativa a não execução orçamentária de 100%, tendo esta se restringindo a 68% dos recursos previstos, decorre da não liberação de limites financeiros

De qualquer forma, pode se concluir que apesar da baixa disponibilidade orçamentária ainda não totalmente executada pela razão mencionada, dos imprevistos temporais, e as metas definidas foram alcançadas.

CRONOGRAMA 2010:

Janeiro: Monitoramento de ações em curso e de projetos iniciados em 2009, especificamente no que diz respeito à consolidação do documento Estratégia para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável na Amazônia Legal, com a atualização de seus dados e revisão de diagnósticos.

Fevereiro: Encaminhamentos relacionados à contratação de serviços voltados para apoiar a implementação de 4 projetos de apoio ao ecoturismo de base comunitária em territórios selecionados:

Março Conclusão do documento Estratégia de Turismo Sustentável da Amazônia Legal.

Abril: Planejamento e produção de vídeo educativo para a Campanha Passaporte Verde, voltado para apoiar o processo de sensibilização e mobilização comunitária em torno do consumo responsável no setor do turismo. Preparação do I Encontro Nacional de Turismo em Comunidades Quilombolas.

Maior: Preparação de seminário para disseminação das recomendações e diretrizes da Estratégia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável na Amazônia Legal, junto aos gestores públicos estaduais da região vinculados ao setor do turismo.

Junho: Conclusão do processo de seleção dos projetos de apoio ao de Ecoturismo de Base Comunitária, que foram realizados em 4 Territórios da Cidadania, quais sejam: Jalapão, no Estado do Tocantins, Litoral Sul, no Estado da Bahia, Vales do Vururu e Aracatiaçu, no Estado do Ceará, e Vale do Ribeira, no Estado de São Paulo,

Julho: Acompanhamento e monitoramento do planejamento da execução dos projetos de apoio ao ecoturismo de base comunitária. Produção do vídeo educativo da Campanha Passaporte Verde.

Agosto: Acompanhamento da implementação do projeto de apoio ao ecoturismo de base comunitária na Comunidade quilombola do povoado do Prata e do povoado de Mumbuca, e comunidade local do município de Mateiros, estado do Tocantins;

Setembro: Acompanhamento da implementação do projeto de apoio ao ecoturismo de base comunitária nas Comunidades dos povoados de Barra Grande, Campinho, Sapinho, Taipus de Dentro, Taipus de Fora, Saquaíra, Arandi, Algodões e Tremembé, no litoral sul do estado da Bahia; Comunidade da sede do município de Trairi, e os povoados de Mundaú, Fleicheiras, Guajiru, no estado do Ceará; Comunidade do Vale do Ribeira, no estado de São Paulo, do circuito Quilombola de André Lopes, Sapatu, Ivaporunduva, Pedro Cubas, São Pedro e Mandira

Outubro: Participação, acompanhamento e monitoramento das ações nas comunidades beneficiadas com o Projeto de Apoio ao Ecoturismo de Base Comunitária, o que implicou debate com a comunidade sobre a iniciativa, avaliação do processo de realização das oficinas participativas.

Novembro: Avaliação dos relatórios parciais de execução dos projetos de apoio ao ecoturismo de Base Comunitária.

Dezembro: Conclusão dos projetos de apoio ao ecoturismo de base comunitária que envolveu a participação direta de 248 pessoas das comunidades envolvidas, análise e aprovação dos relatórios das oficinas e dos Planos de Desenvolvimento do Ecoturismo Comunitários elaborados.

Indicadores:

- **Eficiência:** Execução de 68% do orçamento do ano fiscal de 2010 relativo à ação 8990.
- **Eficácia:** 100%
- **Efetividade:** Ainda não há uma metodologia definida para o cálculo da efetividade da presente ação.

AÇÃO NO PROGRAMA 1332
CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS BIOMAS BRASILEIROS

➔ **Ação 8951 – Definição de Mecanismos e Retribuição por Serviços Ambientais**

Dados gerais da ação

Tipo	
Finalidade	Prover informações sistematizadas e especializadas de mensuração, valoração, compensação e monitoramento dos serviços ambientais nos biomas Amazônia, Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Pantanal, Campos Sulinos e Costeiros e Marinhos para a definição de mecanismos de pagamento e dos direitos de propriedade dos serviços ambientais.
Descrição	Para a implantação do sistema, as ações se iniciam com a obtenção de informações biofísicas e socioeconômicas dos ecossistemas brasileiros, organizados em biomas e por estados para facilitar a gestão. Estas informações requerem organização em um conjunto de indicadores ambientais, sociais e econômicos referenciadas geograficamente. Informações primárias relevantes podem ser obtidas por imagens de satélite em nível compatível com as necessidades de gestão dos projetos territoriais de pagamentos por serviços ambientais. Informações mais detalhadas não captáveis por imagens de satélite serão obtidas através de estudos amostrais nos diversos biomas, que servirão também para a necessária calibração dos indicadores selecionados. Na seleção das fontes de imagem deverá ser privilegiada aqueles que estejam livre de custos, embora possam requerer licenças de uso ou necessidade de convênios de cooperação. Para os estudos de valoração podem ser utilizados métodos de baixo custo, usando imagens noturnas para a captação de energia (light energy - LE) ou imagens de cobertura vegetal para medir o valor das florestas. Estas informações deverão ser disponibilizadas numa rede a ser criada, que pode ser a estrutura do SINIMA ou incluir na base dados do ZEE para uso de todos os participantes do sistema, ou seja, as instituições governamentais federais, estaduais, municipais, de ONGs, de movimentos sociais, de universidades e institutos de pesquisa. Esta rede será gerenciada pelo Ministério do Meio Ambiente, pela estrutura especialmente preparada para esta função. Esta estrutura será responsável pelo monitoramento de projetos territoriais de serviços ambientais em nível nacional, utilizando a rede e um sistema especialmente desenhado para esta função. O desenho e operacionalização deste sistema de monitoramento são atividades que requer investimento deste programa. Por fim, a operacionalização de todo o sistema ou mecanismo de pagamento por serviços ambientais requer um esforço de capacitação específica em todos os níveis de usuários das instituições acima mencionadas. Esta capacitação deverá ser realizada através de convênios com instituições técnicas ou acadêmicas participantes do sistema. Durante todo o processo de formulação e implantação do sistema, reuniões técnicas, oficinas de trabalho e seminários serão instrumentos a serem utilizados.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDR/MMA
Coordenador nacional da ação	Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável - DRS/SEDR/MMA
Unidades executoras	Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável - DRS/SEDR/MMA
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	DRS/SEDR/MMA e DEMA/SECEX/MMA

As iniciativas dessa ação no exercício de 2010 estiveram voltadas para o acompanhamento das tratativas e debates travados no Congresso Nacional sobre o Projeto de Lei que define o marco regulatório da política de pagamento de serviços ambientais, cujo processo de elaboração foi conduzido e coordenado por meio do MMA. O referido PL já foi aprovado em duas Comissões daquela Casa e sua tramitação deverá ser concluída ainda este ano e remetida para o Senado Federal. Não houve execução orçamentária uma vez que houve liberação de limites financeiros. Dessa forma, a despeito da meta estabelecida de 3 mecanismos não ter sido executada, não gerou implicação ao processo de desenvolvimento da política de PSA conduzida no âmbito desta ação. Embora não

tenham ocorridos gastos orçamentários, várias atividades foram executadas com vista a estruturar as bases técnicas e de articulação institucional no sentido de estabelecer diálogos junto ao Parlamento e apoiar o debate, a análise e votação nas comissões e junto aos setores governamentais e sociedade.

A tabela a seguir demonstra a evolução das metas física e financeira desta ação:

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	250.000,00	0	0
Física	3	0	0

AÇÃO NO PROGRAMA 1426
IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES TERRITORIAIS DE GESTÃO AMBIENTAL -
GESTAR

➡ **AÇÃO 6061 – Fomento a Projetos Demonstrativos na Amazônia e Mata Atlântica.**

Tipo	Atividade meio
Finalidade	Apoiar projetos demonstrativos com participação das comunidades visando gerar conhecimentos, desenvolver processos de gestão, formas de manejo dos recursos naturais e práticas produtivas inovadoras, voltadas para influenciar políticas públicas destinadas à produção familiar rural. A centralidade dos projetos está na promoção da sustentabilidade da produção baseada na agrobiodiversidade incorporando o fator ambiental no processo de decisão do produtor. Um fator importante é o fortalecimento das organizações comunitárias como base dessas iniciativas.
Descrição	A ação Projetos Demonstrativos vem sendo implementada no âmbito do Programa Amazônia Sustentável. Essa ação está também inserida no Programa Piloto para Conservação das Floresta Tropicais do Brasil como subprograma e conta com recursos da cooperação financeira alemã até 2010. Desde 2004, na sua terceira fase envolve três componentes: 1. Consolidação de experiências bem sucedidas; 2. Alternativas ao Desmatamento e Queimadas (PADEQ) e 3. Ações para Conservação da Mata Atlântica. A ação apóia projetos apresentados por organizações comunitárias e da sociedade civil. A ênfase dos componentes Consolidação e PADEQ está voltada para a incorporação da dimensão ambiental nos sistemas de produção, tanto pela sua diversificação e implantação de Sistemas Agroflorestais , quanto pela integração da Reserva Legal e pela preservação das APPs. Na Mata Atlântica os projetos estão voltados principalmente para consolidação das Unidades de Conservação e para os produtores familiares do seu entorno.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - SEDR/MMA
Coordenador nacional da ação	Klinton Vieira Senra
Unidades executoras	Secretaria Técnica do PDA
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Secretaria Técnica do PDA
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	

Esta ação visa apoiar a gestão do Subprograma Projetos Demonstrativos – PDA. Os recursos destinados à execução dos projetos são oriundos de doação do Governo Alemão, por meio do KfW, tendo como agente financeiro o Banco do Brasil e sendo repassados diretamente aos projetos sem passar pelo Tesouro. As principais atividades do PDA em 2010 foram:

- Acompanhamento técnico e financeiro a 238 projetos demonstrativos nos biomas Amazônia e Mata Atlântica;
- Seleção de 12 novos projetos na Mata Atlântica com foco em três políticas públicas prioritárias para o MMA: Adequação Ambiental de Imóveis Rurais e Programa Mais Ambiente, Lei da Mata Atlântica e Gestão de UCs;
- Seleção de 17 novos projetos na Amazônia divididos em dois grupos: a) Consolidação de projetos Padeq apoiados anteriormente; b) disseminação de experiências bem sucedidas com foco nos municípios inseridos na Operação Arco Verde;
- Realização de estudo sobre as potencialidades dos sistemas agroflorestais apoiados pelo Subprograma com foco na geração de serviços ambientais.

Principais Benefícios econômicos ou sociais

O Ministério do Meio Ambiente – MMA, por meio do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, implementa o Subprograma Projetos Demonstrativos – PDA desde 1995. Seu principal interesse é promover aprendizagens sobre a viabilidade de novos modelos de preservação, conservação e utilização racional dos recursos naturais da Amazônia e da Mata Atlântica, visando à melhoria da qualidade de vida das populações locais. O PDA propõe essa melhoria por meio do incentivo à experimentação de tecnologias sustentáveis, do fortalecimento da organização social e do gerenciamento de ações que conciliem a conservação dos recursos naturais com o desenvolvimento econômico e social.

Desde seu início, entre os anos de 1996 e 2003 (sua primeira fase), o PDA apoiou 194 projetos, sendo 147 na Amazônia e 47 na Mata Atlântica. Os projetos desenvolveram ações nas áreas temáticas de sistemas agroflorestais, recuperação ambiental, manejo de recursos florestais, manejo de recursos aquáticos e preservação ambiental. No processo de implementação das experiências, em sua maioria inovadoras, muitas foram as lições aprendidas pelas instituições executoras e parceiras dos projetos e pela Secretaria Técnica do PDA.

Considerando as lições aprendidas, o PDA elaborou três novos componentes iniciados a partir de 2003/04, denominados: 1) Projeto Alternativo ao Desmatamento e às Queimadas (PADEQ), voltado para a Amazônia legal; 2) Componente Consolidação, direcionado a consolidar iniciativas já apoiadas anteriormente na Amazônia e Mata Atlântica; e 3) “Ações de Conservação na Mata Atlântica”, voltado a apoiar projetos de iniciativa de organizações da sociedade civil, observando o domínio do bioma Mata Atlântica definido pelo Decreto Nº 750/93. Atualmente, considerando os 03 componentes, o PDA apóia 238 projetos na Mata Atlântica e na Amazônia.

A seguir seguem os resultados encontrados por bioma. Esses resultados são referentes aos projetos do componente Mata Atlântica em conjunto com projetos do componente consolidação na Mata

Atlântica, caracterizando assim o grupo de iniciativas deste bioma. Por sua vez, os projetos PADEQ, em conjunto com projetos Consolidação localizados na Amazônia, caracterizam o conjunto de experiências neste bioma.

Quadro síntese:

QUADRO SÍNTESE – Mata Atlântica e Amazônia	
Descrição	Total
Famílias envolvidas - Mata Atlântica	6.500
Famílias envolvidas – Amazônia	4.320
Total geral de pessoas envolvidas em estratégias de cursos na Mata Atlântica	14.586
Total geral de pessoas envolvidas em estratégias de cursos na Amazônia	5.934
Total geral de pessoas envolvidas em estratégias de intercâmbio - Mata Atlântica	7.237
Total geral de pessoas envolvidas em estratégias de intercâmbio - Amazônia	3.645

QUADRO SÍNTESE GERAL-Resultados dos Projetos	
Descrição	Total
Hectares previstos com Sistemas Agroflorestais (Área de Preservação Permanente - APP + Reserva Legal - RL + Outras) na Mata Atlântica	2.047,84
Hectares implementados com Sistemas Agroflorestais (Área de Preservação Permanente - APP + Reserva Legal - RL + Outras) na Mata Atlântica	1.400,72
Hectares com Sistemas Agroflorestais em Área de Preservação Permanente - APP e Reserva Legal - RL na Mata Atlântica	942
Hectares previstos com Sistemas Agroflorestais (Área de Preservação Permanente - APP + Reserva Legal - RL + Outras) na Amazônia	3.284
Hectares implementados com Sistemas Agroflorestais (Área de Preservação Permanente - APP + Reserva Legal - RL + Outras) na Amazônia	1.502
Hectares com Sistemas Agroflorestais em Área de Preservação Permanente - APP e Reserva Legal - RL na Amazônia	1.448
Projetos que envolvem Terras Indígenas - Mata Atlântica	3
Projetos que envolvem Quilombos - Mata Atlântica	7
Projetos que envolvem Quilombos - Amazônia	1
Projetos que envolvem Assentamentos de Reforma Agrária - Mata Atlântica	18
Projetos que envolvem Assentamentos de Reforma Agrária - Amazônia	20
Quantidade anual de mudas que serão plantadas nas atividades de implantação dos Sistemas Agroflorestais - SAFs na Mata Atlântica	882.050
Quantidade anual de mudas que serão plantadas nas atividades de implantação dos Sistemas Agroflorestais - SAFs na Amazônia	891.600

Execução Financeira da Doação para Projetos

No período de janeiro a dezembro de 2010 foi desembolsado um total de **R\$ 7.828.669,61** aos projetos contratados nos cinco componentes, conforme tabelas abaixo:

Valores desembolsados em 2010 por componente para projetos		
	R\$	€
Consolidação	414.015,51	164.186,26
PADEQ	90.240,25	37.573,81
Fase I e II (REDES)	193.323,00	83.850,44
Mata Atlântica	2.978.514,65	1.286.158,44
PDPI	4.152.576,20	1.797.652,03
Totais	7.828.669,61	3.369.420,98

A tabela a seguir demonstra a evolução das metas física e financeira desta ação:

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira*	10.150.992	126.445	1,25
Física	138	124	89,8

*O orçamento global previsto nesta ação é composto por recursos oriundos do orçamento nacional e, em maior parte, de doação internacional, por meio da Cooperação Brasil/Alemanha. Ou seja, fonte 195, cujos repasses são realizados diretamente para os beneficiários sem passar pelo Tesouro Nacional. Por isso, a execução financeira não aparece no SIGPLAN. Todavia, em 2010 foi executado o valor de R\$ 7.828.669,61 em repasse aos projetos. O restante do orçamento previsto, que é da fonte Tesouro, foi executado em atividades de gestão da ação, por meio de pagamento de pessoal temporário e despesas com viagens de monitorias aos projetos. Neste sentido, apesar de aparecer uma execução financeira global baixa, de apenas 1,25%, na realidade a execução financeira total desta ação foi superior a 78 %.

➡ Ação 8308 - Implantação de Unidades Territoriais de Gestão Ambiental Rural (GESTAR)

Dados gerais da ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Implantar uma organização social territorial para a gestão ambiental, incluindo mecanismos de pagamento por serviços ambientais no meio rural, visando melhorar a qualidade ambiental.
Descrição	Implantação de Projetos de Gestão Ambiental Rural em territórios selecionados.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - SEDR/MMA
Coordenador nacional da ação	Carcus Azevedo dos Santos
Unidades executoras	440040 e 440001
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA AÇÃO

Avaliação do Desempenho da Ação

Competências institucionais requeridas para a execução da ação

Formular e implantar Planos de Gestão Ambiental Rural (PGAR) nos assentamentos humanos rurais localizados nos territórios selecionados em diferentes ecossistemas e Estados do País.

Construir, de forma participativa, um processo de gestão ambiental rural em todos os territórios GESTAR.

Foram formulados cinco PGAR nos seguintes territórios: Norte de Minas/MG, Baixo Araguaia/MT, Portal da Amazônia/MT, BR-163/Itaituba/PA, Baixo Amazonas/Santarém/PA. Por se tratar de um processo, tais planos estão em andamento conforme a dinâmica local, não sendo mais responsabilidade dessa ação, a implantação de ações ou execução de recursos.

Formular e institucionalizar um Programa Nacional de Gestão Ambiental Rural (GESTAR) com base nos pressupostos e nas experiências recolhidas dos territórios e que deverá servir de instrumento de política pública para todo o País

Foram realizadas articulações com a SDT/MDA para estabelecer ações nos Territórios da Cidadania. De imediato foi feito um estudo sobre o comportamento da temática ambiental nos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDS, que será publicado ainda em 2010.

Os Beneficiados diretos e indiretos - sobre quem impactaram os resultados alcançados?

Diretos:

- Formação em Agroecologia e Agrofloresta, desenvolvida como Unidades Ambientais de Referência
- UAR, nos cinco territórios de atuação do Gestar: Norte de Minas/MG, Baixo Araguaia/MT, Portal da Amazônia/MT, BR-163/Itaituba/PA, Baixo Amazonas/Santarém/PA. Estiveram presentes nos cursos e capacitações cerca de 400 pessoas diretamente (técnicos locais e lideranças comunitárias).

Indiretos:

- além de famílias ligadas à produção rural, cerca de 5 mil no total dos cinco territórios conforme relatórios das organizações executoras, foram também beneficiados as instituições públicas locais que participaram das capacitações.

Imprevistos positivos e negativos, que afetaram o desenvolvimento do Projeto.

- Durante a execução não foram detectados imprevistos que pudessem interferir de forma negativa no desenvolvimento das ações do Projeto, a não ser a impossibilidade de continuidade de algumas ações por força do término do Projeto Gestar ancorado no BRA/060. Como ponto positivo, temos os bons resultados identificados pelas consultorias contratadas para avaliação do Projeto e o resultado do Seminário Nacional que também identificou a possibilidade de o Gestar contribuir com os Territórios da Cidadania em termos de método de gestão ambiental.

Que medidas a instituição Nacional Executora recomendaria para aumentar o impacto do projeto seja em termos institucional, técnico ou de gestão.

Definir o Gestar como uma política do MMA de fortalecimento do componente ambiental nos planos territoriais dos Territórios da Cidadania. Fazer do Gestar uma metodologia de capacitação em gestão ambiental rural dos colegiados territoriais.

Importância das contratações e parcerias realizadas no exercício para viabilizar a ação e o alcance dos resultados.

As contratações de organizações sociais possibilitaram uma maior sinergia com os atores locais, maior facilidade de se chegar na ponta e de se trabalhar com a realidade local.

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	1.0008.000,00	652.407,00	61,05
Física	5	2	40

Indicadores de Desempenho.

Conclusão do Projeto de Gestão Ambiental Rural – GESTAR, em Março de 2010, com a apresentação dos cinco Planos de Gestão Ambiental Rural nos cinco Polos: Portal da Amazônia, Baixo Amazonas, Baixo Araguaia, BR163 e Serra Geral. Prestação de Contas e elaboração do Relatório de Progresso. Articulação com a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário para inclusão das ações do Projeto GESTAR nos Territórios da Cidadania objetivando fortalecer o componente ambiental nos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS.

➡ AÇÃO 8998 - Implantação dos Planos de Utilização dos Pólos do Proambiente em Escala Territorial

Dados gerais da ação

Tipo	
Finalidade	Elaborar e implementar planos de desenvolvimento em escala territorial, planos de provimento de serviços ambientais e estabelecimento de formas de compromisso de provimento comunitário de serviços.
Descrição	Para cada unidade territorial em que se insere o pólo pioneiro se requer uma delimitação físico-espacial para a realização de um inventário biofísico e socioeconômico dos serviços ambientais. Este inventário fornece dados para o estabelecimento de uma linha de base e o plano de gestão ambiental para o desenvolvimento da unidade territorial, ou plano de desenvolvimento sustentável do território (PD). O inventário fornecerá dados também para o estabelecimento de metas dos planos de usos da terra individuais (PU) ou coletivos, utilizando a experiência dos pólos pioneiros onde estiverem constituídos. A segunda atividade de consolidação territorial é o rearranjo institucional para a gestão participativa do processo, com a inclusão de todos os atores representativos do território. Esta etapa de mobilização social inclui atividades de capacitação social sobre serviços ambientais, não somente das instituições implementadoras (gestão), mas também dos produtos familiares (serviço de extensão/educação ambiental). A terceira atividade se refere ao acompanhamento das auditorias externas e certificação; acompanhamento das etapas de georreferenciamento e monitoramento ambiental e avaliação do programa. Apoio financeiro e logístico e disponibilização social e institucional, implantação do sistema de informação e monitoramento e avaliação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - SEDR/MMA
Coordenador nacional da ação	Klinton Vieira Senra
Unidades executoras	Secretaria Técnica do PDA
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável - DRS/SEDR/MMA
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	

Principais ações em 2010:

Essa ação visa apoiar a implementação do Proambiente na Amazônia Legal. Atualmente o programa se desenvolve em 08 pólos pioneiros, sendo um no Acre, um em Rondônia, um no Mato Grosso, um no Tocantins, três no Pará e um no Maranhão, atingindo cerca de 3.700 famílias de agricultores familiares, pescadores artesanais, assentados da reforma agrária e extrativistas.

A ação 8998 está sendo redimensionada e re-estruturada com a incorporação em outras políticas públicas de muitas das atividades previstas inicialmente. A implantação da ação depende de um tripé baseado em políticas diferenciadas de crédito, assistência técnica e pagamento por serviços ambientais. Os dois primeiros eixos estão sendo absorvidos com a criação de linhas de crédito especiais do PRONAF e editais no âmbito da nova PNATER. Estas políticas têm sido aperfeiçoadas ao longo dos últimos anos e atualmente englobam vários dos objetivos e metodologias inovadoras do Proambiente. Quanto ao pagamento por serviços ambientais, soluções locais têm sido buscadas enquanto aguarda-se a aprovação do marco legal referente ao tema que tramita no Congresso Nacional. Estas observações contextualizam a baixa execução física da ação no âmbito do Programa 1426, embora muitas das atividades continuem sendo desenvolvidas em campo pelas organizações e agricultores envolvidos nos pólos do Proambiente.

A tabela a seguir demonstra a evolução das metas física e financeira desta ação:

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	2.160.000	511.184	23,67
Física	11	3	27,27%

2.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO

2.4.1 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA (UO)

RESPONSÁVEL PELA PROGRAMAÇÃO DA UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA	44101	440002

2.4.1.1- PROGRAMAÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES

Origem dos créditos orçamentários	1-pessoal e encargos		2-juros e encargos da dívida		3-outras despesas correntes	
EXERCÍCIOS	2008	2009	2008	2009	2009	2010
Dotação proposta pela UJ (PLOA)					15.992.725,	15.532.220,00
Dotação proposta pela UJ - FT.0195 (Acordos)					21.267.000,00	13.129.153,00
Emendas ao orçamento					43.705.000,00	5.200.000,00
Emendas canceladas (-)					(-) 2.224.411,00	0,00
LEI (PLOA + EMENDAS)					78.740.314,00	33.682.373,00
Crédito extraordinário						
Crédito suplementar						
Recomposição orçamentária (anulações)					(-) 31.429.862,00	0,00
LEI + CREDITOS - ANULAÇÕES = (ORÇAMENTO EXERCÍCIO)					47.310.452,00	33.682.373,00

2.4.1.2 - PROGRAMAÇÃO DAS DESPESAS DE CAPITAL

Origem dos créditos orçamentários	4-investimento		5-inversões financeiras		6-outras despesas de capital	
EXERCÍCIOS	2008	2009	2008	2009	2009	2010
Dotação proposta pela UJ -fonte tesouro - PLOA					800.000,00	621.250,00
Dotação proposta pela UJ - FT.0195 (Acordos)					2.400.000,00	0,00
Emendas ao orçamento					28.845.000,00	4.250.000,00
LEI (PLOA + EMENDAS)					32.045.000,00	4.871.250,00
Crédito extraordinário						
Crédito suplementar					0,00	0,00
Recomposição orçamentária (anulações)					23.102.116,00	0,00
LEI + CREDITOS - ANULAÇÕES = (ORÇAMENTO EXERCÍCIO)					8.942.884,00	4.871.250,00

2.4.1.3 - RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DAS DESPESAS E RESERVA DE CONTINGÊNCIA

ORIGEM DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS	Despesas correntes		Despesas de capital		Reserva de contingência	
EXERCÍCIOS	2009	2010	2009	2010	2009	2010
DOTAÇÃO PROPOSTA PELA UJ	NÃO SE APLICA A UJ UG-440040-SEDR				NÃO SE APLICA A UJ UG-440040-SEDR	
ORÇAMENTO APROVADO						
ORÇAMENTO REFORMULADO						
TOTAL						

2.4.1.4- MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

DESPESAS CORRENTES						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	1 - Pessoal e Encargos Sociais	2- Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
INTERNA	Recebido	440002	18.122.0512.2272-0001			346.746,13
			18.122.1080.2272-0001			211.951,28
			18.122.1145.2272-0001			236.215,52
			18.126.0512.7965-0001			58.240,00
			18.127.0512.7413-0001			778.250,10
			18.127.1426.8308-0001			652.616,45
			18.128.1080.4971-0001			199.983,00
			18.541.0150.6063-0001			63.000,00
			18.541.0150.8671-0001			153.596,74
			18.541.1080.8906-0001			200.000,00
			18.541.1080.8906-0020			480.000,00
			18.541.1080.8906-0030			200.000,00
			18.541.1145.200I-0001			971.246,18
			18.541.1145.6040-0001			237.764,12
			18.541.1145.6087-0001			950.000,00
			18.541.1166.8990-0001			445.993,74
			18.541.1426.6061-0001			126.444,25
			18.541.1426.8998-0001			511.184,29
			18.542.0512.8896-0001			18.646,73
			18.541.1080.200H.0001			300.000,00
	Total Recebido - Interno					7.141.878,53
INTERNA	Concedido	440055	18. 541.1145.200I-0001			343.414,17
		440001	18.122.0512.2272- 0001			192.381,55
			18.122.1145.2272-0001			103.286,59
			18.127.0512.7413-0001			778.250,10
			18.127.1426.8308-0001			486.762,52
			18.541.0150.8671-0001			113.596,74
			18.541.1145.200I-0001			367.832,01
			18.541.1145.6040-0001			237.764,12
			18.541.1166.8990-0001			426.882,35
			18.541.1426.6061-0001			126.444,25
			18.541.1426.8998-0001			511.184,29
			Total Concedido - Interno			

DESPESAS CORRENTES

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	1 - Pessoal e Encargos Sociais	2- Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
EXTERNA	Concedidos	-	-	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	550008	08.306.1049.8457-0014			2.832.500,00
		490002	21.691.0351.4208-0001			2.000.000,00
		550008	08.244.1133.4963-0001			600.000,00
TOTAL CUSTEIO						5.432.500,00

DESPESAS DE CAPITAL

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	1 - Pessoal e Encargos Sociais	2- Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
INTERNA	Concedidos	-	-	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	440002	18.541.1080.8906-0001			240.862,00
EXTERNA	Concedidos	-	-	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	550008	08.244.1133.4963-0001			150.000,00
TOTAL CAPITAL						390.862,00

OBS.: Os valores demonstrados na movimentação orçamentária, referente as dotação internamente concedida à UG-440001-SPOA/MMA, necessário se faz demonstrar em razão do montante de recursos consignados nas Ações de responsabilidade da Unidade Jurisdicionada-UG44004-SEDR, porém, que ficam retidas na UG-440002(unidade orçamentária geral do MMA) para execução através da Unidade Gestora UG-440001, com a finalidade de pagamentos ao pessoal temporário, terceirizados e contratos administrativos, nos termos da legislação e por definições de competência regimental.

Esta demonstração objetiva compatibilizar as informações orçamentárias, com as movimentações decorrentes dos limites impostos a Unidade Jurisdicionada.

2.4.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

- DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Modalidade de Contratação	DESPESAS EMPENHADAS / EXECUTADAS		DESPESA PAGA	
	Exercícios		Exercícios	
	2009	2010	2009	2010
Licitação	0,00		0,00	
Convite	0,00		0,00	
Concorrência	0,00		0,00	
Pregão	0,00		0,00	
Contratações Diretas				
Dispensa	0,00		0,00	
Inexigibilidade	0,00		0,00	
Regime de Execução Especial	0,00		0,00	
Suprimento de Fundos	0,00		0,00	
Pagamento de Pessoal	0,00			
Pagamento em Folha	0,00		0,00	
Diárias	139.405,05	235.737,27	139.405,05	235.737,27
Outros	21.543.999,88	6.515.685,57	6.569.453,03	4.742.193,50
T o t a i s	21.683.404,93	6.751.422,84	6.708.858,08	4.977.930,77

2.4.2.2 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

GRUPO DE DESPESA	VALORES PAGOS	
	2009	2010
1 – Despesa de Pessoal	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
3- OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3350-39 - serviços terceiros pessoa física		
3380-39 - transf.organismos internacionais	1.450.000,00	1.270.000,00
3390-04 - contratação tempo determinado	3.801.961,54	2.822.521,26
3390-08 - outros benefícios assistenciais	8.269,75	8.217,50
3390-14 - diária civil	137.935,47	206.730,50
3390-33 - passagens e despesas locomoção	214.414,54	245.660,19
3390-36 - (diária colaborador- eventual)	1.469,58	29.006,77
3390-37 - locação de mão de obra	676.451,06	98.324,10
3390-39 - serviço terceiro pessoa jurídica	168.749,78	5.950,00
3390-46 - auxilio alimentação	78.410,17	104.110,01
3390-49 - auxilio transporte	2.706,19	1.566,40
3390-93 - indenizações e restituições	168.490,00	185.844,04
T O T A L	6.708.858,08	4.977.930,77

2.4.2.3 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

GRUPOS DE DESPESA	VALORES PAGOS	
	2009	2010
4 – Investimentos	0,00	
5 – Inversões Financeiras	0,00	
6 - Outras despesas de capital		
4480-52	0,00	240.862,00

2.4.3. EVOLUÇÃO DE GASTOS GERAIS.

DESCRIÇÃO	A N O		
	2008	2009	2010
1.PASSAGENS	234.278,25	214.414,54	245.660,19
2.DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGEM	114.487,02	139.405,05	235.737,27
3.SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	0	0	
3.1.Publicidade	0	0	
3.2.Vigilância, limpeza e conservação	0	0	
3.4.Outras Terceirizações	0	0	
4.CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	0	0	
5.SUPRIMENTO DE FUNDOS	0	0	
T O T A L	348.765,27	353.819,59	481.397,46

PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II da DN TCU n.º 107, de 27/10/2010

4 - PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição e Reinscritos	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	-	-	-	0,00
2009	-	-	-	0,00
2010	-	-	-	0,00
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição e Reinscritos	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	1.719.264,07	18.587,05	1.562,42	1.699.114,60
2009	6.332.881,99	1.784.043,68	467.572,59	4.081.265,72
2010	18.827.738,57	16.930.738,57	1.897.000,00	0,00
...				

PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II da DN TCU n.º 107, de 27/10/2010

5 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS DA UJ.

5.1.- Composição do Quadro de recursos humanos - Situação apurada 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingresso 2010	Egressos 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	inaplicável	93	1	12
1.1 Membros de poder e agentes políticos	inaplicável	0	0	0
1.2 Servidores de Carreira	inaplicável	62	1	3
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	inaplicável	59	1	3
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	inaplicável	3	0	0
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	inaplicável	0	0	0
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	inaplicável	0	0	0
1.3 Servidores com Contratos Temporários	inaplicável	25	0	9
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	inaplicável	6	0	0
1.4.1 Cedidos	inaplicável	5	0	0
1.4.2 Removidos	inaplicável	1	0	0
1.4.3 Licença remunerada	inaplicável	0	0	0
1.4.4 Licença não remunerada	inaplicável	0	0	0
2 Provimento de cargo em comissão	inaplicável	21	1	3
2.1 Cargos Natureza Especial	inaplicável	0	0	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	inaplicável	21	1	3
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	inaplicável	5	0	0
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	inaplicável	0	0	0
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	inaplicável	3	0	0
2.2.4 Sem vínculo	inaplicável	11	1	3
2.2.5 Aposentado	inaplicável	2	0	0
2.3 Funções gratificadas	inaplicável	0	0	0
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	inaplicável	0	0	0
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	inaplicável	0	0	0
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	inaplicável	0	0	0
3 Total	inaplicável	114	2	15

5.2. Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo	27	37	16	10	3
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	24	25	10	4	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	3	8	6	5	3
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	4	0	1	0
2. Provimento de cargo em comissão	1	5	7	3	3
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	5	7	3	3
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	0

5.3. Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de cargo efetivo	0	0	2	3	18	70	não disponibilizado		
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	não disponibilizado		
1.2. Servidores de Carreira	0	0	2	3	15	43	não disponibilizado		
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	2	23	não disponibilizado		
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	0	0	1	4	não disponibilizado		
2. Provedimento de cargo em comissão	0	0	0	0	5	14	não disponibilizado		
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	não disponibilizado		
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	5	14	não disponibilizado		
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	0	0	não disponibilizado		
LEGENDA									
Nível de Escolaridade									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau;									
5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação;									
8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.									

**5.4. Custos de Recursos Humanos nos
exercícios de 2008, 2009 e 2010**

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais Despesas Variáveis	totais
Membros de poder e agentes políticos								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	1.454.028,76	12.628,32	187.134,97	49.976,05	0,00	11.882,24	638.414,66	2.354.065,00
2009	1.922.926,57	20.750,05	260.415,06	83.324,23	0,00	32.660,22	969.880,07	3.289.956,20
2010	2.244.783,10	26.040,43	308.862,42	110.201,82	0,00	32.155,83	1.404.335,41	4.126.379,01
Servidores com Contratos Temporários								
2008	0,00	3.174.552,82	264.700,00	92.858,74	0,00	0,00	0,00	3.532.111,56
2009	0,00	3.202.469,18	229.571,65	95.711,25	0,00	0,00	0,00	3.527.752,08
2010	0,00	2.184.066,84	157.003,33	58.880,15	0,00	0,00	0,00	2.399.950,32
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	76.943,53	0,00	19.605,61	1.969,83	0,00	0,00	25.144,18	123.663,15
2009	207.779,62	0,00	31.556,94	9.900,67	0,00	0,00	91.341,00	340.578,23
2010	213.598,20	0,00	36.864,87	4.505,26	0,00	0,00	135.009,00	389.977,33
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	103.462,41	1.152.451,09	114.056,76	35.262,82	0,00	0,00	37.382,35	1.442.615,43
2009	157.565,15	1.126.903,95	117.075,15	27.690,33	0,00	0,00	72.660,00	1.501.894,58
2010	191.677,37	1.152.197,09	125.977,04	47.699,50	0,00	0,00	111.740,12	1.629.291,12

Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	70.057,21	786,94	11.462,75	830,37	0,00	0,00	23.460,00	106.597,27
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6 - TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS NO EXERCÍCIO.

6.1 – CARACTERIZAÇÕES DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - SEDR/MMA									
CNPJ: 37.115.375/0009-64					UG/GESTÃO: 440040/00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	750396/2010	Prefeitura de Marabá-PA	300.000,00	50.000,00	0,00	0,00	30/12/2010	30/12/2011	1
1	750527/2010	Prefeitura de Paragominas	350.000,00	100.000,00	0,00	0,00	30/12/2010	31/12/2011	1
1	750612/2010	Prefeitura de Juína	278.966,20	28.966,20	0,00	0,00	30/12/2010	31/12/2011	1
1	752440/2010	Fundação de Desenvolvimento do Araripe	692.649,00	64.000,00	0,00	0,00	31/12/2010	31/12/2011	1
1	752453/2010	Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas	362.695,00	62.720,00	0,00	0,00	31/12/2010	31/12/2011	1
1	752450/2010	Asses. e Gestão em Estudos da Natureza, Desenvolvimento Humano e Agroecologia	549.400,00	50.000,00	0,00	0,00	31/12/2010	31/12/2011	
LEGENDA									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Parceria					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Cooperação					4 - Concluído				
5 - Termo de Compromisso					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				

6.1.2 QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS CELEBRADOS E VALORES REPASSADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente						
Nome: Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - SEDR/MMA						
CNPJ: 37.115.375/0009-64				UG/GESTÃO: 440040/00001		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	00	04	06	0,00	0,00	947.000,00
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	--	-	-	-
Termo de Cooperação	04	-	-	3.872.622,24	3.595.605,05	0,00
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	05	04	06	3.872.622,24	3.595.605,05	947.000,00

6.1.3 INFORMAÇÕES SOBRE O CONJUNTO DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS QUE VIGERÃO NO EXERCÍCIO DE 2011 E SEGUINTE

6.1.3.1 - RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

Unidade Concedente					
Nome: Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - SEDR/MMA					
CNPJ: 37.115.375/0009-64			UG/GESTÃO: 440040/00001		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	10	2.420.014,00	947.000,00	1.473.014,00	39,14%
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais		2.420.014,00	947.000,00	1.473.014,00	39,14%

6.1.3.2 - RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO E DE CONTRATOS DE REPASSE.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - SEDR/MMA					
CNPJ: 37.115.375/0009-64				UG/GESTÃO: 440040/00001	
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		06	-
		Montante Repassado		0,00	-
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	00	-
			Montante Repassado (R\$)	0,00	-
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	00	-
			Montante Repassado (R\$)	0,00	-
2009	Contas prestadas		Quantidade	04	-
			Montante Repassado (R\$)	947.000,00	-
	Contas NÃO prestadas		Quantidade	00	-
			Montante Repassado (R\$)	0,00	-
2008	Contas prestadas		Quantidade	00	-
			Montante Repassado (R\$)	0,00	-
	Contas NÃO prestadas		Quantidade	00	-
			Montante Repassado (R\$)	0,00	-
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas		Quantidade	00	-
			Montante Repassado (R\$)	0,00	-

6.1.3.3 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Quantidade de contas prestadas			0	
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade		06	
		Montante repassado (R\$)		0,00	
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	0	
			Quantidade Reprovada	0	
			Quantidade de TCE	0	
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	0	
			Montante repassado (R\$)	0,00	
2009	Quantidade de contas prestadas			0	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		0	
		Quantidade Reprovada		0	
		Quantidade de TCE		0	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		0	
		Montante repassado (R\$)		0,00	
2008	Quantidade de contas prestadas			0	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		0	
		Quantidade Reprovada		0	
		Quantidade de TCE		0	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		0	
		Montante repassado		0,00	
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade		0	
		Montante repassado		0,00	

- DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa: Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável- SEDR/MMA.					Código SIORG 92930
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	017.640/2007-1	5576/2009 - TCU - 1ª Câmara	-	Comunicação	Ofício nº.792/2010-TCU/SECEX-TO
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - SECEX/MMA					3205
Descrição da Deliberação: Encaminhamento, nos termos do artigo 18, § 6º, da Resolução TCU nº. 170/2004, para ciência do resultado do julgamento, Cópia Acórdão nº. 3351/2010, bem como do relatório e voto que o fundamentam, adotado pelo TCU em Sessão da primeira Câmara de 8/6/2010, ao apreciar o Processo de Tomada de Contas Especial da Prefeitura Municipal de Lagoa da Confusão/TO.					
DEVEDOR: Mauro Ivan Ramos Rodrigues - ex-prefeito , CPF nº 331.512.701-82 e a Empresa SEC - Serviços de Engenharia de Construção LTDA - CNPJ nº 37.608.767/0001-08.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - SEDR					92930
Síntese da providência adotada: Nada a declarar, ante a natureza do fato.					
Síntese dos resultados obtidos: Nada a declarar, ante a natureza do fato.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Nada a declarar, ante a natureza do fato.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa: Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável -SEDR/MMA					Código SIORG 92930
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	002.890/2008-6	3351/2010 - TCU - 1ª Câmara	-	DE	Ofício nº. 687/2010 - TCU/SECEX-AM
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente - SECEX/MMA					3205
Descrição da Deliberação: Registro de devedor no Cadastro Informativo de Crédito não Quitados no Setor Público - CADIN.					
DEVEDOR: Asclepiades Costa de Souza - CPF nº. 234.073.012-00					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - SEDR					92930
Síntese da providência adotada: procedida a devida inscrição do devedor no CADIN, em 22/07/2010, nos termos das determinações passadas pelo TCU.					
Síntese dos resultados obtidos:					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Nada a declarar, ante a natureza do fato.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa: Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável -SEDR/MMA					Código SIORG 92930
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	012.378/2009-6	3718/2010 - TCU - 2ª Câmara	-		DOU de 19/07/2010
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério do Meio Ambiente					
Descrição da Deliberação: Acórdão que julga irregular as contas do Convênio MMA nº023/2001 e condena o senhor Osmarino Amâncio Rodrigues ao pagamento da quantia de R\$95.067,00 atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora e autoriza cobrança judicial caso não atendida notificação.					
DEVEDOR: Osmarino Amâncio Rodrigues - CPF nº. 091.196.712-53					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - SEDR					92930
Síntese da providência adotada: Nada a declarar, ante a natureza do fato.					
Síntese dos resultados obtidos:					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Nada a declarar, ante a natureza do fato.					

CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.

**CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO
DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS
INTERNACIONAIS**

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO					PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto:					Código
Programa de Apoio ao Agroextrativismo e aos Povos e Comunidades Tradicionais					BRA/08/012
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
CONTRATO 1					
Código do Contrato: 2009/000663-00					
Objetivo da consultoria: Implantação do Plano Nacional das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, através do fortalecimento das cadeias e arranjos produtivos baseados nos recursos da sociobiodiversidade.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
08/07/09	09/07/10	R\$ 98.400,00	R\$ 54.120,00	R\$ 54.120,00	R\$ 98.400,00
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 1: Plano de trabalho contendo: (i) contextualização e objetivos do trabalho; ii) considerações gerais sobre procedimentos metodológicos; iii) descrição das etapas do trabalho; iv) cronograma preliminar das atividades a serem executadas pela consultoria.				22/07/09	9.840,00
Produto 2: Plano de Ação Governamental da Cadeia Produtiva do Babaçu elaborado: Este produto consistirá em um documento contendo as ações do Plano de Ação Governamental da Cadeia Produtiva do babaçu, com identificação dos setores responsáveis, orçamento, programas e/ou atividades relacionadas com cada setor e um panorama sobre sua implementação;				21/08/09	19.680,00
Produto 3: 1o Relatório Preliminar da Consultoria: Este produto consistirá na descrição as atividades realizadas no período entre a entrega do produto 02 até a entrega deste produto. Deverá conter também uma avaliação do andamento do cronograma da consultoria, assim como propor ajustes quando for o caso.				23/11/09	14.760,00
Produto 4: Constituição dos Grupos de Ação por Cadeia: Este produto consistirá na apresentação da relação dos membros dos Grupos de Ação por Cadeia constituídos, com relatos de sua(s) reunião(ões), dentre outros assuntos pertinentes.				22/01/10	19.680,00
Produto 05: 2o Relatório Preliminar da Consultoria: Este produto consistirá na descrição as atividades realizadas no período entre a entrega do produto 02 até a entrega deste produto no que se refere a implementação das ações presentes no Plano de Ação Governamental da Cadeia Produtiva do babaçu. Deverá conter também uma avaliação do andamento do cronograma da consultoria, dentre outros assuntos afeitos ao objeto desta consultoria, assim como propor ajustes quando for o caso.				22/03/10	19.680,00
Produto 6: Sistematização e avaliação das ações realizadas no âmbito do Plano de Ação Governamental da Cadeia Produtiva do babaçu, contendo: (i) os critérios utilizados para a avaliação; (ii) análise da execução das ações presentes no Plano; (iii) análise da atuação do Grupo de Ação por Cadeia; (iv) análise dos avanços e/ou retrocessos em relação aos gargalos identificados na cadeia; (v) análise comparativa entre a situação da cadeia antes e depois da implementação do Plano de Ação; (vi) apresentação de sugestões para a continuidade do Plano de Ação; (vii) análise dos prazos, estrutura, condições de trabalho e outros a respeito da consultoria; (viii) outras informações que forem pertinentes.				09/07/10	14.760,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: João Paulo Morita				CPF: 27273663883	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

CONTRATO 2**Código do Contrato:** 2010/000008-00

Objetivo da consultoria: Garantir a articulação das ações para a implantação dos planos de ação das cadeias e APLs com agilidade, solidez e abrangência concernentes à dinâmica das cadeias da sociobiodiversidade, considerando as especificidades socioculturais e éticas dos Povos e Comunidades Tradicionais e as dinâmicas dos mercados aos quais esses produtos estão envolvidos.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
22/01/10	21/01/2011	98.400,00	68.880,00	49.200,00	49.200,00

Insumos Externos

-

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
1) Relatório descritivo sobre a estratégia de fomento definida para o período 2009/2010 por meio de plano de trabalho aprovado pela Coordenação, contendo cronograma preliminar das atividades a serem desenvolvidas pela consultoria, incluindo metodologia, produtos e prazos;	19/02/10	9.840,00
2) Documento técnico descritivo construído junto à Coordenação e aos parceiros dos estados sobre o processo de fomento - incluindo memórias das reuniões com parceiros dos estados e balanço sobre os convênios;	03/05/10	19.680,00
3) Documento técnico descritivo construído junto à Coordenação e aos parceiros dos estados sobre o processo de fomento - incluindo memórias das reuniões com parceiros dos estados e balanço sobre as chamadas públicas e licitações;	15/08/10	19.680,00
4) Documento técnico contendo sistematização, análise e avaliação parcial da estratégia de fomento: análise das limitações e potencialidades dos mecanismos de fomento utilizados.	04/10/10	19.680,00
5) Relatório técnico final de avaliação do acompanhamento e evolução das ações realizadas pela Coordenadoria de Agroextrativismo no âmbito da implantação dos planos de ação das cadeias e APLs prioritários e da estratégia de fomento do MMA.	14/01/11	29.520,00

Consultor contratado**Nome do consultor:** ANTONIO MANOEL TIMBÓ LIMA GOMES**CPF:** 46338080363**Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:** contrato rescindido a pedido do contratado.**CONTRATO 3****Código do Contrato:** 2010/000027-00

Objetivo da consultoria: Realização de atividades que contribuam junto a Coordenadoria de Agroextrativismo, na gestão das ações de implantação dos planos de ação das Cadeias e APLs de Produtos da Sociobiodiversidade priorizados, por meio de articulação de mecanismos de fomento apropriados nos biomas Amazônia, Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
05/02/10	04/02/2011	98.400,00	68.880,00	68.880,00	68.880,00

Insumos Externos

-

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
1) Relatório descritivo sobre a estratégia de fomento definida para o período 2009/2010 por meio de plano de trabalho aprovado pela Coordenação, contendo cronograma preliminar das atividades a serem desenvolvidas pela consultoria,	31/03/10	9.840,00

incluindo metodologia, produtos e prazos;					
2) Documento técnico descritivo construído junto à Coordenação e aos parceiros dos estados sobre o processo de fomento - incluindo memórias das reuniões com parceiros dos estados e balanço sobre os convênios;				28/05/10	19.680,00
3) Documento técnico descritivo construído junto à Coordenação e aos parceiros dos estados sobre o processo de fomento - incluindo memórias das reuniões com parceiros dos estados e balanço sobre as chamadas públicas e licitações;				30/08/10	19.680,00
4)Documento técnico contendo sistematização, análise e avaliação parcial da estratégia de fomento: análise das limitações e potencialidades dos mecanismos de fomento utilizados;				19/11/10	19.680,00
5)Relatório técnico final de avaliação do acompanhamento e evolução das ações realizadas pela Coordenadoria de Agroextrativismo no âmbito da implantação dos planos de ação das cadeias e APLs prioritários e da estratégia de fomento do MMA.				04/02/11	29.520,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Fabio Wesley de Melo				CPF: 26632494838	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: -					
CONTRATO 4					
Código do Contrato: 2010/000193-00					
Objetivo da consultoria:Formulação de estudo técnico com vistas ao monitoramento da implementação do Plano Prioritário 2009-2010 da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) que englobem: i) diagnóstico, ii) sistematização e análise de resultados, iii) conclusões e recomendações técnicas para o aperfeiçoamento do processo de implantação da Política e para o dimensionamento de novos programas, projetos, ações e instrumentos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
16/04/10	14/02/11	78.000,00	54.600,00	39.000,00	39.000,00
Insumos Externos					
-					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
1. Relatório das ações implementadas no ano de 2009 e diagnóstico da situação atual de implementação das ações governamentais, com perspectivas de cumprimento de prazos, adequações e replanejamentos;				12/05/10	7.800,00
2. Relatório parcial da implementação das ações do Plano Prioritário da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) em 2010, contendo relatos das articulações realizadas com os diversos órgãos e instituições envolvidos na implementação das ações;				12/07/10	15.600,00
3. Relatório técnico da organização, moderação e sistematização de reunião com os integrantes da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) para apresentação da versão preliminar do estudo do monitoramento;				13/09/10	15.600,00
4. Relatório parcial da da implementação das ações do Plano Prioritário da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) em 2010, contendo avaliação e recomendações pautadas no desenvolvimento dos trabalhos;				13/12/10	15.600,00
5. Versão final do estudo técnico com inserção das análises e correções dos parceiros institucionais e da sociedade que integram a CNPCT, contendo também recomendações e perspectivas de continuidade e ampliação da atuação governamental em 2011.				01/02/11	23.400,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Kátia Cristina Favilla				CPF: 57869804134	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: contrato rescindido a pedido do contratado.					

CONTRATO 5					
Código do Contrato: 2010/000952-00					
Objetivo da consultoria: Realização de atividades que contribuam junto à Secretaria Executiva e Coordenação do Plano Nacional da Sociobiodiversidade na gestão de suas ações e operacionalização de implantação e monitoramento dos Planos de Ação das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
06/12/10	06/10/2011	105.000,00	10.500,00	0,00	0,00
Insumos Externos					
-					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
1. Plano de Ação com Relatório Técnico de sistematização das articulações e ações executadas durante o 1º semestre de 2010, pelos ministérios membros da Coordenação do PNPSB a partir do Plano de Ação 2010;				15/12/10	10.500,00
2. Documento técnico de sistematização e avaliação das ações desenvolvidas a partir do Acordo de Cooperação firmado entre o MMA e o MDA no ano de 2009 em apoio ao Plano Nacional de Promoção das Cadeias dos Produtos da Sociobiodiversidade, com detalhamento dos principais resultados alcançados com as cadeias da Castanha do Brasil e do Babaçu;				15/01/11	21.000,00
3. Relatório técnico de avaliação do acesso dos Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares às políticas públicas de DAP, REB e PNAE no âmbito do Plano Nacional de Promoção das Cadeias da Sociobiodiversidade de 2009 a 2010;				15/03/11	21.000,00
4. Relatório técnico de avaliação do acesso dos Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares às políticas públicas de PGPMBio, Crédito e Ater e Capacitação PAA/NET, no âmbito do Nacional de Promoção das Cadeias da Sociobiodiversidade de 2009 a 2010;				15/06/11	21.000,00
5. Relatório técnico de avaliação das ações realizadas em 2010 pelos 10 estados envolvidos nas cadeias da Castanha do Brasil e Babaçu e pelos ministérios membros da Coordenação do PNPSB para resolução dos gargalos apontados no Plano de Ação para as cadeias prioritárias.				15/09/11	31.500,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Laura Vasconcelos de Souza Souza				CPF: 69327211120	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Produto com a primeira parcela paga em 2011					

CONTRATO 6					
Código do Contrato: 2009/000664-00					
Objetivo da consultoria: O fortalecimento das cadeias e arranjos produtivos baseados nos recursos da sociobiodiversidade é uma prioridade para o governo brasileiro. O objetivo central é possibilitar a integração do crescimento econômico do país com a inclusão social e produtiva de Povos, Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares, com sustentabilidade social, econômica e ambiental.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
08/07/09	09/07/10	98.400,00	68.880,00	19.680,00	49.200,00
Insumos Externos					
-					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
1. Plano de Trabalho contendo cronograma preliminar das atividades a serem executadas pela consultoria;				29/07/09	9.840,00
2. Relatório contendo a sistematização das propostas do Governo Federal e parceiros, na forma de um Plano de Ação, voltado para a Cadeia Produtiva da Castanha do Brasil com ênfase no fortalecimento dos Povos, Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares;				10/09/09	19.680,00
3. Relatório contendo a sistematização das propostas do Governo Federal e parceiros na forma de um Plano de Ação voltado para a Cadeia Produtiva do Babaçu com ênfase no fortalecimento dos Povos, Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares;				08/01/10	19.680,00
4. Relatório parcial das ações executadas no âmbito do Plano de Ação da Cadeia Produtiva da Castanha do Brasil, destacando os resultados alcançados, entraves para execução e recomendações para o seu aperfeiçoamento.				08/03/10	R\$ 29.520,00
5. Relatório parcial das ações executadas no âmbito do Plano de Ação da Cadeia Produtiva do Babaçu, destacando os resultados alcançados, entraves para execução e recomendações para o seu aperfeiçoamento.				09/05/10	19.680,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Roberta Marins de Sá				CPF: 14588091883	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: contrato rescindido					

CONTRATO 7					
Código do Contrato: 2010/000926-00					
Objetivo da consultoria:Realização de atividades que contribuam junto à Secretaria Executiva e Coordenação do Plano Nacional da Sociobiodiversidade, na gestão de suas ações e operacionalização de implantação e monitoramento dos Planos de Ação da Cadeia da castanha do Brasil, além da sistematização e avaliação das ações propostas para o plano dessa cadeia nos governos federal e estaduais.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
29/11/10	30/09/11	105.000,00	10.500,00	0	0
Insumos Externos					
-					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
1) Relatório Técnico de avaliação do andamento das ações realizadas no primeiro semestre de 2010, referente ao plano de ação para a cadeia da castanha do Brasil, contendo atividades, responsáveis, prazos e encaminhamentos para cada ação proposta junto aos gargalos identificados;				13/12/10	10.500,00
2) Relatório Técnicos de avaliação da constituição e do andamento das estruturas de gestão constituída pelos estados do AP, PA, MT, AC, RO, AM para a cadeia da castanha do Brasil e sua integração a estratégia do governo federal;				14/02/11	21.000,00
3) Relatório Técnicos de avaliação do andamento dos planos de ação estaduais e sua integração a estratégia do governo federal. Deve apresentar a forma de organização estadual, constituição dos Grupos de Ação incluindo relação das organizações membros por estado; relatos de sua(s) reunião(ões), dentre outros assuntos pertinentes;				14/03/11	21.000,00
4) Relatório Técnico de avaliação da estratégia de comercialização empregada para promoção da cadeia da castanha do Brasil no âmbito do PNPSB;				30/05/11	21.000,00
5) Sistematização e avaliação das ações realizadas no âmbito do Plano de Ação Governamental da Cadeia Produtiva da Castanha-do-Brasil em 2010, contendo: (i) os critérios utilizados para a avaliação; (ii) analise da execução das ações presentes no Plano; (iii) analise da atuação do Grupo de Ação por Cadeia; (iv) analise dos avanços e/ou retrocessos em relação aos gargalos identificados na cadeia; (v) analise comparativa entre a situação da cadeia antes e depois da implementação do Plano de Ação; (vi) apresentação de sugestões para a continuidade do Plano de Ação; (vii) analise dos prazos, estrutura, condições de trabalho e outros a respeito da consultoria.				19/09/11	31.500,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Luciana Rocha de Mendonça				CPF: 25191501810	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: primeiro produto pago em 2011					

CONTRATO 8					
Código do Contrato: 2010/000147-00					
Objetivo da consultoria: Apoiar a formulação da Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas, em conformidade com a Portaria Interministerial 276/2008, do MMA e MJ.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
23/03/10	23/09/10	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
Insumos Externos					
-					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
1. Documento técnico contendo Plano de Trabalho da Consultoria e análise da proposta preliminar da PNGATI elaborada para as consultas públicas junto aos Povos Indígenas, identificando sua adequação às diretrizes da Portaria 276/2008 e às deliberações do GTI, bem como lacunas ou itens que precisem de ajustes, inclusão, readequação;				23/04/10	10.000,00
2. Documento técnico contendo análise sobre os limites e potencialidades no aproveitamento dos recursos naturais em terras indígenas, realçados à luz da legislação ambiental e indigenista brasileira e de experiências de gestão ambiental indígena em outros países, indicando potenciais conflitos entre as duas legislações e sugerindo alternativas para a resolução destes conflitos, em linguagem acessível aos indígenas; incluir na análise os temas com maior potencial de conflito, considerando histórico dos mesmos na relação Estado x Povos Indígenas (sobreposição de TI x UC, plantio de transgênico, manejo madeireiro, dentre outros);				23/05/10	20.000,00
3. Documento técnico com a sistematização e avaliação dos resultados das consultas públicas da PNGATI junto aos Povos Indígenas nas regiões Nordeste, Sul-Sudeste, Centro Oeste e Norte, contendo quadro que identifique as proposições aprovadas nestas consultas e alterações, supressões ou inclusões em relação ao texto original submetido às consultas;				23/06/10	25.000,00
4. Documento técnico contendo versão consolidada da proposta de PNGATI com sua estrutura básica desenvolvida - objetivos, princípios, diretrizes, estratégias, instrumentos, modelo de gestão e mecanismos financeiros para a implementação da política, considerando as proposições das consultas regionais, do GTI e da Comissão Nacional de Política Indigenista, como contribuições e ajustes aos resultados das consultas;				23/07/10	15.000,00
5. Documento técnico contendo proposta de adequação dos programas ações e projetos existentes à proposta da PNGATI, contendo matriz das ações a serem implementadas no âmbito desta Política, indicando as que já existem no âmbito do Plano Plurianual de Governo e ações novas que se farão necessárias para a implementação da PNGATI; Observação: Os documentos deverão ser apresentados, em versão preliminar (minuta) para análise e, em versão final para aprovação. O documento final deverá ser entregue em meio digital, em Open Office (ou software livre) e uma cópia impressa frente e verso em formato A4.				23/08/10	30.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Marcus Vinícius Chamon Schmidt				CPF: 09009670805	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: -					

CONTRATO 9					
Código do Contrato: 2010/000013-01					
Objetivo da consultoria: Apoiar a Carteira de Projetos da Coordenadoria de Agroextrativismo no monitoramento e avaliação de projetos mediante procedimentos já estabelecidos pela CEX, que incluem a realização de monitorias, de reuniões com o público beneficiário e instituições parceiras, orientações sobre gestão de projetos e emissões de pareceres de execução técnica.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
27/01/10	30/11/10	51.600,00	51.600,00	51.600,00	51.600,00
Insumos Externos					
-					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
1) Diagnóstico da situação de 4 (quatro) contratos celebrados com a Agência Implementadora GTA, com apresentação de resultados alcançados e sugestões de encaminhamento para cumprimento das obrigações contratuais.				02/03/10	5.000,00
2) Elaboração de 5 relatórios de monitoramento de projetos apoiados pela Carteira de Projetos da CEX. Este produto deverá ser realizado mediante os instrumentos de monitoramento utilizados pela CEX e ter como objeto os projetos relacionados pela supervisão da Carteira de Projetos				02/05/10	9.100,00
3) Relatórios das oficinas de avaliação de projetos Tipo A e B com a participação de representantes de instituições e comunidades apoiadas por meio da Agência Implementadora GTA. A quantidade de encontros a serem realizados será determinada no diagnóstico a ser realizado no produto 1.				02/07/10	17.000,00
4) Elaboração de 7 relatórios de monitoramento ou avaliação de projetos apoiados pela Carteira de Projetos da CEX. Este produto deverá ser realizado mediante os instrumentos de monitoramento utilizados pela CEX e ter como objeto os projetos relacionados pela supervisão da Carteira de Projetos.				02/09/10	14.500,00
5) Emissão de 4 pareceres técnicos de prestação de contas final das Cartas de Acordo firmadas com a Agência Implementadora GTA.				30/10/10	6.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Marluze Santos				CPF: 07484976334	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: -					

CONTRATO 10					
Código do Contrato: 2010/000881-00					
Objetivo da consultoria: Desenvolver as ações previstas no Plano Nacional da Sociobiodiversidade e o diálogo com setor empresarial, no qual o estabelecimento da Praça da Sociobiodiversidade se configura como uma estratégia de promoção comercial dos produtos de empreendimentos de Povos e Comunidades Tradicionais dos diferentes biomas brasileiros.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
27/10/10	26/11/10	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00
Insumos Externos					
-					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
1) Catálogo de promoção comercial Formato: 170 páginas no formato 170 x 150 mm · Apresentação do conceito da Praça da Sociobiodiversidade;				03/11/10	12.000,00
2) Calendário Promocional 2011 Formato: 185 mm x 250 mm Quantidade: 12 divisórias Impressão: 4/4 · Peça funcional de uso prolongado com objetivo de fixar a marca, trabalhar conceitos relativos à iniciativa da Praça da Sociobiodiversidade.				03/11/10	6.000,00
3) Folder institucional Formato: 150 mm x 210 mm Impressão: 4/4 Acabamento: 3 dobras · Resumo da iniciativa do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade e da iniciativa da Praça da Sociobiodiversidade. na Praça da Sociobiodiversidade (moda e beleza, bebidas e alimentos, artesanatos, roteiros turísticos, movelaria e instrumentos musicais) · Apresentação institucional das diferentes iniciativas envolvidas com a Praça da Sociobiodiversidade; · Apresentação e descrição dos produtos da sociobiodiversidade e dos empreendimentos de povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares dos biomas Amazônia, Pantanal,Pampa, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica e Zona Costeira.				08/11/10	3.000,00
4) Encartes Quantidade: 5 encartes Formato: 150 mm x 210 mm Impressão: 4/4 Páginas: 16 páginas cada encarte · Descrição categorizada sobre os diferentes produtos a serem apresentados				08/11/10	9.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Masanori Ohashy				CPF: 27075176153	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: -					

CONTRATO 11					
Código do Contrato: 2010/000887-00					
Objetivo da consultoria:Contribuir junto à Coordenação do Plano Nacional, na articulação e gestão do gargalo Rede de Serviços para as cadeias produtivas priorizadas pelo PNPSB.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
08/11/10	08/08/11	80.000,00	24.000,00	24.000,00	24.000,00
Insumos Externos					
-					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
1) Documento Técnico descritivo contendo cronograma preliminar das atividades a serem desenvolvidas pela consultoria, incluindo metodologia, produtos e prazos,relacionados a estrutura do portal;				16/11/10	8.000,00
2) Relatório Técnico de avaliação dos encontros da Rede de Serviço e encontros presenciais da Capacitação Virtual;				17/12/10	16.000,00
3) Elaboração de relatório geral de avaliação referente ao acompanhamento das atividades de capacitação realizadas junto a Rede de Serviços por meio do Portal da Sociobiodiversidade;				20/02/11	16.000,00
4) Relatório técnico contendo análise da utilização da ferramenta de educação a distância EAD inserida no Portal da Sociobiodiversidade;				20/05/11	16.000,00
5) Relatório das articulações realizadas por meio do Portal da Sociobiodiversidade, contendo relação de documentos, notícias e eventos lançados no portal.				20/07/11	24.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Mônica Batista de Souza				CPF:82840253100	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: -					

CONTRATO 12					
Código do Contrato: 2010/000069-00					
Objetivo da consultoria:Orientar a ação do poder público em facilitar e viabilizar a comercialização de gêneros alimentícios para a alimentação escolar na região Nordeste do Brasil, mais o Estado do Tocantins, gerando condições objetivas para a inclusão de produtos da sociobiodiversidade, nos cardápios das Escolas e Creches Públicas Municipais e Estaduais do PNAE nas Escolas e Creches Públicas Municipais e Estaduais.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
05/03/10	07/06/10	24.000,00	24.000,00	24.000,00	24.000,00
Insumos Externos					
-					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: - Proposta de arranjo para formar equipe de coordenação e equipe técnica para orientar e executar uma ação do Plano de Promoção das Cadeias dos Produtos da Sociobiodiversidade na viabilização da comercialização de gêneros alimentícios para a alimentação escolar na região Nordeste do Brasil, mais o Estado do Tocantins; Termos de Referência, para orientar contratação de profissionais para execução da coordenação da ação acima descrita, incluindo 01 Termo de referência para contratação de profissional em nutrição;				15/04/10	12.000,00
Produto 02: Termos de referência para orientar a contratação da equipe técnica conforme definido no produto 01.				27/05/10	12.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Mauricio Lins Aroucha				CPF:16922409434	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: -					

CONTRATO 13

Código do Contrato: 2009/001338-00

Objetivo da consultoria: Desenvolver atividades que contribuam junto a Coordenação do Plano Nacional, na gestão das ações de implantação dos Planos de Ação das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, na viabilização da comercialização dos produtos da sociobiodiversidade, através das parcerias com o setor empresarial, parceria público-privadas (PPPs), produção associada da Agricultura Familiar ao turismo, articulação em rede, etc.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
06/01/10	06/01/11	98.400,00	98.400,00	98.400,00	98.400,00

Insumos Externos

-

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
1) Plano de trabalho contendo cronograma preliminar das atividades a serem desenvolvidas pela consultoria, incluindo metodologia, produtos e prazos;	05/02/10	9.840,00
2) Documento técnico descritivo construído junto às secretarias e departamentos dos ministérios da coordenação, contendo atividades, técnicos responsáveis, prazos e encaminhamentos para cada ação proposta referente à gestão do gargalo 1 - Rede de Serviços;	05/04/10	19.680,00
3) Elaboração de banco de dados e catálogo contendo nomes, endereços, contatos, ramo de atuação de empresas e redes de interessados em realizar negócios sustentáveis com produtos da sociobiodiversidade e dos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares;	07/07/10	19.680,00
4) Documento técnico contendo sistematização e análise referente à produção dos PCTAFs associada ao turismo, contendo relatório das ações de articulação desenvolvidas para a viabilização da comercialização dos produtos da sociobiodiversidade das cadeias prioritárias do PNPSB, interagindo com iniciativas de articulação em rede, iniciativa Caatinga Cerrado e PPPs - parcerias com o setor empresarial;	08/10/10	19.680,00
5) Relatório Técnico de avaliação do acompanhamento e evolução das ações realizadas pela Coordenação para a resolução do gargalo 1 junto aos Planos de ação das cadeias prioritárias do PNPSB (castanha do Brasil e Babaçu).	21/12/10	29.520,00

Consultor contratado

Nome do consultor: Rocío Ruiz

CPF: 41165209268

Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: -

CONTRATO 14					
Código do Contrato: 2009/000665-00					
Objetivo da consultoria:Implantação do Plano Nacional das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, através do fortalecimento das cadeias e arranjos produtivos baseados nos recursos da sociobiodiversidade. Estruturação de planos de trabalho por cadeia ou arranjo produtivo e levantamento de ações para articulação junto aos gestores governamentais.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
08/07/09	09/07/10	98.400,00	54.120,00	0	44.280,00
Insumos Externos					
-					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 1: Plano de trabalho contendo: (i) contextualização e objetivos do trabalho; ii) considerações gerais sobre procedimentos metodológicos; iii) descrição das etapas do trabalho; iv) cronograma preliminar das atividades a serem executadas pela consultoria.				22/07/09	9.840,00
Produto 2: Plano de Ação Governamental da Cadeia Produtiva da Castanha-do-Brasil elaborado: Este produto consistirá em um documento contendo as ações do Plano de Ação Governamental da Cadeia Produtiva da Castanha-do-Brasil, com identificação dos setores responsáveis, orçamento, programas e/ou atividades relacionadas com cada setor e um panorama sobre sua implementação;				21/08/09	19.680,00
Produto 3: 1o Relatório Preliminar da Consultoria: Este produto consistirá na descrição as atividades realizadas no período entre a entrega do produto 02 até a entrega deste produto. Deverá conter também uma avaliação do andamento do cronograma da consultoria, assim como propor ajustes quando for o caso.				23/11/09	14.760,00
Produto 4: Constituição dos Grupos de Ação por Cadeia: Este produto consistirá na apresentação da relação dos membros dos Grupos de Ação por Cadeia constituídos, com relatos de sua(s) reunião(ões), dentre outros assuntos pertinentes.				22/01/10	19.680,00
Produto 5: 2o Relatório Preliminar da Consultoria: Este produto consistirá na descrição as atividades realizadas no período entre a entrega do produto 02 até a entrega deste produto no que se refere a implementação das ações presentes no Plano de Ação Governamental da Cadeia Produtiva da Castanha-do-Brasil. Deverá conter também uma avaliação do andamento do cronograma da consultoria, dentre outros assuntos afeitos ao objeto desta consultoria, assim como propor ajustes quando for o caso.				22/03/10	19.680,00
Produto 6: Sistematização e avaliação das ações realizadas no âmbito do Plano de Ação Governamental da Cadeia Produtiva da Castanha-do-Brasil, contendo: (i) os critérios utilizados para a avaliação; (ii) análise da execução das ações presentes no Plano; (iii) análise da atuação do Grupo de Ação por Cadeia; (iv) análise dos avanços e/ou retrocessos em relação aos gargalos identificados na cadeia; (v) análise comparativa entre a situação da cadeia antes e depois da implementação do Plano de Ação; (vi) apresentação de sugestões para a continuidade do Plano de Ação; (vii) análise dos prazos, estrutura, condições de trabalho e outros a respeito da consultoria; (viii) outras informações que forem pertinentes				09/07/10	14.760,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Rodrigo Almeida Noletto				CPF:43629989349	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato rescindido a pedido do contratado.					

Análise Crítica

A contratação de consultores na modalidade “produto” é um mecanismo eficaz para os trabalhos do Departamento de Extrativismo, principalmente no que tange a aquisição de conhecimento especializado para a implementação do Plano de Promoção das Cadeias dos Produtos da Sociobiodiversidade.

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla:
INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA AGRICULTURA	IICA
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto:	Código
“Apoio às Ações de Implementação do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca”	BRA/IICA/05/004
Observação: Todos os contratos de consultoria pessoa física na modalidade “produto” detalhados a seguir foram efetuados no âmbito do PCT BRA/IICA/05/004.	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”	

CONTRATO 1 - Código do Contrato: 110403					
Objetivo da consultoria: Elaboração de mapeamento da cobertura vegetal e do uso da terra com vistas à implementação de um sistema de alerta precoce de seca e desertificação (SAP).					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
05/10/10	04/10/11	114.469,36	19.078,22	0	0
Insumos Externos					
A sede de trabalho do consultor se localiza na cidade de São José dos Campos (SP) nas dependências do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, conforme Acordo de Parceria firmado entre o MMA e o INPE. Foi disponibilizado espaço físico e computadores que poderão ser utilizados pelo consultor.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1. Plano de trabalho			30/12/10	19.078,22 (Parcela 1)	
Produto 2. PI's do Maranhão					
Produto 3. PI's do Ceará			30/01/11	9.539,12 (Parcela 2)	
Produto 4. PI's do Rio Grande do Norte			28/02/11	9.539,12 (Parcela 3)	
Produto 5. PI's da Paraíba					
Produto 6. PI's de Pernambuco			30/03/11	9.539,12 (Parcela 4)	
Produto 7. PI's de Alagoas					
Produto 8. PI's da Bahia			30/06/11	28.617,33 (Parcela 5)	
Produto 9. PI's de Sergipe			30/07/11	9.539,12 (Parcela 6)	
Produto 10. PI's do Espírito Santo					
Produto 11. PI's de Minas Gerais			30/12/11	28.617,33 (Parcela 7)	
Produto 12. PI's do Piauí					
Produto 13. PI's do “Litígio”					
Produto 14. PI's consolidados					
Produto 15. Relatório Final					
Consultor contratado					
Nome do consultor: ADRIANA GOMES AFFONSO				CPF: 875.710.727-00	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Esta ação é desenvolvida pelo MMA em parceria com o INPE/MCT e, para a definição da base metodológica para construção do Sistema de Alerta Precoce de Secas e Desertificação – SAP, foi realizado o II Workshop SAP, em dezembro/2010. Além disso foi marcada para o início de 2011 uma reunião de planejamento com os cinco consultores contratados para o SAP. Assim, a entrega dos produtos da consultoria, prevista para dezembro/2010, foi prejudicada pois dependia dos resultados do Workshop e do planejamento .					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
CONTRATO 2 - Código do Contrato: 110409					
Objetivo da consultoria: Elaboração de estudos técnicos, para a elaboração de análise de software e geoprocessamento com vistas à implementação de um sistema de alerta precoce de seca e desertificação (SAP) nas Áreas Susceptíveis à Desertificação (ASD).					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
05/10/10	04/10/11	51.206,40	8.534,40	0	0
Insumos Externos					
A sede de trabalho do consultor se localiza na cidade de São José dos Campos (SP) nas dependências do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, conforme Acordo de Parceria firmado entre o MMA e o INPE. Foi disponibilizado espaço físico, e computadores que poderão ser utilizados pelo consultor.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1. Plano de trabalho			30/12/10	8.534,40 (Parcela 1)	
Produto 2. PI’s do Maranhão					
Produto 3. PI’s do Ceará			30/01/11	4.267,20 (Parcela 2)	
Produto 4. PI’s do Rio Grande do Norte			28/02/11	4.267,20 (Parcela 3)	
Produto 5. PI’s da Paraíba					
Produto 6. PI’s de Pernambuco			30/03/11	4.267,20 (Parcela 4)	
Produto 7. PI’s de Alagoas					
Produto 8. PI’s da Bahia			30/06/11	12.801,60 (Parcela 5)	
Produto 9. PI’s de Sergipe			30/07/11	4.267,20 (Parcela 6)	
Produto 10. PI’s do Espírito Santo					
Produto 11. PI’s de Minas Gerais			30/12/11	12.801,60 (Parcela 6)	
Produto 12. PI’s do Piauí					
Produto 13. PI’s do “Litígio”					
Produto 14. PI’s consolidados					
Produto 15. Relatório Final					
Consultor contratado					
Nome do consultor: ÂNGELA YURI HARADA				CPF: 115.749.898-12	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Esta ação é desenvolvida pelo MMA em parceria com o INPE/MCT e, para a definição da base metodológica para construção do Sistema de Alerta Precoce de Secas e Desertificação – SAP, foi realizado o II Workshop SAP, em dezembro/2010. Além disso foi marcada para o início de 2011 uma reunião de planejamento com os cinco consultores contratados para o SAP. Assim, a entrega dos produtos da consultoria, prevista para dezembro/2010, foi prejudicada pois dependia dos resultados do Workshop e do planejamento.					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
CONTRATO 3 - Código do Contrato: 110404					
Objetivo da consultoria: Elaboração de mapeamento geológico com vistas à implementação de um sistema de alerta precoce de seca e desertificação (SAP).					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
05/10/10	04/10/11	114.469,36	19.078,22	0	0
Insumos Externos					
A sede de trabalho do consultor se localiza na cidade de São José dos Campos (SP) nas dependências do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, conforme Acordo de Parceria firmado entre o MMA e o INPE. Foi disponibilizado espaço físico e computadores que poderão ser utilizados pelo consultor.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1. Plano de trabalho			30/12/10	19.078,22 (Parcela 1)	
Produto 2. PI’s do Maranhão					
Produto 3. PI’s do Ceará			30/01/11	9.539,12 (Parcela 2)	
Produto 4. PI’s do Rio Grande do Norte			28/02/11	9.539,12 (Parcela 3)	
Produto 5. PI’s da Paraíba					
Produto 6. PI’s de Pernambuco			30/03/11	9.539,12 (Parcela 4)	
Produto 7. PI’s de Alagoas					
Produto 8. PI’s da Bahia			30/06/11	28.617,33 (Parcela 5)	
Produto 9. PI’s de Sergipe			30/07/11	9.539,12 (Parcela 6)	
Produto 10. PI’s do Espírito Santo					
Produto 11. PI’s de Minas Gerais			30/12/11	28.617,33 (Parcela 6)	
Produto 12. PI’s do Piauí					
Produto 13. PI’s do “Litígio”					
Produto 14. PI’s consolidados					
Produto 15. Relatório Final					
Consultor contratado					
Nome do consultor: GIANE DE FÁTIMA VALLES				CPF: 171.165.178-80	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Esta ação é desenvolvida pelo MMA em parceria com o INPE/MCT e, para a definição da base metodológica para construção do Sistema de Alerta Precoce de Secas e Desertificação – SAP, foi realizado o II Workshop SAP, em dezembro/2010. Além disso foi marcada para o início de 2011 uma reunião de planejamento com os cinco consultores contratados para o SAP. Assim, a entrega dos produtos da consultoria, prevista para dezembro/2010, foi prejudicada pois dependia dos resultados do Workshop e do planejamento.					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
CONTRATO 4 - Código do Contrato: 110405					
Objetivo da consultoria: Elaboração de mapeamento geomorfológico com vistas à implementação de um sistema de alerta precoce de seca e desertificação. (SAP).					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
05/10/10	04/10/11	114.469,36	19.078,22	0	0
Insumos Externos					
A sede de trabalho do consultor se localiza na cidade de São José dos Campos (SP) nas dependências do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, conforme Acordo de Parceria firmado entre o MMA e o INPE. Foi disponibilizado espaço físico e computadores que poderão ser utilizados pelo consultor.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1. Plano de trabalho			30/12/10	19.078,22 (Parcela 1)	
Produto 2. PI’s do Maranhão					
Produto 3. PI’s do Ceará			30/01/11	9.539,12 (Parcela 2)	
Produto 4. PI’s do Rio Grande do Norte			28/02/11	9.539,12 (Parcela 3)	
Produto 5. PI’s da Paraíba					
Produto 6. PI’s de Pernambuco			30/03/11	9.539,12 (Parcela 4)	
Produto 7. PI’s de Alagoas					
Produto 8. PI’s da Bahia			30/06/11	28.617,33 (Parcela 5)	
Produto 9. PI’s de Sergipe			30/07/11	9.539,12 (Parcela 6)	
Produto 10. PI’s do Espírito Santo					
Produto 11. PI’s de Minas Gerais			30/12/11	28.617,33 (Parcela 6)	
Produto 12. PI’s do Piauí					
Produto 13. PI’s do “Litígio”					
Produto 14. PI’s consolidados					
Produto 15. Relatório Final					
Consultor contratado					
Nome do consultor: MARCELO FRANCISCO SESTINI				CPF: 905.309.186-68	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Esta ação é desenvolvida pelo MMA em parceria com o INPE/MCT e, para a definição da base metodológica para construção do Sistema de Alerta Precoce de Secas e Desertificação – SAP, foi realizado o II Workshop SAP, em dezembro/2010. Além disso foi marcada para o início de 2011 uma reunião de planejamento com os cinco consultores contratados para o SAP. Assim, a entrega dos produtos da consultoria, prevista para dezembro/2010, foi prejudicada pois dependia dos resultados do Workshop e do planejamento.					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
CONTRATO 5 - Código do Contrato: 110406					
Objetivo da consultoria: Consultoria de pessoa física para elaboração de mapeamento pedológico com vistas à implementação de um sistema de alerta precoce de seca e desertificação (SAP).					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
05/10/10	04/10/11	114.469,36	19.078,22	0	0
Insumos Externos					
A sede de trabalho do consultor se localiza na cidade de São José dos Campos (SP) nas dependências do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, conforme Acordo de Parceria firmado entre o MMA e o INPE. Foi disponibilizado espaço físico e computadores que poderão ser utilizados pelo consultor.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1. Plano de trabalho			30/12/10	19.078,22 (Parcela 1)	
Produto 2. PI’s do Maranhão					
Produto 3. PI’s do Ceará			30/01/11	9.539,12 (Parcela 2)	
Produto 4. PI’s do Rio Grande do Norte			28/02/11	9.539,12 (Parcela 3)	
Produto 5. PI’s da Paraíba					
Produto 6. PI’s de Pernambuco			30/03/11	9.539,12 (Parcela 4)	
Produto 7. PI’s de Alagoas					
Produto 8. PI’s da Bahia			30/06/11	28.617,33 (Parcela 5)	
Produto 9. PI’s de Sergipe			30/07/11	9.539,12 (Parcela 6)	
Produto 10. PI’s do Espírito Santo					
Produto 11. PI’s de Minas Gerais			30/12/11	28.617,33 (Parcela 6)	
Produto 12. PI’s do Piauí					
Produto 13. PI’s do “Litígio”					
Produto 14. PI’s consolidados					
Produto 15. Relatório Final					
Consultor contratado					
Nome do consultor: PÉROLA MORAIS CALIL				CPF: 281.571.501-59	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Esta ação é desenvolvida pelo MMA em parceria com o INPE/MCT e, para a definição da base metodológica para construção do Sistema de Alerta Precoce de Secas e Desertificação – SAP, foi realizado o II Workshop SAP, em dezembro/2010. Além disso foi marcada para o início de 2011 uma reunião de planejamento com os cinco consultores contratados para o SAP. Assim, a entrega dos produtos da consultoria, prevista para dezembro/2010, foi prejudicada pois dependia dos resultados do Workshop e do planejamento.					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
CONTRATO 6 - Código do Contrato: 110295					
Objetivo da consultoria: Consolidar os processos de construção participativa e elaborar o documento final do PAE-SE coordenando as etapas de elaboração.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
30/08/10	5/04/2011	42.000,00	16.800,00	6.300,00	6.300,00
Insumos Externos					
Não há.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto A. Plano de Trabalho			30/09/10	6.300,00 (Parcela 1)	
Produto B. Avaliação das iniciativas relevantes para as ASD/SE			30/11/10	10.500,00 (Parcela 2)	
Produto C. Diagnóstico das ASD do Estado de Sergipe					
Produto D. Estratégias do PAE/SE					
Produto E. Textos-base para subsidiar os trabalhos nas Oficinas Regionais e no Seminário Estadual			28/02/11	10.500,00 (Parcela 3)	
Produto F. Proposta do sistema de gestão do PAE/SE					
Produto G. Propostas para implementação do PAE/SE					
Produto H. Documento Interinstitucional do PAE/SE			30/03/11	14.700,00 (Parcela 4)	
Produto I. Coordenação do Seminário de apresentação do PAE/SE					
Consultor contratado					
Nome do consultor: ANA TRES CRUZ				CPF: 740.042.631-15	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Este contrato refere-se ao processo de elaboração do PAE-SE. A fase inicial de elaboração do Programa demandou um prazo maior do que o previsto em função do planejamento realizado com os consultores contratados e da necessidade de compatibilizar as agendas da SEMAR/SE e dos pontos focais estaduais. Estas questões geraram um atraso no cronograma de entrega dos produtos do consultor sendo necessário a prorrogação do prazo do contrato para abril/2011.					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
CONTRATO 7 - Código do Contrato: 110346					
Objetivo da consultoria: Elaboração dos estudos técnicos dos aspectos político-institucionais no âmbito do do PAE-SE.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
30/08/10	05/04/11	24.000,00	9.600,00	3.600,00	3.600,00
Insumos Externos					
Não há.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto A. Plano de Trabalho			30/09/10	3.600,00 (Parcela 1)	
Produto B. Avaliação das iniciativas relevantes para as ASD/SE considerando os aspectos político-institucionais dessas áreas			30/11/10	6.000,00 (Parcela 2)	
Produto C. Diagnóstico das ASD do Estado de Sergipe sob a ótica do eixo temático do PAN-Brasil “gestão democrática e fortalecimento institucional”					
Produto D. Estratégias do PAE-SE tendo como referencia o eixo temático do PAN-Brasil: gestão democrática e fortalecimento institucional			28/02/11	6.000,00 (Parcela 3)	
Produto E. Propostas de ações de combate à desertificação nas ASD/SE , considerando os aspectos político-institucionais dessas áreas					
Produto F. Participação nas Oficinas Regionais e Seminário Estadual para fornecer subsídios no que se refere aos aspectos político-institucionais das ASD/SE			30/03/11	8.400,00 (Parcela 4)	
Produto G. Proposta do sistema de gestão do PAE-SE e sua articulação com as políticas e programas relevantes para as ASD					
Produto H. Propostas para implementação do PAE-SE					
Consultor contratado					
Nome do consultor: BEATRIZ ALEMONGE DE SOUZA FALLEIRO				CPF: 023.370.287-39	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Este contrato refere-se ao processo de elaboração do PAE-SE. A fase inicial de elaboração do Programa demandou um prazo maior do que o previsto em função do planejamento realizado com os consultores contratados e da necessidade de compatibilizar as agendas da SEMAR/SE e dos pontos focais estaduais. Estas questões geraram um atraso no cronograma de entrega dos produtos do consultor sendo necessário a prorrogação do prazo do contrato para abril/2011.					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
CONTRATO 8 - Código do Contrato: 110298					
Objetivo da consultoria: Elaboração dos estudos técnicos que possam subsidiar a elaboração participativa do PAE-SE, considerando os aspectos referentes à ampliação sustentável da capacidade produtiva das ASD /SE com o intuito de definir áreas prioritárias e direcionar ações de prevenção, controle e combate a desertificação nessas regiões.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
30/08/10	05/04/11	20.000,00	8.000,00	3.000,00	3.000,00
Insumos Externos					
Não há.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto A. Plano de Trabalho			30/09/10	3.000,00 (Parcela 1)	
Produto B. Avaliação das iniciativas relevantes para as ASD/SE visando os aspectos referentes à ampliação sustentável da capacidade produtiva dessas áreas. Produto C. Diagnóstico das ASD do Estado de Sergipe sob a ótica do eixo temático do PAN-Brasil “ampliação sustentável da capacidade produtiva”.			30/11/10	5.000,00 (Parcela 2)	
Produto D. Estratégias do PAE-SE tendo como referencia o eixo temático do PAN-Brasil: “ampliação sustentável da capacidade produtiva”. Produto E. Propostas de ações de combate à desertificação nas ASD/SE , considerando os sistemas de produção agropecuários das ASD e visando a ampliação sustentável da capacidade produtiva dessas áreas.			28/02/11	5.000,00 (Parcela 3)	
Produto F. Participação nas Oficinas Regionais e Seminário Estadual para fornecer subsídios no que se refere aos aspectos do eixo temático do PAN-Brasil “ampliação sustentável da capacidade produtiva”.			30/03/11	7.000,00 (Parcela 4)	
Consultor contratado					
Nome do consultor: CLÉLIO VILANOVA LEMOS E SILVA				CPF: 472.408.141-49	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Este contrato refere-se ao processo de elaboração do PAE-SE. A fase inicial de elaboração do Programa demandou um prazo maior do que o previsto em função do planejamento realizado com os consultores contratados e da necessidade de compatibilizar as agendas da SEMAR/SE e dos pontos focais estaduais. Estas questões geraram um atraso no cronograma de entrega dos produtos do consultor sendo necessário a prorrogação do prazo do contrato para abril/2011.					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
CONTRATO 9 - Código do Contrato: 110296					
Objetivo da consultoria: Elaboração dos estudos técnicos que possam subsidiar a elaboração participativa do PAE-SE, considerando os aspectos socioeconômicos das ASD do Estado de Sergipe com o intuito de definir áreas prioritárias e direcionar ações de prevenção, controle e combate a desertificação nessas regiões.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
30/08/10	05/04/11	20.000,00	8.000,00	3.000,00	3.000,00
Insumos Externos					
Não há.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto A. Plano de Trabalho			30/09/10	3.000,00 (Parcela 1)	
Produto B. Avaliação das iniciativas relevantes para as ASD/SE considerando os aspectos socioeconômicos dessas áreas			30/11/10	5.000,00 (Parcela 2)	
Produto C. Diagnóstico das ASD do Estado de Sergipe sob a ótica do eixo temático do PAN-Brasil “redução da pobreza e das desigualdades”					
Produto D. Estratégias do PAE-SE tendo como referencia o eixo temático do PAN-Brasil: “redução da pobreza e das desigualdades”			28/02/11	5.000,00 (Parcela 3)	
Produto E. Propostas de ações de combate à desertificação nas ASD/SE , considerando os aspectos socioeconômicos dessas áreas					
Produto F. Participação nas Oficinas Regionais e Seminário Estadual para fornecer subsídios no que se refere aos aspectos do eixo temático do PAN-Brasil “redução da pobreza e das desigualdades”.			30/03/11	7.000,00 (Parcela 4)	
Consultor contratado					
Nome do consultor: MIRSA MARA BARRETO XAVIER LEITE				CPF: 588.212.525-15	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Este contrato refere-se ao processo de elaboração do PAE-SE. A fase inicial de elaboração do Programa demandou um prazo maior do que o previsto em função do planejamento realizado com os consultores contratados e da necessidade de compatibilizar as agendas da SEMAR/SE e dos pontos focais estaduais. Estas questões geraram um atraso no cronograma de entrega dos produtos do consultor sendo necessário a prorrogação do prazo do contrato para abril/2011.					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
CONTRATO 10 - Código do Contrato: 110346					
Objetivo da consultoria: Elaboração dos estudos técnicos que possam subsidiar a elaboração participativa do PAE-SE, considerando os aspectos físico-ambientais das ASD do Estado de Sergipe com o intuito de definir áreas prioritárias e direcionar ações de prevenção, controle e combate a desertificação nessas regiões.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
30/08/10	05/04/11	20.000,00	8.000,00	3.000,00	3.000,00
Insumos Externos					
Não há.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
Produto A. Plano de Trabalho			30/09/10		3.000,00 (Parcela 1)
Produto B. Avaliação das iniciativas relevantes para as ASD/SE considerando os aspectos físico-ambientais dessas áreas			30/11/10		5.000,00 (Parcela 2)
Produto C. Diagnóstico das ASD do Estado de Sergipe sob a ótica do eixo temático do PAN-Brasil “conservação, preservação e manejo sustentável de recursos naturais”					
Produto D. Estratégias do PAE-SE tendo como referencia o eixo temático do PAN-Brasil: “conservação, preservação e manejo sustentável de recursos naturais”			28/02/11		5.000,00 (Parcela 3)
Produto E. Propostas de ações de combate à desertificação nas ASD/SE , considerando os aspectos físico-ambientais dessas áreas					
Produto F. Participação nas Oficinas Regionais e Seminário Estadual para fornecer subsídios no que se refere aos aspectos do eixo temático do PAN-Brasil “conservação, preservação e manejo sustentável de recursos naturais”			30/03/11		7.000,00 (Parcela 4)
Consultor contratado					
Nome do consultor: SIMONE SANTANA DE FREITAS				CPF: 693.423.775-72	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Este contrato refere-se ao processo de elaboração do PAE-SE. A fase inicial de elaboração do Programa demandou um prazo maior do que o previsto em função do planejamento realizado com os consultores contratados e da necessidade de compatibilizar as agendas da SEMAR/SE e dos pontos focais estaduais. Estas questões geraram um atraso no cronograma de entrega dos produtos do consultor sendo necessário a prorrogação do prazo do contrato para abril/2011.					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
CONTRATO 11 - Código do Contrato: 110118					
Objetivo da consultoria: Consolidar os processos de construção participativa e elaborar o documento final do PAE/ES, coordenando as etapas de elaboração.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
10/06/10	09/01/11	42.000,00	16.800,00	6.300,00	6.300,00
Insumos Externos					
Não há.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto A. Plano de Trabalho			25/08/10	6.300,00 (Parcela 1)	
Produto B. Avaliação das iniciativas relevantes para as ASD/ES			23/10/10	10.500,00 (Parcela 2)	
Produto C. Diagnóstico das ASD do Estado de Espírito Santo					
Produto D. Estratégias do PAE/ES			23/11/11	10.500,00 (Parcela 3)	
Produto E. Textos-base para subsidiar os trabalhos nas Oficinas Regionais e no Seminário Estadual					
Produto F. Proposta do sistema de gestão do PAE/ES					
Produto G. Propostas para implementação do PAE/ES			09/01/11	14.700,00 (Parcela 4)	
Produto H. Documento Interinstitucional do PAE/ES					
Produto I. Coordenação do Seminário de apresentação do PAE/ES					
Consultor contratado					
Nome do consultor: ALEXANDRE JOSÉ FIRME DE ABREU				CPF: 018 885 867-96	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Considerando que houve atraso no cumprimento do objeto dos demais especialistas contratados para o PAE/ES e que o IEMA/ES teve dificuldades para a contratação dos serviços necessários à realização das consultas públicas previstas no cronograma de execução, a elaboração dos produtos deste consultor ficou prejudicada. Além disso, o 1º produto entregue pelo consultor teve que ser ajustado e isso colaborou para o atraso no pagamento das parcelas previstas para o exercício.					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”

CONTRATO 12 - Código do Contrato: 110179					
Objetivo da consultoria: Elaboração dos estudos técnicos que possam subsidiar a elaboração participativa do PAE-ES, considerando os aspectos socioeconômicos das ASD do Estado de Espírito Santo com o intuito de definir áreas prioritárias e direcionar ações de prevenção, controle e combate a desertificação nessas regiões.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
10/06/10	31/05/11	20.000,00		3.000,00	3.000,00
Insumos Externos					
Não há.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto A. Plano de Trabalho			30/09/10	3.000,00 (Parcela 1)	
Produto B. Avaliação das iniciativas relevantes para as ASD/SE considerando os aspectos socioeconômicos dessas áreas			30/11/10	5.000,00 (Parcela 2)	
Produto C. Diagnóstico das ASD do Estado de Sergipe sob a ótica do eixo temático do PAN-Brasil “redução da pobreza e das desigualdades”					
Produto D. Estratégias do PAE-ES tendo como referencia o eixo temático do PAN-Brasil: “redução da pobreza e das desigualdades”			28/02/11	5.000,00 (Parcela 3)	
Produto E. Propostas de ações de combate à desertificação nas ASD/ES , considerando os aspectos socioeconômicos dessas áreas					
Produto F. Participação nas Oficinas Regionais e Seminário Estadual para fornecer subsídios no que se refere aos aspectos do eixo temático do PAN-Brasil “redução da pobreza e das desigualdades”.			30/03/11	7.000,00 (Parcela 4)	
Consultor contratado					
Nome do consultor: CARLA SIQUEIRA CAMPOS				CPF: 075 962 327-95	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Este contrato refere-se ao processo de elaboração do PAE-ES. As dificuldades encontradas pelo especialista na obtenção dos dados e na apresentação de seus respectivos produtos previstos para o período, bem como as dificuldades do IEMA/ES na contratação dos serviços necessários à realização das consultas públicas para o PAE/ES geraram atraso no cronograma de entrega dos produtos do consultor sendo necessária a prorrogação do prazo do contrato para maio/2011.					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
CONTRATO 13 - Código do Contrato: 110182					
Objetivo da consultoria: Elaboração dos estudos técnicos que possam subsidiar a elaboração participativa do PAE-ES, considerando os aspectos referentes à ampliação sustentável da capacidade produtiva das ASD do Estado do Espírito Santo com o intuito de definir áreas prioritárias e direcionar ações de prevenção, controle e combate a desertificação nessas regiões.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
10/06/10	31/05/11	20.000,00	8.500,00	0,00	0,00
Insumos Externos					
Não há.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto A. Plano de Trabalho			30/09/10	3.000,00 (Parcela 1)	
Produto B. Avaliação das iniciativas relevantes para as ASD/ES visando os aspectos referentes à ampliação sustentável da capacidade produtiva dessas áreas.			30/11/10	5.000,00 (Parcela 2)	
Produto C. Diagnóstico das ASD do Estado de Espírito Santo sob a ótica do eixo temático do PAN-Brasil “ampliação sustentável da capacidade produtiva”.					
Produto D. Estratégias do PAE-ES tendo como referencia o eixo temático do PAN-Brasil:“ampliação sustentável da capacidade produtiva”.			28/02/11	5.000,00 (Parcela 3)	
Produto E. Propostas de ações de combate à desertificação nas ASD/ES , considerando os sistemas de produção agropecuários das ASD e visando a ampliação sustentável da capacidade produtiva dessas áreas.					
Produto F. Participação nas Oficinas Regionais e Seminário Estadual para fornecer subsídios no que se refere aos aspectos do eixo temático do PAN-Brasil “ampliação sustentável da capacidade produtiva”.			30/03/11	7.000,00 (Parcela 4)	
Consultor contratado					
Nome do consultor: FRANCISLEY LUCAS CORREIA				CPF: 057 160 266-56	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Este contrato refere-se ao processo de elaboração do PAE-ES. As dificuldades encontradas pelo especialista na obtenção dos dados e na apresentação de seus respectivos produtos previstos para o período, bem como as dificuldades do IEMA/ES na contratação dos serviços necessários à realização das consultas públicas para o PAE/ES geraram atraso no cronograma de entrega dos produtos do consultor sendo necessária a prorrogação do prazo do contrato para maio/2011.					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
CONTRATO 14 - Código do Contrato: 110182					
Objetivo da consultoria: Elaboração dos estudos técnicos que possam subsidiar a elaboração participativa do PAE-ES, considerando os aspectos e arranjos político-institucionais das ASD do Estado do Espírito Santo com o intuito de definir áreas prioritárias e direcionar ações de prevenção, controle e combate a desertificação nessas regiões.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
10/06/10	31/05/11	24.000,00	8.600,00	3.600,00	3.600,00
Insumos Externos					
Não há.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto A. Plano de Trabalho			30/09/10	3.600,00 (Parcela 1)	
Produto B. Avaliação das iniciativas relevantes para as ASD/ES considerando os aspectos político-institucionais dessas áreas			30/11/10	6.000,00 (Parcela 2)	
Produto C. Diagnóstico das ASD/ES sob a ótica do eixo temático do PAN-Brasil “gestão democrática e fortalecimento institucional”					
Produto D. Estratégias do PAE-SE tendo como referencia o eixo temático do PAN-Brasil: gestão democrática e fortalecimento institucional			28/02/11	6.000,00 (Parcela 3)	
Produto E. Propostas de ações de combate à desertificação nas ASD/ES , considerando os aspectos político-institucionais dessas áreas					
Produto F. Participação nas Oficinas Regionais e Seminário Estadual para fornecer subsídios no que se refere aos aspectos político-institucionais das ASD/ES			30/03/11	8.400,00 (Parcela 4)	
Produto G. Proposta do sistema de gestão do PAE-ES e sua articulação com as políticas e programas relevantes para as ASD					
Produto H. Propostas para implementação do PAE-ES					
Consultor contratado					
Nome do consultor: JOSÉ DAS DORES DE SÁ ROCHA				CPF: 743 391 843-49	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Este contrato refere-se ao processo de elaboração do PAE-ES. As dificuldades encontradas pelo especialista na obtenção dos dados e na apresentação de seus respectivos produtos previstos para o período, bem como as dificuldades do IEMA/ES na contratação dos serviços necessários à realização das consultas públicas para o PAE/ES geraram atraso no cronograma de entrega dos produtos do consultor sendo necessária a prorrogação do prazo do contrato para maio/2011.					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
CONTRATO 15 - Código do Contrato: 110419					
Objetivo da consultoria: Elaboração dos estudos técnicos que possam subsidiar a elaboração participativa do PAE-ES, considerando os aspectos físico-ambientais das ASD do Estado do Espírito Santo com o intuito de definir áreas prioritárias e direcionar ações de prevenção, controle e combate a desertificação nessas regiões.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
14/10/10	13/03/11	20.000,00	3.000,00	0,00	0,00
Insumos Externos					
Não há.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto A. Plano de Trabalho			14/11/10	3.000,00 (Parcela 1)	
Produto B. Avaliação das iniciativas relevantes para as ASD/ES considerando os aspectos físico-ambientais dessas áreas			14/01/11	5.000,00 (Parcela 2)	
Produto C. Diagnóstico das ASD do Estado de Espírito Santo sob a ótica do eixo temático do PAN-Brasil “conservação, preservação e manejo sustentável de recursos naturais”					
Produto D. Estratégias do PAE-ES tendo como referencia o eixo temático do PAN-Brasil: “conservação, preservação e manejo sustentável de recursos naturais”			14/03/11	5.000,00 (Parcela 3)	
Produto E. Propostas de ações de combate à desertificação nas ASD/ES , considerando os aspectos físico-ambientais dessas áreas					
Produto F. Participação nas Oficinas Regionais e Seminário Estadual para fornecer subsídios no que se refere aos aspectos do eixo temático do PAN-Brasil “conservação, preservação e manejo sustentável de recursos naturais”			14/05/11	7.000,00 (Parcela 4)	
Consultor contratado					
Nome do consultor: WALTER BATISTA JÚNIOR				CPF: 014.568.528-41	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O atraso no pagamento da parcela prevista no exercício deu-se em função da necessidade de ajustes no produto encaminhado pelo consultor .					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
CONTRATO 16 - Código do Contrato: 110191					
Objetivo da consultoria: Apoiar a Comissão Organizadora da II Conferência Internacional sobre Impactos das Variações Climáticas e Desenvolvimento Sustentável em Regiões Semiáridas (ICID + 18) na área de gestão do conhecimento e assessoria de comunicação.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
22/06/10	21/04/11	100.000,00	55.000,00	55.000,00	55.000,00
Insumos Externos					
Previsto no Contrato o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) para honorários e até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para deslocamentos e hospedagens (passagens e hotelarias).					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1. Planejamento Estratégico de Comunicação da ICID			23/07/10	15.000,00 (Parcela 1)	
Produto 2. Relatório das ações de comunicação executadas durante a fase de preparação da ICID			24/09/10	20.000,00 (Parcela 2)	
Produto 3. Relatório sobre a articulação interinstitucional com as assessorias de comunicações das diversas instituições participantes da ICID, com vistas a coordenar as ações de comunicações					
Produto 4. Relatório das Ações executadas de comunicação online			04/11/10	20.000,00 (Parcela 3)	
Produto 5. Relatório das ações executadas de comunicação dirigida, de conformidade com o Planejamento Estratégico de Comunicação			28/01/11	20.000,00 (Parcela 4)	
Produto 6. Relatório sobre os resultados das ações de Comunicação			28/02/11	15.000,00 (Parcela 5)	
Produto 7. Subsídios para a estratégia de comunicação para apoiar o futuro desenvolvimento das regiões semiáridas, em especial para o Semiárido Brasileiro, para o próximo Encontro de Enfrentamento da Desertificação para a Comissão Nacional de Combate à Desertificação e à vinculação a Rio + 20					
Produto 8. Relatório Final, contendo a consolidação das atividades desenvolvidas durante o contrato			21/04/11	10.000,00 (Parcela 6)	
Consultor contratado					
Nome do consultor: CADIJA TISSIANI CERRI				CPF: 904.525.341-00	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: A execução do contrato encontra-se conforme previsto.					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
CONTRATO 17 - Código do Contrato: 1109137					
Objetivo da consultoria: No âmbito do processo de elaboração do PAE/RN, mapear as ASD no estado do Rio Grande do Norte utilizando as técnicas de sensoriamento remoto, geoprocessamento e averiguação de campo.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
22/06/09	21/04/11	100.000,00	8.000,00	20.000,00	20.000,00
Insumos Externos					
Por meio da parceria entre SEMARH/RN (responsável pela elaboração do PAE/RN) e INPE (sediado em Natal/RN), o espaço físico, computadores e programas do INPE poderão ser utilizados pelo consultor.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1. Plano de Trabalho			23/07/10	6.000,00 (Parcela 1)	
Produto 2. Análise dos marcos de referência, definição de critérios e metodologia de análise das ASD para gerar o mapa da desertificação no RN.					
Produto 3. Banco de dados georreferenciado para todo o estado e por município			24/09/09	14.000,00 (Parcela 2)	
Produto 4. Mapas temáticos em escala 1:250.000					
Produto 5. Mapa das áreas prioritárias e/ou núcleos de desertificação em escala 1:250.000			24/11/09	12.000,00 (Parcela 3)	
Produto 6. Banco de dados georreferenciado utilizando o software SPRING					
Produto 7. Relatório final com a sistematização dos resultados da consultoria e os produtos			28/01/10	8.000,00 (Parcela 4)	
Consultor contratado					
Nome do consultor: SERGIO ANTONIO DA SILVA ALMEIDA				CPF: 777 177 407-53	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Considerando que houve necessidade de ampliar o prazo para o processamento das imagens de satélite dos mapas foi solicitada prorrogação de prazo do contrato que ultrapassou o exercício de 2010..					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
CONTRATO 18 - Código do Contrato: 109143					
Objetivo da consultoria: No âmbito do processo de elaboração do PAE/CE, mapear as ASD no estado do Ceará utilizando as técnicas de sensoriamento remoto, geoprocessamento e averiguação de campo.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
28/05/09	27/11/09	40.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00
Insumos Externos					
A Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME, por meio da parceria com a SRH-CE para a elaboração do PAE/CE, disponibilizará o espaço físico e os computadores do seu laboratório de geoprocessamento, que poderão ser utilizados pelo consultor.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1. Plano de Trabalho			28/06/10	6.000,00 (Parcela 1)	
Produto 2. Análise dos marcos de referência, definição de critérios e metodologia de análise das ASDs para gerar o mapa da desertificação do CE.					
Produto 3. Mapas temáticos de todo o Estado em escala 1:500.000			28/09/09	14.000,00 (Parcela 2)	
Produto 4. Mapas dos núcleos de desertificação em escala 1:100.000					
Produto 5. Banco de dados georreferenciados para todo o Estado e por município			28/11/09	12.000,00 (Parcela 3)	
Produto 6. Banco de dados georreferenciado utilizando o software SPRING					
Produto 7. Relatório final com a sistematização dos resultados da consultoria e os produtos			28/01/10	8.000,00 (Parcela 4)	
Consultor contratado					
Nome do consultor: GLEUBA MARIA BORGES DE SOUZA				CPF: 059 676 783-87	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Considerando que houve necessidade de ampliar o prazo para o processamento das imagens de satélite dos mapas foi solicitada prorrogação de prazo do contrato que ultrapassou o exercício de 2010.					

Análise Crítica

A contratação de consultores na modalidade “produto” por meio da Cooperação Técnica é um mecanismo eficaz para os trabalhos da Coordenação de Combate à Desertificação, pois além de termos profissionais voltados exclusivamente para a ação, possibilita uma consistência metodológica e estabelece uma diretriz única entre os diferentes planos estaduais e ao mesmo tempo assegura que as particularidades de cada estado estejam refletidas em seus programas.

Por outro lado, o mecanismo da Cooperação Técnica possibilita um aporte de conhecimento especializado que assegura um processo participativo com amplo envolvimento da sociedade na construção dos planos estaduais, de conformidade com as Diretrizes estabelecidas na convenção de Combate a Desertificação (UNCCD).

Ademais essa estratégia possibilita uma convergência de esforços na definição dos PPA, de forma a se otimizar os recursos sejam estaduais ou federal, possibilitando maior eficácia na implementação do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação nas Áreas Susceptíveis à Desertificação– PAN-Brasil.

- AVALIAÇÃO DO ANDAMENTO DOS PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS.

FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS.
VINCULADO AO PROGRAMA 0150 - AÇÃO 6063-0010

Discriminação (código do projeto, descrição, finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contrapartida nacional	Valor das transferências de recursos (individualizar por motivo)			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
					(amortização, pagamento de juros, comissão de compromisso, outros)				
Código do projeto: 6063 - Fomento a Projetos de Gestão Ambiental dos Povos Indígenas da Amazônia, Programa-Piloto. Finalidade: Melhorar as perspectivas de sustentabilidade econômica, social e cultural dos povos indígenas em suas terras e da conservação dos recursos naturais nelas existentes. Organismo financiador: KFW – ENTWICKLUNGSBANK	€ 13.293.588,91 (Contrato KFW – 2000 65 136)	€ 13.293.588,91 (Contrato KFW – 2000 65 136)	€ 8.271.941,52	Não se aplica.	DOAÇÃO Desembolsos a projetos.	€ 1.866.326,39	€ 5.021.647,39	Não se aplica	-

1 . Discriminação (código do projeto, descrição, finalidade e organismo financiador):

Fomento a Projetos de Gestão Ambiental dos Povos Indígenas da Amazônia (Programa-Piloto) (6063)

Finalidade:

Melhorar as perspectivas de sustentabilidade econômica, social e cultural dos povos indígenas em suas terras e da conservação dos recursos naturais nelas existentes.

Descrição:

Recebimento e protocolo de subprojetos enviados pelas unidades proponentes interessadas em financiamentos disponíveis no âmbito dos Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas - PDPI ; triar os subprojetos recebidos pela Equipe Técnica da Unidade de Gerenciamento; enviar os subprojetos, ajustados de acordo com as normas do PDPI, a pareceristas especializados na área temática de cada subprojeto; em caso de parecer positivo, os subprojetos irão ao escrutínio final da Comissão Executiva do PDPI para julgamento de aprovação; implementação dos subprojetos; monitoramento da implementação; avaliação dos resultados.

Organismo financiador:

KFW – ENTWICKLUNGSBANK

2 – Custo Total:

€ 13.293.588,91 (Contrato KFW – 2000 65 136)

3 – Empréstimo contratado (ingressos externos) : “ DOAÇÃO”

€ 13.293.588,91 (Contrato KFW – 2000 65 136)

4 – Contrapartida nacional: não se aplica.

Valor das transferências de recursos			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram não se aplica	Providências adotadas para correção
DOAÇÃO Desembolsos a projetos	€ 1.866.326,39	€ 5.021.647,39	Contratos firmados com execução prevista para os anos de 2011 e 2012.	-

ANEXOS

DECLARAÇÃO REFERENTE A CONTRATOS E CONVÊNIOS OU OUTROS INSTRUMENTOS.



Serviço Público Federal
Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - SEDR

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins e atesto que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres, executados no âmbito da Unidade Gestora 440040-SEDR/MMA, no exercício de 2010, estão disponíveis e atualizadas no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termo de Parceria - SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei 12.309, de agosto de 2010

Brasília DF, 01 de fevereiro de 2011.

Assinatura manuscrita de Roberto Ricardo Vizontin.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
- substituto -

INFORMAÇÕES SOBRE CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI 8730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993, RELACIONADA À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDA



Ministério do Meio Ambiente
Secretaria-Executiva
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas

DECLARAÇÃO

Declaro, nos termos estabelecidos na Parte "A" do Conteúdo Geral, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de setembro de 2010 que os responsáveis por ordenação de despesas, exercício 2010, na Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDR os senhores Egon Krakhecke – CPF nº 009.624.490-91; Luiz Rodrigues Oliveira – CPF nº 290.477.902-78; Renato Alves – CPF nº 126.889.591-15 e Alberto Rufino dos Santos – CPF nº 144.215.0001-78 apresentaram cópia da Declaração de Ajuste Anual de Imposto de Renda, que trata a Lei 8.730, de 10 de novembro de 1993. Declaro, ainda, que o senhor Marcos Dal Fabbro, CPF nº 276.775.908-96 entregou formulário de autorização de acesso à declaração de ajuste anual do imposto de renda pessoa física.

Brasília, 16 de março de 2011

PAULO JORGE LEANDRO DA SILVA
Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas, Substituto

PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

DECLARAÇÕES DO CONTADOR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

SECRETARIA EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE

Mem. Circular nº 02 CGFC/SPOA/SECEX/MMA

Em, 14 de fevereiro de 2011

Ao Chefe de Gabinete da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - SEDR

Assunto: Declaração do Contador

Em cumprimento ao item 1 da parte B do Anexo II da DN-TCU 107/2010 e da Portaria do Tribunal de Contas da União 277/2010, de 07/12/2010, encaminhamos as Declarações do Contador responsável para compor o Relatório de Gestão dessa Unidade Jurisdicionada.

Atenciosamente,

DENILTON DA SILVA TEIXEIRENSE
Coordenador-Geral de Gestão Financeira e Contabilidade

Obs.: anexo ao presente modelos estabelecidos pelas Decisões Normativas TCU, Portaria CGU e Orientações Complementares da CGU em epígrafe.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTAVEL - SEDR		440040 - 440073	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: Código da UG: 440040 – Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - SEDR a) CONVÊNIOS A APROVAR COM DATA EXPIRADA - Restrição 170; Código da UG 440073 – Proj. Bases Cartográfica para Amazônia Legal a) FALTA/RESTRIÇÃO CONFORMIDADE REGISTRO GESTÃO - Restrição 951 Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília-DF	Data	16/02/11
Contador Responsável	JANE MARCIA ASSUNÇÃO	CRC nº	5477/O-0 - DF

Jane Marcia Assunção
 JANE MARCIA ASSUNÇÃO
 CRC-DF nº 5477/O-0
 Resp/Secretaria de Contabilidade/SEDR

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ):			
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO DE DESENVOLVIMENTO RURAL - SEDR		Código da UG	
Fomento a Projeto de Gestão Ambiental Povos Indígenas		440046/00001	
Projeto de Ecoturismo		440047/00001	
Fomento Projeto Dem. Desenvolvimento Sustentável e Cons. Amazônia		440051/00001	
Projeto de Manejo de Recursos Naturais da Varzea		440054/00001	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	BRASILIA/DF	Data	16/02/2011
Contador Responsável	JANE MÁRCIA ASSUNÇÃO	CRC nº	5477/O-0-DF

Jane Márcia Assunção
 CONTADORA
 CRC-DF Nº 5477/O-0
 Resp/Setorial de Contabilidade/MMA